

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MARISTELA SCARABELOT**

**CONSTRUÇÃO DE CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS E PAPEL DOS  
ATORES EM NOVA VENEZA, SC**

**Porto Alegre  
2012**

**MARISTELA SCARABELOT**

**CONSTRUÇÃO DE CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS E PAPEL DOS  
ATORES EM NOVA VENEZA, SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Schneider

**Porto Alegre  
2012**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S285c Scarabelot, Maristela

Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC  
/ Maristela Scarabelot. – Porto Alegre, 2012.  
201 f. : il.

Orientador: Sérgio Schneider.

(Série PGDR – Dissertação, n. 152).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

1. Cadeia produtiva. 2. Desenvolvimento rural : Nova Veneza (SC). 3. Agricultura familiar. 4. Modo de produção. I. Schneider, Sérgio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título. IV. Série.

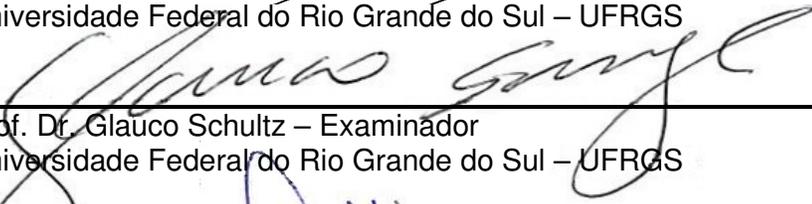
CDU 502.131

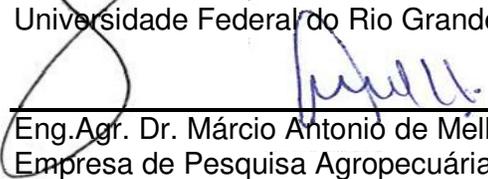
**MARISTELA SCARABELOT**

**CONSTRUÇÃO DE CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS E PAPEL DOS  
ATORES EM NOVA VENEZA, SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sérgio Schneider – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gláucio Schultz – Examinador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

  
\_\_\_\_\_  
Eng.Agr. Dr. Márcio Antonio de Mello – Examinador  
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo André Niederle – Examinador  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Aos meus pais, Virgínio e Terezinha,  
pela honestidade e compromisso de amor à vida e à família.

Aos meus avós, Abele e Olívia (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente às forças do bem, que me confirmam a cada dia que somos seres espirituais em uma experiência terrena a caminho da expansão da consciência.

Agradeço de modo especial, ao professor, orientador e mestre Sérgio Schneider. Como professor porque faz de suas aulas momentos de reflexões plenas e cativantes. Ao Sérgio orientador, agradeço pelo comprometimento, respeito, estímulo e segurança em apontar caminhos, nem sempre fáceis, mas profícuos em aprendizado e consequências. Ao mestre, por sua humanidade, nem sempre explícita, mas profundamente entranhada em suas posições e convicções.

À mestra Bernardete Panceri, que ao longo da minha caminhada na Epagri foi capaz, a partir da Educação Ambiental, de fazer-me perceber a flexibilidade e até a inexistência dos limites disciplinares, bem como enxergar horizontes antes impensados.

Ao meu coorientador e mestre Luiz Carlos Mior, que me pensar no “novo” rural, na complexidade da agricultura familiar e na potencialidade do trabalho com a agroindústria.

Ao Maycon e à Bruna, pela hospitalidade nos primeiros momentos em Porto Alegre, revelando constante amizade traduzida em momentos de reflexão, alegria e descontração.

Às companheiras de apartamento: Ionara e Janaína, pela experiência de um convívio rico de conforto em horas difíceis e companheirismo nas horas alegres... em especial pela sátira dos “cestos” e suas implicações.

À turma da “padaria”: Alessandra, Ana Luísa, Ângela e Simone, com as quais pude descobrir que o mestrado, muito além do conhecimento, poderia proporcionar grandes amizades, muita descontração e conexão de padrões mesmo de universos tão diferentes.

À família Borgert Bresciani. Ao Victor, pelo socorro nas barbeiragens na área de informática, e em especial à minha amiga Maristela, pela amizade construída desde os primeiros tempos da Epagri, com quem socializo meus medos e esperanças. Maristela foi uma das pessoas mais envolvidas com a formação da

Coofanove, e até hoje espera ser entrevistada para esta pesquisa, não se dando conta que desde a formação da cooperativa vem me dando detalhes do processo e a entrevisto cada vez que sentamos para conversar.

A todos os amigos e companheiros da Epagri, em especial às equipes locais da região de Criciúma e às extensionistas sociais, com quem, ao longo dos anos, pude compartilhar desafios, dificuldades e conquistas em busca de um melhor exercício de extensão rural.

Aos amigos do escritório regional: Renato pelo companheirismo e contribuição à possibilidade do mestrado. Ao Ávila, pelo forte apoio e possibilidade de diálogos confortantes em momentos difíceis do dia a dia da extensão. Ao Eduardo, Jorge Inácio e Luciana pelo apoio constante. Ao Maestrelli pela genialidade dos “conselhos”. Aos colegas Darlan e Roberto pelas contribuições ao trabalho. Ao Marcelo Pedroso, pela sua valentia e contribuição à região nas questões da agroindústria. Ao Henrique Trombim, pela disposição e socorro nas questões da informática.

À Mari, em especial, pelo comprometimento, responsabilidade e disposição em auxiliar sempre.

Ao Arnaldo, responsável pelo projeto de agregação de valor, que há décadas vem plantando sementes, que agora florescem com as agroindústrias e mercados de proximidade. Ele é referência que fez a diferença nesse processo.

Aos colegas da Epagri de Nova Veneza: Acelir, Donato, Geovani, Paulinho e Realdino, agora gerente regional da Epagri, pela amizade e apoio constante na busca de informações sobre as dinâmicas no município.

Ao Durci pela sua amizade, alegria e contribuição com as informações para este trabalho.

A Epagri como um todo, pela oportunidade dessa caminhada formidável.

Ao Professor Egon Roque Fröhlich, pela disposição em agregar experiências da metodologia da vida às aulas de pesquisa científica.

A todos os agricultores familiares, em especial às famílias de Nova Veneza, associados ou não a Coofanove, com os quais desenvolvi a pesquisa de campo, que gentilmente me receberam em suas casas e compartilharam um pouco de seus saberes comigo.

Aos técnicos da prefeitura municipal, em especial a Tita e o Boaroli, com os quais sempre encontrei acolhimento especial.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e aos funcionários e professores, por contribuírem para o desenvolvimento desta dissertação.

À turma de mestrado e doutorado de 2010, que proporcionou grandes amizades, troca de experiências, comunhão de angústias, mas especialmente esperanças.

À Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, pela concessão da bolsa de estudo, a qual oportunizou melhores condições durante a vivência do mestrado.

Às minhas irmãs, aos cunhados e, em especial, aos sobrinhos, que não nos permitem esquecer o compromisso pela construção de uma sociedade melhor.

Enfim, a todos os que não foram citados e se fazem presentes na consolidação deste trabalho.

O tempo e o sentido

... e com o tempo eu aprendi que as pessoas, as coisas,  
os fatos e os processos têm o sentido que cada um dá a eles.

## RESUMO

Esta dissertação aborda o tema 'cadeias agroalimentares curtas'. As dificuldades econômicas vividas pelos agricultores familiares nas últimas décadas os têm feito reagir por meio de iniciativas que comportam produção, processamento e comercialização de alimentos diferenciados a partir de agroindústrias artesanais familiares. O estudo analisa o processo de construção social das iniciativas de produção, industrialização e comercialização de produtos alimentares da agricultura familiar no município de Nova Veneza, sul de Santa Catarina, buscando identificar fatores históricos e conjunturais que contribuíram para seu desenvolvimento. A partir das cadeias do queijo, da farinha de milho e do vinho foi analisado o papel das organizações e, em especial, de que forma instituições como a Epagri e a Prefeitura Municipal têm interagido com esse processo no município. Também foi analisada a relação das cadeias alimentares curtas com os mercados e como formas de organização coletiva têm reconectado consumidores e produtores. Finalizou-se o trabalho analisando a motivação dos consumidores ao optarem por produtos da agricultura familiar e as implicações dos mercados de produtos com qualidade diferenciada para o desenvolvimento local. Para compreender o objeto de estudo, buscou-se uma combinação entre as noções teóricas da construção social de mercados e a perspectiva orientada aos atores. Os procedimentos metodológicos utilizados no estudo de caso foram levantamento de dados por meio de pesquisa semiestruturada, observação e análise de dados secundários. As conclusões do trabalho apontam que cadeias agroalimentares curtas se caracterizam por novas formas de desenvolvimento rural, porém, apesar de seu viço, apresentam fragilidades e dependem da ação dos atores, especialmente do poder público, comprometendo-se com a regulação de mercados e processos de mediação qualificados. A expansão e a consolidação das cadeias agroalimentares curtas depende da construção da governança.

**Palavras-chave:** Cadeias agroalimentares curtas. Construção social de mercados. Agricultura familiar. Governança. Papel dos atores. Desenvolvimento rural.

## ABSTRACT

This thesis addresses the issue of short food supply chains to rural development. The economic difficulties experienced by farmers in recent decades have reacted through initiatives that include production, processing and marketing of different foods from small family agribusinesses. The study analyzes the social construction of production initiatives, industrialization and marketing of food from family farms in the municipality of Nova Veneza, south of Santa Catarina, Brazil, seeking to identify historical and situational factors that contributed to its development. From the chains of cheese, corn flour and wine, I analyzed the role of organizations and in particular, how institutions like Epagri and municipal government have interacted with this process in the municipality. I also analyzed the relationship between short food supply chains with markets and how various forms of collective organization have reconnected producers and consumers. The study concludes by analyzing the motivation of consumers to choose products from family farms and the implications of product markets with differentiated quality for local development. To understand the object of study proposed a combination of the theoretical notions of social construction of markets and the actor-oriented approach. The methodological procedures used in the case study were secondary data analysis, data collection through semi-structured research and observation. The conclusions of the study indicate that short food supply chains are characterized by new forms of rural development. However, in despite of its vigor, it presents weaknesses and depends on the action of the actors, especially the government itself to the regulation of markets and skilled mediation processes. The expansion and consolidation of short food supply chains depends on the understanding and construction of the notion governance.

**Keywords:** Short Food Supply Chains. Social Construction of Markets. Family Farms. Governance. Role of Actors. Rural Development.

## CONVENÇÕES

Neste trabalho, foram adotadas as seguintes convenções:

➤ Os trechos em itálico representam falas, palavras e expressões dos entrevistados da pesquisa ou termos em idioma estrangeiro.

➤ As aspas duplas remetem a citações bibliográficas; as aspas simples, palavras ou expressões que a autora deste trabalho deseja destacar ou palavras ou expressões com sentido fora do convencional.

➤ Para preservar a identidade dos entrevistados (produtores, consumidores, técnicos e gestores públicos), seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.

➤ Os trechos citados de obras de outros autores, caso tenham sido publicadas em momento anterior ao último acordo ortográfico, foram adequados às mudanças estabelecidas, sem, contudo, alterar-lhes o sentido.

➤ Para a construção do texto foi empregada tanto a primeira pessoa do singular, como a primeira pessoa do plural, como forma de distinguir reflexões e experiências vivenciadas particularmente pela autora da pesquisa.

➤ “Estado” e “País” (com inicial maiúscula) referem-se, respectivamente, a Santa Catarina e ao Brasil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapas do Brasil, de SC e da região sul do Estado, com destaque para Nova Veneza.....           | 23  |
| Figura 2 - Foto da Cooperativa Colonial Lunione Fa La Forza.....  | 85  |
| Figura 3 - Propaganda dos Irmãos Bortoluzzi .....   | 87  |
| Figura 4 - Casa de Comércio dos Irmãos Bortoluzzi .....   | 88  |
| Figura 5 - Agroindústrias de Nova Veneza.....   | 111 |
| Figura 6 - Imagens da loja da Coofanove e de produtos da indústria caseira artesanal de Nova Veneza ..... | 156 |
| Figura 7 - Imagens de Nova Veneza.....  | 172 |
| Figura 8 - Propaganda da colônia 'Nova Veneza' .....  | 199 |
| Figura 9 - Folheto de divulgação da Coofanove.....  | 201 |
| Gráfico 1 - Valores das vendas realizadas pelos agricultores associados à Coofanove.....                  | 159 |
| Quadro 1 - Tipologia de cadeias alimentares curtas .....  | 45  |
| Quadro 2 - Significado do alimento .....  | 49  |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Evolução da População de Nova Veneza .....  | 75 |
| Tabela 2 - Número de estabelecimentos e famílias envolvidas nas atividades agrícolas em Nova Veneza - 2006 ..... | 76 |
| Tabela 3 - Atividades de pecuária, apicultura e aquicultura em Nova Veneza.....                                  | 77 |
| Tabela 4 - Produção agrícola em Nova Veneza de 1895 a 1912.....  | 85 |
| Tabela 5 - Cadeias de processamento e número de famílias envolvidas em Nova Veneza em 2012 .....                 | 96 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acaresc: Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina  
Acevam: Associação de Colonos Ecológicos do Vale do Mampituba – Praia Grande  
Agregco: Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral  
Amrec: Associação dos Municípios da Região Carbonífera  
Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
Apaco: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense  
BSE: encefalopatia espongiforme bovina  
CAE: Conselho de Administração Escolar  
CAFASC: Campanha contra a febre aftosa em Santa Catarina,  
Cepa: Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola  
Cepaf: Centro de Pesquisa Para Agricultura Familiar  
Cetrar: Centro de treinamento da Epagri de Araranguá  
Cidasc: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
Ciram: Centro Integrado de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia  
CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural  
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa  
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento  
Coofanove: Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza  
Coopersulca: Cooperativa Regional Agropecuária Sul  
CPPP: Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades  
Desenvolver: Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção  
DO: Denominação de Origem  
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrater: Empresa Brasileira de Extensão Rural  
Epagri: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
EUA: Estados Unidos da América  
Fatma: Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente  
FDR: Fundo de Desenvolvimento Rural  
GTZ: Empresa de Cooperação Técnica Alemã  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IG: Indicação Geográfica

Infoam: Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica

INPI: Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IP: Indicação Protegida

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

LAC: Levantamento Agropecuário Catarinense

SDS: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>18</b> |
| <b>2 CADEIAS CURTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL – REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....</b>  | <b>39</b> |
| 2.1 REGIMES ALIMENTARES E A EMERGÊNCIA DAS CADEIAS CURTAS .....  | 39        |
| 2.2 CADEIAS ALIMENTARES CURTAS: RECONECTANDO CONSUMIDORES E PRODUTORES.....  | 44        |
| <b>2.2.1 Um novo olhar sobre a qualidade .....</b>   | <b>53</b> |
| 2.3 A CAPACIDADE DE FAZER DIFERENTE: AGRICULTORES FAMILIARES COMO ATORES OU AGENTES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS .....                     | 58        |
| 2.4 ASPECTOS DE UMA INTERVENÇÃO MAIS CONSEQUENTE .....   | 60        |
| 2.5 CONSUMIDORES.....  | 64        |
| 2.6 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS .....  | 68        |
| 2.7 CADEIAS CURTAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL .....   | 72        |
| <b>3 OS AGRICULTORES E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM NOVA VENEZA – BREVE HISTÓRICO E ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS .....</b> | <b>75</b> |
| 3.1 DA COLONIZAÇÃO À INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA COLONIAL AOS MERCADOS.....  | 78        |
| <b>3.1.1 De 1881 a 1930: ocupação, colonização e o frágil início da integração aos mercados .....</b>  | <b>78</b> |
| <b>3.1.2 De 1930 a 1960: evolução e crise do sistema produtivo colonial .....</b>  | <b>86</b> |
| <b>3.1.3 De 1960 a 1990: modernização agrícola e mercantilização .....</b>   | <b>89</b> |
| <b>3.1.4 De 1990 até os dias atuais: um novo perfil na agricultura de Nova Veneza .....</b>  | <b>93</b> |
| 3.2 A REAÇÃO DOS AGRICULTORES: DA AGROINDÚSTRIA AO FORTALECIMENTO DOS MERCADOS DE PROXIMIDADE .....  | 95        |

|   |            |
|---|------------|
| 3.3 ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DINÂMICA DE TRÊS CADEIAS ALIMENTARES TÍPICAS NA CULTURA VENEZIANA: VINHO, FARINHA DE MILHO E QUEIJO ..... | 98         |
| <b>3.3.1 Vinho: Uma conexão explícita entre produtores e consumidores.....</b>  | <b>98</b>  |
| <b>3.3.2 Farinha de milho: Um produto que conquista espaços em uma sociedade que privilegia o consumo de alimentos processados .....</b>          | <b>103</b> |
| <b>3.3.3 Queijo: atividade secundária na propriedade. Até quando? .....</b>   | <b>107</b> |
| <br>  |            |
| <b>4 O PAPEL DO PODER PÚBLICO NO APOIO ÀS CADEIAS CURTAS EM NOVA VENEZA.....</b>  | <b>112</b> |
| 4.1 O CONTEXTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ALAVANCARAM AS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS EM NOVA VENEZA.....  | 112        |
| 4.2 DA INFORMALIDADE À ILEGALIDADE, E DESTA À COMERCIALIZAÇÃO FORMAL . .....  | 119        |
| <b>4.2.1 Sobre o processo da construção da legalidade.....</b>  | <b>121</b> |
| 4.2.1.1 Legalidade tributária.....  | 122        |
| 4.2.1.2 Legalidade sanitária .....  | 125        |
| 4.2.1.2.1 <i>A Vigilância sanitária: Inspeção de produtos de origem vegetal</i> .....   | 125        |
| 4.2.1.2.2 <i>A inspeção de produtos de origem animal</i> .....  | 126        |
| 4.2.1.3 Legalidade ambiental .....  | 129        |
| 4.3 O OLHAR DOS ATORES SOBRE A LEGALIDADE .....   | 130        |
| 4.4 PODER PÚBLICO EM NOVA VENEZA HOJE: A NECESSIDADE DA GOVERNANÇA.....   | 134        |
| <br>  |            |
| <b>5 ORGANIZAÇÕES COLETIVAS E ATORES QUE IMPULSIONAM AS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS.....</b>   | <b>137</b> |
| 5.1 ORGANIZAÇÕES COLETIVAS EM NOVA VENEZA – A COOFANOVE: UM MARCO NA HISTÓRIA DAS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS EM NOVA VENEZA.....                  | 137        |
| 5.2 O QUE AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS TÊM A VER COM AS EXIGÊNCIAS DOS NOVOS MERCADOS.....   | 143        |
| 5.3 O PAPEL DOS CONSUMIDORES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CADEIAS ALIMENTARES CURTAS.....   | 152        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>6 RECONNECTANDO ESPAÇOS E ATORES.....</b>  | <b>157</b> |
| 6.1 O PAPEL DAS CADEIAS CURTAS NA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL .....  | 157        |
| 6.2AS CADEIAS CURTAS E A RECONEXÃO DOS AGRICULTORES E CONSUMIDORES.....   | 161        |
| 6.3 CADEIAS CURTAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERSPECTIVAS .....  | 167        |
| <br>  |            |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>173</b> |
| <br>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>180</b> |
| <br>  |            |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES VINCULADOS À PRODUÇÃO DE VINHO, QUEIJO E FARINHA DE MILHO.....</b> | <b>188</b> |
| <br>  |            |
| <b>APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES PÚBLICOS..</b>   | <b>192</b> |
| <br>  |            |
| <b>APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA AOS CONSUMIDORES.....</b>   | <b>195</b> |
| <br>  |            |
| <b>APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES QUE NÃO ATUAM JUNTO ÀS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS .....</b>        | <b>197</b> |
| <br>  |            |
| <b>ANEXO A – PROPAGANDA DA COLÔNIA ‘NOVA VENEZA’ .....</b>  | <b>199</b> |
| <br>  |            |
| <b>ANEXO B – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DA COOFANOVE .....</b>   | <b>203</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Um expressivo número de pesquisadores estuda as mudanças em curso na sociedade, e parte deles nos faz acreditar que esses processos estão associados aos limites determinados pelos pressupostos da sociedade industrial.

As mudanças por que passa a civilização ocidental não podem ser comparadas às categorias convencionais de crise, transformações e revoluções. As mudanças são profundas e, de acordo com Beck (1997), não vivemos a pós-modernidade; vivemos a continuidade dos processos de modernização autônoma em que os efeitos e as consequências de uma sociedade industrial não podem ser assimilados pelo próprio sistema, produzindo ameaças que questionam e destroem as bases dessa sociedade.

A questão social que motivou este estudo se inscreve nesse quadro mais amplo, do qual acreditamos que emergem os processos que estão reconfigurando os sistemas agroalimentares, provocando grandes alterações no contexto da agricultura familiar<sup>1</sup> e abrindo novas possibilidades para o desenvolvimento rural.

Não diferente de outras regiões, o sul de Santa Catarina também traduz essas mudanças, em especial no que se refere à exclusão e à desigualdade social na área rural. As limitações impostas pelos processos de *profit squeeze*, ou seja, uma situação de aperto e ou queda na renda dos agricultores devido às dificuldades no mercado das principais *commodities* agrícolas forçou a saída de muitos agricultores da atividade rural, e os que permaneceram estão sendo estimulados à construção de uma nova forma de combinar terra, família e trabalho.

Dessa forma, parte dos agricultores familiares da região sul de Santa Catarina, e de maneira muito expressiva os do município de Nova Veneza, tem mostrado sua reação por meio de ‘novas’ experiências, tendo por base ‘saberes tradicionais’ vinculados a sua condição cultural. Essa reação envolve valores próprios e um ‘saber fazer’ que lhes permitem produzir e transformar alimentos diferenciados em suas agroindústrias rurais<sup>2</sup>, as quais, por meio de redes

---

<sup>1</sup> Agricultura familiar: “[...] a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família.” (LAMARCHE, 1993, p.15). A reflexão sobre a noção de agricultura familiar em Schneider (2009) revela a amplitude e complexidade da expressão.

<sup>2</sup> Agroindústria rural – AIR: “Forma de organização em que a família produz, processa ou transforma parte de sua produção agrícola ou pecuária visando, sobretudo, a produção do valor de troca que se

alternativas de comercialização, possibilitam constituir mercados de proximidade com forte interação com os consumidores.

Essa prática tem se caracterizado como alternativa de renda aos agricultores, ao mesmo tempo em que aponta para novos processos de desenvolvimento rural, indicando sinais para a realocação de sistemas agroalimentares. Nesse sentido, muitos pesquisadores têm estudado a emergência de estratégias dessa natureza, as quais Ploeg (2008) destaca como construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos, preservando modos de produção locais, valorizando aspectos e características de cada comunidade ou região.

Em países da Europa e América do Norte, pesquisadores têm caracterizado esse processo como cadeias alimentares curtas (MARSDEN et al., 2000; RENTING et al., 2003) ou nova geografia alimentar. Nesse sentido, essa iniciativa em Nova Veneza se mostra alinhada à noção de cadeias<sup>3</sup> alimentares curtas e revela-se um instigante tema à pesquisa. Essa experiência tem se constituído em uma dinâmica inovadora e promissora para famílias rurais e suas comunidades, tendo em vista os processos de desenvolvimento do município estar fortemente vinculados ao turismo gastronômico, bem como à procura de alimentos diferenciados por um grupo significativo de consumidores.

De acordo com Renting et al. (2003) e Marsden et al. (2000), as cadeias alimentares curtas podem ser classificadas em: face a face, de proximidade espacial e espacialmente estendida. Cadeias curtas podem ainda ser classificadas de acordo com critérios de qualidade, em regionais/artesanais e ecológicas/naturais.

---

realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo” (MIOR, 2005, p.191). Ressaltamos que neste trabalho usamos denominações como agroindústria familiar rural, agroindústria artesanal rural, agroindústria rural, agroindústria artesanal, porém em todas as situações o sentido é o mesmo.

<sup>3</sup> Não estamos tratando aqui de cadeias convencionais comumente tratadas pela economia política, que foca na análise de cadeias de monoprodutos e inseridas num ordenamento capitalista sem uma análise mais detalhada. Wilkinson (2008) destaca os limites da teoria econômica para pensar a realidade dos pequenos e microempreendimentos no meio rural, principalmente quando estes deixam de ser simples fornecedores dos atores dominantes das cadeias agroindustriais e buscam sua inserção autônoma nos mercados. Em relação ao uso das expressões ‘cadeias’ e ‘redes’, concordamos com Ferrari (2011) quando escreve que os pesquisadores que buscam uma análise dos sistemas agroalimentares contemporâneos em torno de cadeias curtas usam alternativamente ‘cadeias’ e ‘redes’, numa tentativa de sombrear a separação analítica que remonta às origens de determinadas correntes teóricas. O pesquisador destaca também as convergências teóricas mais recentes que se traduzem pelo cruzamento entre a nova sociologia econômica, a sociologia das redes sociotécnicas, a economia das convenções e a própria teoria dos custos de transação. Nesse sentido, cadeia, *filière* e rede são todas estruturas de ação.

Cadeias face a face são caracterizadas por vendas diretas do produtor ao consumidor, por meio de feiras, vendas na propriedade e rotas de turismo. Em Nova Veneza, essa prática é bastante comum, e no município as vendas na propriedade estão associadas ao parentesco, às relações de vizinhança e amizade, bem como às atividades turísticas em ascensão no município.

As cadeias de proximidade espacial estão associadas a um saber fazer tradicional, associado ou não a algum atributo do local. Neste, o comércio se faz por intermédio de vendas a varejistas locais, restaurantes, vendas institucionais por meio da merenda escolar, mercados regionais e eventos nos municípios. Ressalta-se aqui o movimento realizado por intermédio da Cooperativa de Agricultores Familiares de Nova Veneza, a Coofanove, que oportuniza a comercialização de produtos fabricados por agricultores por intermédio da loja central instalada no município e mais três filiais em municípios vizinhos. É também expressiva a venda de produtos para varejistas locais, e os diversos restaurantes que trabalham buscando resgatar saberes perdidos da tradição italiana. Percebemos que, até certo ponto e de forma intuitiva, as ações em questão, e em especial eventos como a “Festa da Gastronomia Italiana”, acontecem voltados à questão da qualidade a partir de apelos sensoriais bem como seus significados.

O terceiro tipo de cadeias curtas, a espacialmente estendida, compreende casos que envolvem *fair trade* e certificação de Indicação Geográfica. Aqui, de forma menos expressiva quantitativamente, destaca-se o envolvimento de agricultores de Nova Veneza na Associação de Produtores da Uva e do Vinho Goethe na região de Urussanga – a ProGoethe. Essa associação existe desde julho de 2005. Nela produtores de uva e vinho Goethe e demais envolvidos com turismo e comércio se organizaram na busca da diferenciação e valorização dos vinhos Goethe na região. Dessa forma, embasamos esta pesquisa em aportes da perspectiva orientada aos atores e à nova sociologia econômica, que remetem a cadeias alimentares curtas a partir de sua categoria analítica mais significativa, a imersão ou o enraizamento, que buscam explicar os mercados a partir de uma abordagem das redes sociais. A noção de cadeias alimentares curtas está baseada na premissa de que sociedades podem estabelecer relações não apenas baseadas em uma lógica mercantil capitalista, buscando valorizar ou resgatar condutas mais éticas nas relações de mercados. Trata-se de um esforço no sentido de fortalecer a lógica de que os

mercados podem estar imbricados nas mais variadas redes sociais e, portanto, a sociedade não precisa estar subordinada aos mercados e à vida econômica.

Esse processo se torna mais significativo por acontecer em paralelo a fortes movimentos de mudanças em toda a sociedade, especialmente no que se refere aos padrões alimentares, denominado de virada da qualidade – *quality turn* (GOODMAN, 2003), e traz consigo a preocupação com a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos. Nessa perspectiva, a qualidade dos alimentos, além de atender a parâmetros físico-químicos e microbiológicos, como os que norteiam a produção de alimentos em escala industrial, associa-se à origem das matérias-primas e às formas de produção e comercialização.

Dessa forma, a virada da qualidade emerge relacionada a críticas e descontentamentos em relação aos impactos do atual modelo de produção, processamento e distribuição de alimentos e, de acordo com Goodman (2003), caracteriza-se como um movimento que se contrapõe ao modelo de produção e consumo de massa associado à economia globalizada e às cadeias alimentares longas, ao que Giddens et al. (1997), destacam ser o resultado de uma sociedade cada vez mais reflexiva.

É possível que essa postura mais reflexiva tenha sido acentuada em função da entrada de novos atores no processo, ou seja, os consumidores, que reforçam a constatação de que o sistema agroalimentar convencional não é sustentável nem seguro. Mesmo considerando que, no Brasil, a crítica ao sistema agroalimentar dominante esteja mais associada aos processos de exclusão, outros países desenvolvem argumentos que certamente também possuem relação com a realidade brasileira, embora ainda com uma conexão menos explícita. Entre esses argumentos enumeramos: esgotamento da base energética, padrão de consumo exagerado, restrição ao direito humano à alimentação e à soberania alimentar, exclusão de pequenos agricultores, além de grandes questões de saúde pública e falta de confiança. Este último argumento pode ser ilustrado pelos recentes escândalos alimentares, que abalaram a confiança do consumidor, colocando em xeque os padrões de qualidade estabelecidos e seus sistemas peritos reguladores de alimentos, características de uma 'sociedade de risco'. É possível que esta nova forma de mercado, com base nas cadeias alimentares curtas, já contenha as sementes para a consolidação de um novo regime alimentar que contemple a realocação dos sistemas agroalimentares, bem como o surgimento de novas

instituições, exigência dos processos com vistas à construção de uma nova sociedade. Pesquisadores também chamam a atenção para a fragilidade dessa forma de mercado, alertando para a necessidade de garantir diferentes formas de suporte institucional como pré-condição para sua continuidade no espaço e no tempo (RENTING et al., 2002; MARSDEN et al., 2000).

Acreditamos que os mercados de proximidade por meio das cadeias curtas podem se constituir em uma opção aos agricultores familiares, que precisam assegurar seu espaço na diversidade que a sociedade pós-moderna oportunizará, bem como contribuir para a realocação dos sistemas agroalimentares. Assim como Beck (1997), acreditamos na necessidade e na possibilidade de reinvenção da civilização ocidental por meio da desincorporação e da reincorporação de formas sociais industriais por outra modernidade.

É nesse contexto que se inscreve a problemática desta pesquisa em que se relacionam as mudanças dos sistemas agroalimentares e sua relação com a agricultura familiar.

Uma questão que demonstra evidências da mudança possui relação com o que a literatura visitada (FRIEDMAN, 1993; FRIEDMAN; MCMICHAEL, 1989) tem apontado como o surgimento de uma terceira fase referente aos sistemas agroalimentares.

Neste trabalho refletimos sobre o contexto que envolve os agricultores familiares de Nova Veneza, SC, que, a partir da produção de alimentos em bases mais sustentáveis, enraizados em território e cultura, comercializam por meio de mercados de proximidade, construindo interação entre produtores e consumidores. Essa prática, alinhada à noção de cadeias alimentares curtas, tem se constituído como uma alternativa de renda aos agricultores, ao mesmo tempo em que aponta ser um dos pilares para os processos de desenvolvimento do município, associados aos aspectos da cultura e da gastronomia italianas.

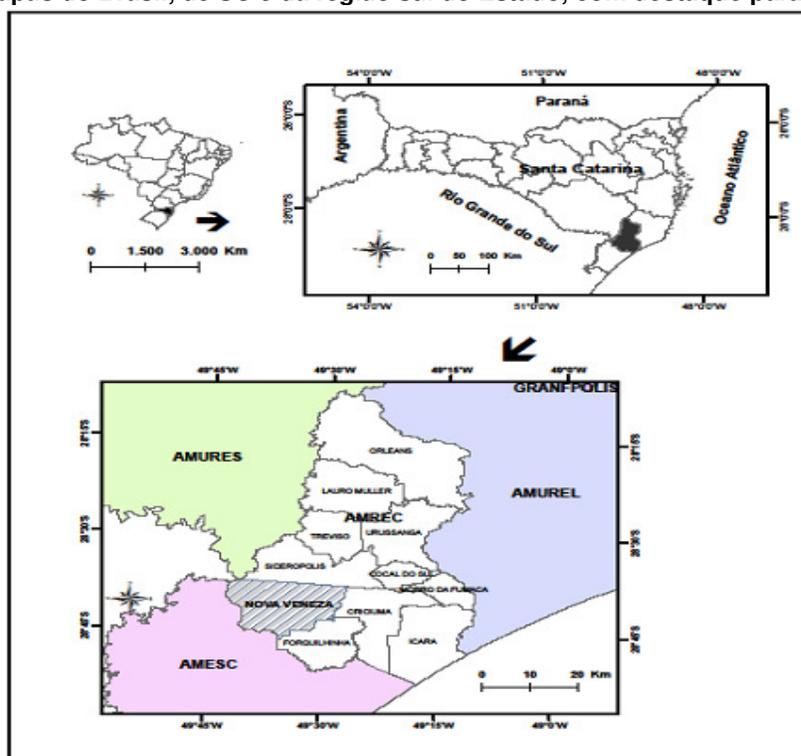
A região vivenciou uma intensa integração econômica a partir dos últimos 40 anos, quando o processo de 'modernização' da agricultura fortaleceu as bases da economia, produzindo significativa heterogeneidade nos processos de inserção nos mercados.

Essas trajetórias também são visíveis no município de Nova Veneza, sul de Santa Catarina, primeira colônia italiana organizada após a Proclamação da República. Fundada em 1891 por imigrantes oriundos da Itália, mais precisamente

da região do Vale do Vêneto (BORTOLOTTTO, 1992), Nova Veneza, em 21 de junho de 1958, emancipou-se de Criciúma e possuía, em 2010, 13.302 habitantes (IBGE, 2010). Entre esses estão as 1.028 famílias rurais (Epagri e Prefeitura Municipal). O município caracteriza-se pela presença da agricultura familiar, sendo sua característica central a diversificação de sua base produtiva, combinando produtos vegetais com a criação de animais. Assim, a rizicultura em escala, bem como formas modernas de produção de aves no sistema de integração agroindustrial convivem com práticas tradicionais de produção e autoconsumo através da articulação com mercados locais e redes mercantis informais.

Na sequência, a Figura 1 traz mapas para nortear o leitor quanto à localização do município a ser pesquisado.

**Figura 1 - Mapas do Brasil, de SC e da região sul do Estado, com destaque para Nova Veneza**



Fonte: Epagri/Ciram 2012

A base econômica do município está assentada nos setores metal-mecânico, têxtil e agroindustrial por meio do beneficiamento de arroz e madeira, laticínios, abate de aves, bovinos e suínos (em menor escala). Entre as atividades agrícolas de maior importância no município destacam-se as culturas de arroz

irrigado, milho no sistema de plantio direto e fumo em folha. Na pecuária, destacam-se a bovinocultura de leite e Avicultura de corte.

Todos esses setores, porém, retratam fortes nuances de uma identidade étnica e cultural que o município cultivou desde o período da colonização, e que hoje perpassa seus projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, e com foco em nossos objetivos, optamos por destacar duas características relativas a Nova Veneza: o primeiro tem a ver com sua característica de município herdeiro de processos de colonização europeia, maciçamente italianos (mais de 90% de sua população é de ascendência italiana), com grande parte de seus habitantes ainda conservando o 'jeito italiano de ser e viver'. As características europeias podem ser vistas na musicalidade, nos dialetos vêneto e bergamasco, (falados por muitos seus habitantes), na arquitetura colonial, nas paisagens, na religiosidade, no folclore e nos grupos culturais. Mas a colônia conserva muito além dessas características: preserva também valores, tradições e o 'saber fazer' associado à gastronomia típica colonial. A produção artesanal de vinhos, açúcar, aguardente, queijos, salames, pães, biscoitos, geleias, além de pousadas, casas de café colonial, bem como um grande número de restaurantes alinhados à cozinha italiana fazem com que o município receba um grande número de visitantes, especialmente nos fins de semana. Essa tradição de lidar com o alimento típico colonial credenciou o povo veneziano ao título oficial de 'Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana'.

O segundo aspecto que merece destaque refere-se às mudanças resultantes do processo de modernização da agricultura ocorrido nos últimos 40 anos, que alterou as bases da economia mercantil favorecendo a construção de diferentes trajetórias para agricultores familiares.

Hoje três processos socioeconômicos podem ser identificados, e suas características diferenciadas lhes conferem possibilidades diversas. O primeiro é um grupo de agricultores familiares que estão inseridos em um sistema agroalimentar convencional produzindo arroz e aves. Suas características são a inserção no *treadmill* tecnológico e um dos seus principais problemas é o *profit squeeze* devido à forte dependência de recursos externos. Esse grupo envolve 60% (617) das famílias do município, 503 das quais produzem arroz irrigado (Epagri, 2011). Existem mais de 100 aviários no município, e a produção de aves acontece em sistema de integração com a Agrovêneto, empresa instalada no município em 1996, abatendo em torno de 140 mil aves por dia. Seus produtos são comercializados no mercado

interno, além de países europeus, asiáticos e africanos. Esse grupo está vinculado a empresas que atuam em sistema de comercialização de cadeias alimentares longas.

O segundo grupo é formado por uma gama de famílias e propriedades cuja característica principal é a sobrevivência a partir de rendas e atividades não agrícolas, sendo composto principalmente por pluriativos e aposentados. Para esses, a agricultura não é a principal fonte de renda e, embora não existam pesquisas precisas e oficiais, estima-se que esse grupo seja formado por aproximadamente 31% das famílias agricultoras venezianas. Essas famílias, em torno dos anos 1980, por dificuldades econômicas e especialmente por não possuírem terras planas, próprias para o cultivo do arroz, começaram a buscar alternativas para aumentar a renda familiar, empregando-se na indústria. O cultivo do milho e a criação de gado de leite são as atividades agropecuárias mais comuns entre os pluriativos. Desconhecemos pesquisa que possa traduzir seguramente o número de aposentados desse grupo.

O terceiro grupo é formado por um menor número de famílias e busca viver da agricultura e de atividades de agregação de valor aos seus produtos e serviços. Esse grupo é o foco do nosso trabalho. Por várias razões, ele passou a produzir produtos que são comercializadas em mercados locais e regionais. Um olhar sobre essas famílias permite reconhecer que as atividades de produção artesanal de alimentos, que até pouco tempo atrás faziam parte da cozinha das agricultoras, constituem agora novo espaço e empreendimento social e econômico para a família. É bem verdade que, ao longo da história, o excedente da produção sempre foi objeto de troca e esteve presente em formas de mercados, quer sejam na vizinhança, quer no varejo em mercados na sede do município. Hoje, com a mudança de contexto, especialmente pela ação das cadeias alimentares longas, essa prática também sofreu alterações.

A formação da Cooperativa de Agricultores Familiares de Nova Veneza, a Coofanove, associada à possibilidade de legalização sanitária e ambiental, foi considerada um divisor de águas nesse processo, pois possibilitou a comercialização legal e tem facilitado a ampliação dos mercados.

Os dados mostram o envolvimento e a determinação de agricultores em avançar nesse processo. Observa-se que esse tipo de mercado se expande ao mesmo tempo em que se torna mais complexo, especialmente pela instalação de pontos de venda da cooperativa em municípios vizinhos.

De acordo com a categorização anterior, e mesmo sabendo que as fronteiras são tênues entre um grupo e outro, podemos afirmar que entre as 1.028 famílias de agricultores de Nova Veneza (IBGE, 2006), 84 (8,17%) (Epagri, 2011) fazem parte do terceiro grupo, ou seja, busca viver da agricultura e de atividades de agregação de valor, vendendo seus produtos para mercados locais e regionais. Ressaltamos que não estamos incluindo nesse grupo 114 produtores de leite, que entregam o produto para cooperativas da região, e quatro produtores de frutas, que eventualmente comercializam direto com os consumidores, bem como não consideramos as atividades de turismo rural (pousadas, restaurantes, café colonial e pesque e pague).

O levantamento realizado por técnicos da Epagri em parceria com a Prefeitura Municipal, no ano de 2011, revela-nos que 84 famílias estão envolvidas em cadeias de processamento e comercialização de produtos, e dessas, a grande maioria, 34 famílias, está envolvida com o processamento do queijo, quatro famílias fabricam farinha de milho e nove se envolvem com a fabricação de vinho. As outras famílias se voltam a uma grande diversidade de produção, processamento e comercialização de produtos tais como: derivados de cana-de-açúcar, farinha de mandioca, peixes, derivados de suínos, geleias, doces, mel, ovos, panificação, biscoitos, suco de uva, vinho e vegetais não processados. Conforme contato com o presidente da Coofanove, dessas famílias, 23 são associadas à cooperativa, 20 das quais estão legalizadas.

É fato que até pouco mais de uma década atrás, as famílias venezianas produziam e comercializavam na informalidade. Durante a década de 1980, a informalidade passou a ser entendida como ilegalidade e hoje se observa que as famílias que não buscam a legalização de suas agroindústrias veem que suas possibilidades de mercado ficam limitadas.

. É preciso ressaltar que a formação da Cooperativa de Agricultores Familiares de Nova Veneza, a Coofanove, no ano de 2004, juntamente com os processos de inspeção e o estabelecimento de normas ambientais, permitiu uma ampliação dessas atividades, pois possibilitou a comercialização legal de produtos industrializados e tem facilitado o aprendizado coletivo sobre questões antes consideradas indecifráveis e supostamente inatingíveis para agricultores.

Há que se considerar que a expansão e os números expressivos dessas agroindústrias não escondem a fragilidade dessas iniciativas, que com frequência

apresentam problemas e riscos de sucumbir, tornando a sustentabilidade uma incógnita.

De maneira geral, pode-se observar que a emergência dessa forma de mercado, que busca o reconhecimento de uma qualidade diferenciada, é resultante de um jogo de forças de atores na cadeia de alimentos. Estudar como essas forças se agregam por meio da ação de agricultores familiares, varejistas, consumidores, mediadores (representado o poder público local e o Estado) é fundamental para garantir a evolução temporal e espacial, de demanda, e associativa institucional dessa forma de mercado (RENTING et al., 2003).

Por todas as características e, em especial, pelo jeito de produzir das famílias agricultoras, o município se constitui num espaço rico para a expansão de processos voltados à economia de qualidade, que pode estar na oferta de produtos agroecológicos, coloniais, tradicionais, artesanais ou regionais<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, a questão central de nossa pesquisa é analisar o processo de construção de cadeias alimentares curtas no município de Nova Veneza, buscando identificar fatores históricos e conjunturais que contribuem para o seu desenvolvimento, e de que forma consumidores, organizações coletivas e instituições como a Epagri e a administração municipal interagem com esse processo social.<sup>5</sup>

Conhecer como se dá o processo de construção das iniciativas de produção, industrialização e comercialização de produtos alimentares de agricultores de Nova Veneza, desvendar em qual contexto, com quais expectativas, com que argumentos os agricultores e técnicos se embrenharam nessa questão pode dar pistas para caminhos futuros.

Especificamente para o caso do sul de Santa Catarina, a legalização parece ter sido um dos pontos críticos no avanço dessas iniciativas. Compreender

---

<sup>4</sup> Embora a pesquisa realizada pela Epagri/Cepa (2012) revele que a grande maioria das 19 agroindústrias levantadas entende que a melhor denominação para seus produtos seja 'colonial', o debate que orienta a definição de uma denominação comum ou que destaque a característica do produto 'típico' ainda é incipiente.

<sup>5</sup> Neste trabalho não adotamos as acepções descritas por Douglas North (1990) no que se refere a instituições. Para o autor instituições são normas ou regras formais ou informais que regem a interação entre indivíduos para superar os custos de transação devido as incertezas, aplicando essa noção especialmente no campo da economia. North entende que a partir dos estímulos oferecidos pela matriz institucional, surgirão diversas organizações que atuarão na busca de diversos objetivos. Nesta dissertação Epagri e prefeitura são consideradas instituições sendo que organizações são entendidas como movimentos empreendidos pela sociedade civil como cooperativas ou associações.

os aspectos positivos e negativos que o processo de legalização tem feito emergir, o contexto em que a comercialização informal passou a sugerir ilegalidade e os riscos para os que não se adequam às normas pode expor os desequilíbrios de poder e os efeitos que isso pode trazer aos amplos processos de desenvolvimento rural.

Outro aspecto importante no estudo de cadeias curtas são questões que facilitam a construção dessas iniciativas para os agricultores familiares, como aspectos do 'saber fazer' ou do conhecimento empírico, que podem se aliar a informações externas até garantir produtos melhores, bem como novas possibilidades de mercado. Nesse sentido, é fundamental compreender também como os agricultores percebem os espaços ou nichos de mercados e se valem do contexto histórico-cultural para fortalecer a identidade de seus produtos. Por outro lado, em que medida as cadeias alimentares curtas, por meio da valorização dos produtos agroalimentares com a identidade cultural, têm contribuído para os processos do desenvolvimento local.

Pesquisadores têm sido convincentes na necessidade de apoio institucional para as novas formas de mercado da agricultura familiar. Nesse sentido, constitui-se fundamental nesta pesquisa tornar claro o papel da extensão rural, analisando como a noção de interface social é compreendida e trabalhada por seus técnicos, bem como quanto a Prefeitura Municipal, por meio de seus gestores e técnicos, contribui com esse processo. Em uma abordagem que se dispõe a estudar a conexão entre produção e consumo, é importante considerar como o consumo pode tornar-se uma ação política materializando e tornando público valores e comprometeros éticos e ambientais. Sendo assim, buscaremos compreender o que move o consumidor a procurar produtos provenientes da agricultura familiar por meio de cadeias curtas.

Dessa forma, o objetivo geral é analisar o processo de construção social das iniciativas de produção, industrialização e comercialização de produtos alimentares da agricultura familiar no município de Nova Veneza, buscando identificar fatores históricos e conjunturais que contribuem para seu desenvolvimento.

Como questões específicas, temos:

- a) analisar como se constituem cadeias alimentares curtas do vinho, da farinha de milho e do queijo, e quais os atores que se envolvem nesse processo em Nova Veneza;

- b) analisar o papel das organizações e em especial de que forma instituições como a Epagri e a Prefeitura têm interagido com esse processo no município de Nova Veneza;
- c) estudar a relação das cadeias alimentares curtas com os mercados e formas de organização coletiva;
- d) identificar a motivação e o papel dos consumidores no consumo de produtos da agricultura familiar por meio de cadeias curtas em Nova Veneza.

As questões centrais e específicas nos levam a justificar a pesquisa como sendo uma contribuição aos estudos acadêmicos em relação ao tema 'cadeias alimentares curtas' e, em especial, como elas se constroem, se estabelecem e se ampliam. Trabalhos têm sido desenvolvidos nessa linha, porém muito ainda há que se pesquisar buscando aprofundar conceitos, métodos e abordagens que permitam abranger a diversidade dessas práticas no Estado e especialmente na região sul de Santa Catarina.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (Epagri), na qual a autora desta dissertação trabalha, tem como missão o desenvolvimento de ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras catarinenses. Ao longo de sua história, dedica-se à pesquisa com foco em tecnologias voltadas à melhoria da produtividade agrícola bem como à prestação de assistência técnica e extensão rural com base nos processos de modernização tecnológica. Nas últimas décadas, vem procurando desenvolver pesquisas e programas, buscando uma conexão mais significativa com os aspectos contemporâneos do desenvolvimento rural, entre eles os sistemas agroalimentares e os mercados.

Neste sentido, compreender melhor a relação que as cadeias alimentares curtas possuem com novas perspectivas de desenvolvimento rural, ter mais claro o contexto que emergem e perceber melhores possibilidades e limites dessa proposta, possibilitarão uma intervenção mais consequente da Epagri nessa complexa rede que envolve a questão alimentar no Estado.

Analisar como a Epagri tem buscado simetrizar sua prática entre projetos voltados para a produção e o consumo, exigência de novos padrões de desenvolvimento rural e em especial compreender como o Estado, por meio da extensão rural, tem lidado com a transição do sistema agroalimentar, pode nos fazer

perceber limites e novas possibilidades desse processo, bem como definir passos para novas estratégias.

Estudar como os atores se colocam ante a necessidade da prática da governança, exigência da sociedade contemporânea, pode apontar para a importância de novos e diferenciados projetos, bem como novas perspectivas, tendo em vista a capacitação de profissionais, tanto vinculados à empresa como à academia. Acreditamos que esta investigação permita analisar como a instituição/organização Epagri e a Prefeitura Municipal têm lidado com a possibilidade de se afastar das tradições existentes do pensamento social e como têm possibilitado a emergência e a sustentação de novas estruturas sociais.

Um pouco mais de domínio deste tema permitirá contribuir para a influência na construção de políticas públicas que possam garantir a continuidade da produção de alimentos mais saudáveis e diferenciados, possibilitando mais opções de produção para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural. Além disso, acreditamos que a Epagri, pela capilaridade de sua atuação, bem como pela qualificação do seu corpo técnico poderá ser decisiva na estruturação de uma nova geografia alimentar para o Estado.

Outro aspecto que também justifica a elaboração desta pesquisa é a carência de estudos sobre esse tema na realidade da região sul de Santa Catarina. A maioria dos trabalhos de pesquisa com foco nos mercados tem sido desenvolvidos na região Oeste do Estado, que, apesar da semelhança de processos, não corresponde às especificidades regionais do sul.

Nova Veneza, por suas características e seus processos inovadores nas iniciativas que incluem a reação dos agricultores por meio de agroindústrias e mercados de proximidade associados ao turismo gastronômico e cultural, constitui-se um campo de pesquisa interessante, podendo se tornar centro irradiador dessas práticas. Após essa justificativa, podemos avançar buscando averiguar as bases teóricas que tratam dos processos aqui investigados.

O contexto da realidade de Nova Veneza nos incitou à reflexão acerca de qual seria a perspectiva teórica que melhor se aproximaria da compreensão e ancoragem desse processo. Um movimento entre pesquisadores das ciências sociais e econômicas tem projetado perspectivas que procuram entender o desenvolvimento fundamentado na ideia de que mercado não é algo estático e isolado do contexto social, político e cultural. “O importante para o estudo do

desenvolvimento não é a ideia abstrata de mercado como formação dos preços, mas como processo histórico que reflete poder, estruturas, convicções, normas e controles sociais” (ABRAMOVAY, 2001, p. 7). Dessa forma, entendemos que a sociologia econômica poderá dar-nos as bases para a compreensão da construção social de mercados.

Estudar mercados a partir da possibilidade de estes serem construídos pelos próprios agricultores familiares é evidenciar a capacidade destes de agir em direção à reprodução e ao desenvolvimento por meio de relações sociais. As questões teóricas fundamentais das ciências sociais e econômicas mais contemporâneas estão no âmago desses processos sociais. Nesse sentido, a perspectiva orientada aos atores de Long e Ploeg (1994) pode fornecer bases teóricas para a fundamentação deste estudo.

A perspectiva de Long (2007) também pode nos dar as bases para o estudo da mediação, ou seja, compreender como a noção de interface é compreendida e trabalhada pelos atores. O autor acredita que a história é construída a partir de conflitos de interesses dos diversos mundos de vida assim como acredita na necessidade de redefinir e reorientar o olhar sobre o mundo rural, considerando interfaces jogos de poder, arenas etc. O autor trabalha com os perigos de uma intervenção com objetivos pré-definidos, pois acredita que a gênese do desenvolvimento está dentro das comunidades Long (2007)

A abordagem de Friedman (1993) e McMichael (2009) que analisam os sistemas agroalimentares, consegue mostrar um pouco do contexto geopolítico que envolve a questão alimentar no mundo contemporâneo e que nos dão as bases para refletir na condição do atual regime e a possibilidade de pensar novo regime alimentar.

Redes alimentares alternativas sugerem um deslocamento do setor convencional de alimentos para uma relocalização de sistemas agroalimentares e novo regime de agricultura (SONNINO; MARSDEN, 2006). Para a análise das forças que influenciam o consumo moderno nos apoiaremos na perspectiva trabalhada por Beck e Giddens (1995). A discussão das cadeias alimentares curtas (SFSC) por pesquisadores como Terry Marsden, Henk Renting, Roberta Sonnino, Gianluca Brunori, que não se caracteriza por uma abordagem teórica, mas um conceito de análise apresenta elementos que permitem o estudo dessa prática, relacionando-a aos processos de desenvolvimento rural. Essa proposta sugere reconsiderar os

enfoques tradicionais das ciências sociais e econômicas, tendo em vista uma complexidade que certamente não poderá ser reduzida a questões de ordem econômica.

Segundo pesquisadores, qualidade, confiança, local e *embeddedness* – imersão ou enraizamento – são elementos-chave para o estudo das cadeias alimentares curtas, constituindo-se categorias analíticas que se relacionam e caracterizam a *quality turn*<sup>6</sup>. “Categorias de análise retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais” (MINAYO, 2004, p. 93).

Dessa forma, elementos como enraizamento, local e qualidade assumem uma importância significativa nos estudos das cadeias curtas, porém é necessário cuidado, pois são conceitos que se submetem aos aspectos subjetivos e sempre possíveis a novas interpretações e apropriação.

Segundo a compreensão de Marsden e Sonnino (2006), o conceito de *embeddedness*, ou enraizamento, é um dos principais traços que distinguem as redes alternativas de alimentos das cadeias convencionais. Sendo assim, esses autores, baseados em uma literatura crescente sobre o significado e as implicações desse conceito no contexto de alimentos, utilizam o enraizamento como uma ferramenta analítica para o estudo de cadeias alternativas. Então, além do enraizamento, elementos como proximidade, parentesco, confiança, local, qualidade e governança podem caracterizar o processo de construção social das cadeias curtas. Por isso, constituem-se também como categorias de análise.

Ressaltamos que, ao nos referirmos a ‘redes ou cadeias alternativas’, estamos associando a promoção e a valorização de alimentos produzidos localmente, em pequena escala, vinculados a relações de confiança, ética e sustentabilidade, opondo-se ao sistema convencional de produção e distribuição de alimentos.

---

<sup>6</sup> *Qualit turn*: Muitos autores tem apontado o surgimento de diferenciados modelos de produção e distribuição de alimentos. Entre esses autores Goodman especialmente em artigo publicado em 2003, considerava que aquele momento histórico indicava um movimento contrário ao modelo da lógica da produção de mercadorias de massa/padronização, para uma nova direção traduzida nos alicerces da confiança, tradição, com foco no local, em produtos ecológicos e novas formas de organização econômica. Para Goodman as redes alimentares alternativas em função da revalorização de práticas alimentares vinculadas a espaços rurais, poderiam criar “novos espaços econômicos”, capazes de se contrapor as forças globalizantes, mercados não controlados, divisão do trabalho e poder de grandes empresas. Esse movimento foi caracterizado por Goodman (2003) como virada de qualidade – *qualit turn* e está fortemente vinculado à proliferação de redes alimentares alternativas.

Esta dissertação orientou-se, fundamentalmente, pelos princípios da pesquisa qualitativa, a qual se justifica principalmente quando se procura entender a natureza de determinado fenômeno social ou quando se trata de situações complexas. Observando as afirmações de Cotanda et al. (2008), a abordagem foi relacional e histórico-processual, com o objetivo de apreensão das características das relações entre as entidades em análise e ênfase na intrínseca historicidade dos fenômenos sociais. Nesta pesquisa, privilegiou-se a abordagem que buscou compreender as cadeias alimentares curtas enquanto processo social, centrado nos resultados das ações dos atores sociais.

O estudo de caso associado à pesquisa descritiva norteou o estudo das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. Segundo Strauss e Corbin (2008), a descrição é a base para interpretações de dados mais abstratos e para o desenvolvimento de teoria. A descrição também já incorpora conceitos, mesmo que implicitamente. A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, ou seja, procura descobrir, com maior precisão, a relação e a conexão de um fenômeno com outros. Nesse sentido, procuramos estabelecer a relação entre cadeias alimentares curtas e os fatores que possibilitaram ou dificultaram sua construção, expansão e sustentabilidade no município de Nova Veneza.

Para Yin (2005), o estudo de caso é um desenho de pesquisa adequado para estudos microssociais, pois permite uma apreensão bastante minuciosa das relações sociais. É o método de pesquisa mais apropriado quando se deseja estudar situações complexas. Para o autor, esse método garante ênfase na totalidade, analisando as múltiplas dimensões de um problema. Segundo Gil (1995) e Triviños (1995), o estudo de caso é caracterizado pela análise profunda e exaustiva de uma determinada realidade, de maneira a possibilitar seu amplo, profundo e detalhado conhecimento.

Esse método vem sendo destacado como um dos procedimentos mais adequados para o tipo de pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1995) no que se refere à profundidade de análise requerida e à possibilidade de obter dados essencialmente qualitativos como indicadores do funcionamento de estruturas e de relações sociais; ele permite analisar eficientemente uma situação complexa sem perder de vista a riqueza das múltiplas relações e interações de seus componentes.

Com base na leitura de Minayo (2004), para a qual as categorias empíricas são aquelas construídas com finalidade operacional visando à fase empírica e que têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica, fizemos um recorte a partir de estudo de caso em duas modalidades de cadeias curtas, a partir da categorização proposta por Renting *et al.* (2003). Assim, o estudo focou casos que contemplaram as cadeias face a face e as de proximidade espacial, e apenas tangenciamos as cadeias espacialmente estendidas.

Salvo as devidas especificidades, os agricultores inseridos nas diversas cadeias, demonstram enfrentar desafios da mesma natureza. Sendo assim, optamos por estudar as cadeias de queijo, vinho e farinha de milho, pois entendemos que essas são representativas, uma vez que compõem formas de comercialização constituindo cadeias face a face e de proximidade espacial. As famílias produtoras de farinha de milho e vinho se caracterizam pelo envolvimento nas cadeias de proximidade espacial e face a face, e os produtores de queijo quase que exclusivamente são envolvidos nas cadeias face a face. A mescla entre produtos de origem vegetal e animal nos permite estudar processos diferenciados referentes às leis tributária, sanitária e ambiental. Além disso, caracterizam-se por grupos quantitativamente expressivos no município. Ressaltamos também que, embora um produtor de vinho esteja associados à ProGoethe, associação que alcançou o selo de Indicação Geográfica Protegida (IG) Vales das Uvas Goethe, não aprofundamos a pesquisa referente às cadeias espacialmente estendidas.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira, realizamos um estudo exploratório em que, a partir de contatos com técnicos da Epagri e com agricultores, situamo-nos em relação ao contexto mais amplo das iniciativas. Esse primeiro momento investigativo nos permitiu ir a campo com maior segurança. Já a segunda etapa privilegiou técnicas de coleta de dados de abordagem qualitativa por meio de observação da realidade, entrevistas com roteiro semiestruturado, pesquisa documental e diário de campo.

Além das questões associadas aos agricultores, buscamos conhecer aspectos referentes ao envolvimento de instituições governamentais e sua forma de mediação, bem como as motivações dos clientes ao optarem por produtos da agricultura familiar. O cruzamento dessas informações permitiu obter uma visão do modo como se articulam a unidade de produção e sua relação com os mercados.

Nessa segunda etapa, destacamos que foram entrevistados 42 atores, dos quais 14 eram agricultores. Com exceção de um, todos os outros eram ligados às cadeias de produção, processamento e comercialização da farinha de milho, vinho e queijo; seis consumidores foram escolhidos aleatoriamente nas lojas da cooperativa, em momento de compras ou indicados previamente por comprarem diretamente de agricultores, caracterizando cadeias face a face; quatro gestores públicos em funções de comando, os quais são representados por profissionais em cargos de confiança; 12 técnicos vinculados à Prefeitura e suas diversas Secretarias, bem como técnicos da Epagri e da Cidasc; duas vendedoras da loja da Coofanove; uma merendeira, e três lideranças municipais que nos permitiram obter informações sobre a história de Nova Veneza.

O número de entrevistas, resguardada a representatividade, foi determinado pela própria dinâmica da pesquisa, ou quando as informações se tornaram demasiadamente repetitivas, sem apresentar novos aspectos relevantes. Minayo (1999) afirma que o critério de representatividade da amostragem na pesquisa qualitativa não é numérico, como na pesquisa quantitativa. A quantidade de pessoas entrevistadas, no entanto, foi até o ponto no qual começamos a perceber a reincidência de informações ou a saturação dos dados, situação ocorrida quando nenhuma informação nova foi acrescentada com a continuidade do processo de pesquisa.

Em todas as entrevistas, a intenção da pesquisa foi revelada ao entrevistado, solicitando permissão para a gravação e posterior transcrição. Além disso, lançamos mão de anotações em um caderno de campo.

Buscamos narrativas pessoais e depoimentos de acontecimentos presentes e passados como um dos recursos para a construção e o registro das histórias. Segundo Lakatos e Marconi (1991), a história revela acontecimentos, rupturas e crises do passado que permitem descobrir os processos de construção de práticas sociais, políticas e econômicas. A análise desses processos permitiu descobrir alguns aspectos específicos dessas práticas e verificar sua influência nas práticas atuais.

Para estabelecer as conexões entre o caso particular e o geral, aliamos outros procedimentos de investigação, como o levantamento de dados secundários, por meio de consultas aos documentos históricos e demográficos sobre a ocupação do espaço, a colonização pelos migrantes, os atores sociais, os sistemas produtivos,

os mercados de trabalho e os produtos. Também buscamos as fontes usuais de pesquisa social, como as informações estatísticas sobre demografia, produção e outras variáveis disponibilizadas pelo IBGE (censos, pesquisa sobre domicílios, pesquisa sobre produção municipal etc.), prefeituras, sindicatos, cooperativas e outros órgãos estaduais como, a Epagri/Cepa, além de empresas do setor privado.

Para análise qualitativa de dados coletados nas entrevistas, foi-nos útil a técnica de análise de conteúdo, cujo mérito é constituir-se em um modo criativo e, ao mesmo tempo, rigoroso de leitura sistemática. No caso, a técnica foi a análise de temática, isto é, a partir da teoria e de um conhecimento exploratório do material a ser analisado, elaboramos um sistema de categorias temáticas; a partir da organização do material empírico, buscamos descobrir os núcleos de sentido da comunicação, organizando os dados em categorias orientadas pelos objetivos e pelo referencial teórico.

Ressaltamos que nossas atividades profissionais na região e no município bem como o envolvimento com o processo facilitaram a análise dos dados, permitindo-nos escolher métodos simples nos quais marcamos depoimentos afins a determinada questão ou categoria analítica. A partir de então, relacionamos os depoimentos e os analisamos.

O envolvimento profissional com a região sul existe desde a década de 1980, quando iniciei minhas atividades na Acaresc/Epagri. No final da década de 1980, passei a atuar em âmbito regional o que me permitia circular entre os municípios da região. À medida que o tempo foi passando as inquietações foram se tornando muito desconfortáveis, pois havia uma desconexão entre o que eu enxergava e o que eu sabia. A sensação era de que eu poderia oferecer muito pouco àqueles a quem esperavam muito da extensão rural. Enxergava que os espaços para a agricultura familiar estavam cada vez mais reduzidos, especialmente nas grandes cidades e isso me assustava. Por outro lado existia outro rural acontecendo e eu não o compreendia.

Um curso de especialização em 'Agregação de Valor aos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar' oportunizado pela Epagri, permitiu-me compreender melhor as mudanças que estavam acontecendo, a importância dos produtos da agroindústria artesanal e conseqüentemente a necessidade de construção de uma nova extensão rural.

Então, essas questões associadas à percepção das dificuldades vividas pelas famílias rurais, em especial a impossibilidade de comercializar os produtos processados, levando muitas famílias comercializarem o “queijo escondido”, bem como o florescimento de iniciativas com as agroindústrias familiares na região, impulsionaram-me a buscar conhecimentos para a ampliação do olhar sobre a questão do rural e suas possibilidades.

Nesse período, Nova Veneza destacava-se por suas iniciativas mais arrojadas, inspirando-me a acompanhar mais intensamente suas dinâmicas, o que me permitiu circular mais facilmente entre os atores desse processo durante a elaboração desta pesquisa.

A partir desses fatos e o desafio do orientador, decidimos pesquisar este tema. Além desta introdução, cinco capítulos foram construídos e finalizados com considerações gerais. No segundo capítulo, analisamos como os processos em curso têm provocado a emergência de um novo regime alimentar, o que tem favorecido o desenvolvimento das cadeias alimentares curtas.

No capítulo seguinte, buscamos aportes teóricos acerca de cadeias alimentares curtas como forma de comercialização que expressa proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas uma espécie de conexão que permita provocar uma interatividade entre consumidores e produtores. Essas questões acabaram por implicar o debate sobre a temática da qualidade dos alimentos. Na sequência, analisamos como as cadeias alimentares curtas se constituem uma reação dos agricultores à situação de aperto econômico, que, ao reagir, desmistificam a ideia de mercado como algo estático, demonstrando sua capacidade e possibilidade de construção de mercados. Procurando compreender o papel do Poder Público na construção de cadeias alimentares curtas, abordamos a questão da mediação a partir da perspectiva das interfaces. Uma reflexão acerca das questões relativas ao consumo e à emergência de consumidores mais reflexivos foi o próximo aspecto a ser abordado. Finalizamos o segundo capítulo com uma breve reflexão acerca da relação entre cadeias alimentares curtas e o desenvolvimento rural.

No capítulo terceiro, analisamos a construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza; nele discorreremos sobre aspectos que vão da agricultura colonial às agroindústrias e aos mercados de proximidade. Finalizamos esse capítulo analisando o processo de construção e dinâmica de três cadeias

alimentares típicas na cultura veneziana: vinho, farinha de milho e queijo. Nesse espaço, privilegiamos a discussão acerca da forma como surgiram as três cadeias enfatizando como os agricultores construíram seus mercados a partir de redes de relações familiares, de amizade e de proximidade.

No capítulo quarto, abordamos a relação do poder público no apoio às cadeias alimentares curtas que analisamos e como são vistas atualmente as relações dos agricultores com mediadores, bem como quem foram e quem são os mediadores mais importantes na construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. Analisamos como as instituições Epagri e Prefeitura Municipal intervêm para as mudanças e, ao mesmo tempo, são transformadas pela necessidade imposta pelos novos processos. Analisamos, também, em que medida se percebem processos de governança nessa dinâmica em Nova Veneza.

No quinto capítulo, abordamos as cadeias alimentares curtas e as organizações coletivas. Analisamos como organizações coletivas, em especial a Coofanove, vêm contribuindo para o fortalecimento das cadeias alimentares curtas. Refletimos que os propósitos iniciais da formação da cooperativa, ou seja, a necessidade de legalização tem sido ampliada e vêm oportunizado novas formas de enfrentamento do mercado. Ao final desse capítulo, abordamos a questão do papel do consumidor nos processos de construção das cadeias alimentares curtas. Procuramos analisar quais as forças que estimulam o consumo dos produtos da agricultura familiar no município. Além disso, refletimos sobre como o uso social do consumo pode contribuir para o fortalecimento das iniciativas de cadeias alimentares curtas no município de Nova Veneza.

No sexto capítulo, refletimos sobre o papel das cadeias curtas na diversificação da economia local, a possibilidade de reconexão entre produtores e consumidores, e perspectivas para o desenvolvimento local em Nova Veneza. Encerramos com as considerações finais trazendo à tona questões percebidas através da pesquisa, ressaltando quais aspectos facilitaram ou dificultaram a construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza e apontando para aspectos que podem facilitar a construção de cadeias alimentares curtas no município.

## 2 CADEIAS CURTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL – REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Neste capítulo, abordaremos um quadro teórico para pensar as cadeias alimentares curtas na perspectiva dos atores e da construção social de mercados. Inicialmente, referimo-nos ao surgimento de um novo regime alimentar, fazendo emergir a noção de cadeias alimentares curtas. Ao abordar cadeias alimentares curtas, referimo-nos às categorias analíticas essenciais para sua compreensão e a necessidade de consolidar um novo olhar sobre a qualidade dos alimentos. A partir de um diálogo com a perspectiva orientada aos atores, abordamos a capacidade de agência dos agricultores, a questão da mediação e suas implicações a partir das interfaces, bem como o papel dos consumidores nesse processo. Na sequência, uma reflexão sobre a construção social de mercados, e finalizamos enfocando o desenvolvimento rural e sua relação com as cadeias curtas.

### 2.1 REGIMES ALIMENTARES E A EMERGÊNCIA DAS CADEIAS CURTAS

A literatura visitada tem apontado o surgimento de uma terceira fase referente aos sistemas agroalimentares. Enquanto autores sugerem que a primeira fase é definida e orientada pela produção, a segunda pelo consumo, a terceira é o regime alimentar das corporações ambientais e da realocização alimentar.

Segundo a abordagem de McMichael (2009) e Friedmann (1993), o segundo regime alimentar teve seu início em 1914; e embora já existam reações que apontam para a mudança, ainda é o regime dominante. Caracteriza-se por um sistema no qual o processo de produção do alimento e a disponibilização para o consumidor são coordenados em nível global por empresas transnacionais, e o Estado pouco influi no controle dessas ações. É o que Ploeg (2008) denomina de 'impérios alimentares', ou seja, grandes empresas que ordenam as diferentes pontas do processo de produção e distribuição de alimentos, caracterizando um modo de ordenamento social que simboliza a atual fase de globalização.

O Império não diz respeito primeiramente a produtos, pessoas, serviços, recursos, lugares, e assim por diante, nem é composto por esses elementos. O Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado e em expansão cada vez mais monopolista de ligações (isto

é, uma rede coercitiva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica (PLOGG, 2008, p. 279).

Sendo assim, entendemos que os impérios agem construindo confiança na marca, e não propriamente na qualidade dos seus produtos.

Ainda segundo McMichael (2009), o terceiro regime alimentar dá seus sinais desde o final dos anos 1990, caracterizando o período do capitalismo neoliberal e está assentado em dois pilares:

- a) capitalismo verde, que testemunha a incorporação do discurso ambiental e responsabilidade social pelas grandes corporações;
- b) realocização alimentar, que busca uma reorientação da produção e do consumo por meio da redução de impactos ambientais e de mudanças climáticas, que se traduzem pelos objetivos das cadeias alimentares curtas ou pela nova geografia alimentar em contraposição à geografia alimentar ou da globalização.

Embora reconheçamos a influência e a abrangência de grandes corporações e supermercados no tocante à produção e ao abastecimento no terceiro regime alimentar, bem como a ligação intrínseca e irreversível entre os níveis local e global, nosso objetivo se concentra no segundo pilar, no qual refletimos sobre o contexto que sugere a realocização dos sistemas agroalimentares por intermédio de cadeias alimentares curtas. Entendemos que o terceiro regime alimentar já é fruto do que Giddens (1996) reconhece como 'sociedade reflexiva', ou seja, o resultado da reflexão da sociedade sobre suas bases.

O terceiro regime alimentar, por meio da noção de cadeias alimentares curtas e a nova geografia alimentar, reivindica o papel do Estado no sistema de regulação da produção, da distribuição e do consumo de alimentos. É a geografia da reconexão do consumidor com o produtor, em que as cadeias curtas de produção e comercialização podem apresentar-se como alternativas às cadeias longas.

Nesse sentido, parece-nos que McMichael (2009) consegue uma leitura procedente da situação quando declara que, sob essas circunstâncias, uma economia política coerente e ecológica para a política dos alimentos é de extrema importância, e não apenas para entender as dimensões da crise alimentar, mas também para situar o sistema alimentar mundial e sua crise dentro de uma mais ampla compreensão histórica das condições geopolíticas e ecológicas.

A ciência tem tido o mérito de estabelecer relações entre as consequências das opções feitas por nossa civilização e as possibilidades e limites de sustentação dessas opções pelo ambiente<sup>7</sup>. Dessa forma, pesquisadores nos têm feito enxergar mais claramente grandes problemas, entre eles os relacionados ao sistema agroalimentar dominante e as questões que têm embasado o debate que fomenta a construção de um novo regime alimentar.

As críticas ao sistema agroalimentar dominante assumem argumentações de acordo com a realidade em curso nos diferentes países ou regiões. No Brasil, a crítica parte predominantemente de sua característica relacionada à exclusão social, que se traduz pelas elevadas taxas de êxodo rural, bem como por uma situação de empobrecimento e miséria nas áreas rurais e urbanas. Na Europa, a porta de entrada para a crítica ao regime agroalimentar hegemônico tem sido a insustentabilidade do sistema em relação à capacidade de suporte do ambiente. Certamente, essas questões também são sentidas pelos brasileiros, porém menos frequentemente expressadas.

A primeira crítica vem pela associação desse modelo agroalimentar a uma base energética fóssil não renovável (com diferentes fontes de emissão de CO<sub>2</sub>, contribuindo para o aumento do efeito estufa), desmatamento e crescente contaminação do solo e da água. Conectados a esse processo estão dois debates importantes: um deles é referente às 'milhas alimentares', que levantam questões sobre nossa capacidade de continuar a transportar alimentos ou seus componentes, em todo o mundo (LANG; HAESMAN, 2004), e o outro, sugerido por McMichael (2009), argumentando que quando o discurso público reconhecer que a agricultura mundial é responsável por entre um quarto e um terço dos gases do efeito estufa, a questão será mais profunda.

A segunda grande crítica ao sistema agroalimentar em curso refere-se aos problemas relacionados à saúde pública, bem como pelo estímulo a um padrão de consumo abusivo aliado ao desperdício. Os recentes escândalos e grandes riscos alimentares, especialmente em países europeus, causados por *Bovine Spongiform Encephalopathy* (BSE, ou doença da vaca louca), gripe aviária, febre aftosa, contaminação química dos alimentos, dioxinas, salmonelas, e muito recentemente o casos da bactéria *Escherichia coli*, comprovam a situação de risco vivido pela população. Nos aspectos relacionados à alimentação e à nutrição, nas

---

<sup>7</sup> Entendemos por ambiente o resultado das relações entre natureza e sociedade.

últimas décadas, observa-se um aumento dos índices de sobrepeso na população. No Brasil a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002 e 2003, por um lado apontou que a população adulta não estava mais exposta aos riscos da desnutrição, por outro acusou que o excesso de peso afetava 41,1% dos homens e 40% das mulheres.

A terceira grande crítica refere-se à exclusão dos pequenos agricultores, que, incapazes de inserir-se nos padrões do modelo dominante, são fadados ao êxodo rural ou à elevação das taxas relativas à pobreza rural.

A quarta grande crítica refere-se à restrição do direito humano à alimentação, discussão também associada à soberania alimentar, bem como ao reconhecimento de que o modelo alimentar global tende a alterar a cultura local de inúmeras regiões a partir dos processos de padronização e massificação.

As mudanças por que passa nossa civilização não podem ser comparadas às categorias convencionais de crise, transformações e revoluções. As mudanças são profundas e, de acordo com Beck (1997), não vivemos a pós-modernidade; vivemos a continuidade dos processos de modernização autônoma em que os efeitos e as consequências de uma sociedade industrial não podem ser assimilados pelo próprio sistema, produzindo ameaças que questionam e destroem as bases dessa sociedade.

Diante das questões descritas, podemos nos indagar se é possível acreditar em um novo modelo de produção e consumo. Nesse sentido, acreditamos que pesquisadores como Giddens e Beck (1997) podem nos apontar reflexões interessantes. Esses autores nos fazem perceber que a pós-modernidade oportunizou vivências como a globalização, a “destraditionalização”, a individualização e, com elas, a reflexividade social. Conforme os pesquisadores, tais fatos possuem relação direta com a crise das instituições da sociedade industrial. No momento em que a vida moderna não é mais moldada pelas tradições, a incerteza invade todos os aspectos da vida social. Sem as referências pelas tradições, precisamos definir por nós mesmos, na condição de indivíduos e de humanidade coletiva, sobre o que é a natureza e como organizar nossas vidas em relação a ela (GIDDENS, 1995). Nesse contexto, emerge o indivíduo como pensador e buscador de novas certezas, caracterizando o processo de individualização, que não tem relação com solidão, isolamento ou desconexão (BECK et al., 1997). A

individualização é a desincorporação e reincorporação de um novo modo de ser, não implicando decisão individual, mas dependente de processos de decisões coletivas.

Nesse sentido, podemos compreender o que caracteriza a sociedade reflexiva, podendo e devendo fazer inúmeras escolhas, entre elas, aquelas referentes aos processos de produção, consumo e distribuição de alimentos em função de um 'novo olhar' sobre a natureza e a sociedade.

Então, o que era tradicionalmente da esfera pública, ou seja, as decisões sobre alimentação e nutrição eram tradicionalmente restritas ao Estado, com a invasão do político na esfera privada a sociedade passa a exercitar o debate político sobre a alimentação. Dessa forma, o privado se refaz como público em um novo sentido, fazendo emergir um renascimento não institucional do político. Então, o público e o privado se reconstróem. Porém, as decisões políticas não podem mais ser simplesmente aceitas sem questionamentos; elas precisam ser construídas. Dessa forma, a política e o político passam a ser reinventados.

Chegamos a um momento que precisamos assumir como queremos viver. Até agora, vivemos de forma que as tradições e a natureza determinavam os rumos, porém chegamos a um momento em que precisamos tomar posição, pois a vida e o planeta estão, de forma mais consciente, submetidos às decisões humanas.

É isso que estamos falando em relação à politização da alimentação, ou seja, a sociedade começa a perceber, repensar e decidir sua trajetória, especialmente seu processo alimentar. Segundo Portilho *et al.* (2010, p. 100) “a dimensão política da alimentação tem sido expandida em novas direções”. A autora enfatiza que a comida, assim como a política, encontra-se enraizada nas práticas sociais, e o alimento, mais que qualquer outro produto, é profundamente absorvido por complexas relações. É certo, então, que o repensar entre produção e consumo provoque mudanças em toda a sociedade.

A politização da alimentação, na qual aspectos de um debate até agora restrito à esfera do Estado passa a ser um debate político na esfera privada, pode ser traduzida pela emergência do movimento denominado *quality turn*, surgido na Europa e nos Estados Unidos. O *quality turn* traz consigo a preocupação com a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos (GOODMAN, 2003).

Esses debates políticos, os atritos e as resistências construíram o cenário para que alguns estudiosos europeus argumentassem sobre as cadeias alimentares curtas como a expressão dinâmica e inovadora do 'novo' modelo de

desenvolvimento rural, tornando-se precursores de um novo paradigma de desenvolvimento rural (GOODMAN, 2003). A partir de então, houve a possibilidade de que uma série de temáticas fosse amarrada em torno da necessidade de repensar o padrão de produção, consumo e distribuição de alimentos, contemplando aspectos de sustentabilidade. Paralelamente, passa a acontecer a reorganização de relações entre produtores rurais e consumidores em torno da qualidade, nas quais o alimento diferenciado, conforme Ilbery et al. (2005), requer a observação de aspectos como processo, produto e local.

Assim, tanto na Europa como nos Estados Unidos o espaço rural pode, então, ser pensado como um espaço múltiplo e multifacetado, permitindo discussões crescerem em torno da ideia que apontava para a necessidade de uma nova geografia alimentar. Dessa forma, entram em cena as cadeias alimentares curtas.

## 2.2 CADEIAS ALIMENTARES CURTAS: RECONNECTANDO CONSUMIDORES E PRODUTORES

Cadeias alimentares curtas remetem a formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas a uma espécie de conexão que permita provocar interatividade, facilitando que ambos conheçam os propósitos um do outro.

De acordo com Marsden et al. (2002), há três tipos principais de cadeias curtas (*short food supply chains* – SFSC). São elas:

- a) face a face;
- b) de proximidade espacial;
- c) espacialmente estendida. Elas também podem ser classificadas ou caracterizadas por critérios de qualidade, em regionais/artesanais e ecológico-naturais. No quadro abaixo, Renting et al. (2003) apresentam diferentes mecanismos para a compreensão das cadeias alimentares curtas (SFSCs) no tempo e no espaço.

As cadeias ‘face a face’ caracterizam-se pelas vendas diretas do produtor ao consumidor por meio de feiras, vendas em domicílio, casas coloniais e rotas de turismo. O segundo tipo, o de proximidade espacial, o mais promissor na região está muito associados a um saber fazer tradicional, vinculado ou não a algum atributo do local. Nesse, o comércio se faz por meio de vendas a varejistas locais, restaurantes,

vendas institucionais por meio da merenda escolar, mercados regionais, casas coloniais e eventos nos municípios. O terceiro tipo de cadeias curtas, a espacialmente estendida, compreende casos que envolvem *fair trade* e certificação de indicação geográfica.

**Quadro 1 - Tipologia de cadeias alimentares curtas**

| Face a face                                       | Proximidade Espacial  | Espacialmente Estendida    |
|---|---|----------------------------|
| 1 - Lojas de produtos vindos da agricultura       | 1 - Grupos de lojas de produtos vindos da agricultura                   | 1 - Rótulo de certificação |
| 2 - Comercializado pelo agricultor na propriedade | 2 - Marca regional  | 2 - Código de produção     |
| 3 - Colheita pelo próprio consumidor              | 3 - Cooperativas consumidoras   | 3 - Efeito de reputação    |
| 4 - Venda à beira da estrada                      | 4 - Comunidade de apoio à agricultura                                   |                            |
| 5 - Entrega em domicílio                          | 5 - Rotas Temáticas – turismo rural (articulação com o espaço)          |                            |
| 6 - Entrega pelo correio                          | 6 - Eventos especiais e feiras (articulação no tempo)                   |                            |
| 7 - Venda pela internet                           | 7 - Lojas locais, restaurantes e empresas de turismo                    |                            |
|   | 8 - Varejistas especializados (ex. comidas especiais, lojas dietéticas) |                            |
|   | 9 - Abastecimento de instituições (cantinas e escolas)                  |                            |

Fonte: Renting et al. (2003).

As cadeias alternativas de alimentos ganham realce a partir do movimento denominado de *quality turn* (GOODMAN, 2003), que se traduz por uma mudança em relação ao consumo alimentar dominante na sociedade contemporânea. Esse movimento se caracteriza por uma tendência ao posicionamento contrário em relação ao modelo dominante de produção e consumo de massa, fruto de uma sociedade reflexiva (GIDENNS et al., 1997), que mostra preocupação pelo consumo de alimentos com qualidade e problemas de segurança alimentar.

Nesse sentido, a agricultura familiar pode ocupar um espaço importante em relação à mudança no padrão de consumo da população no que se refere às questões da tradição, do artesanal, do local e do natural já valorizada pelos consumidores urbanos. Os dados do último censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006 (divulgados em 2009), apontam que com apenas 24,3% da área total de terras no Brasil a agricultura familiar compõe 84,4% do total de estabelecimentos rurais, contribuindo com grande parte dos alimentos consumidos no País.

De acordo com Wilkinson (2008), existe uma expectativa de que no Brasil esses mercados alternativos se aproximem do patamar já alcançado pelos

mercados europeus no tocante à alimentação artesanal. Isso exige que os agricultores familiares reinventem suas práticas, com a adoção de novas estratégias, considerando a necessidade da aprovação do consumidor urbano. A exigência vai além da proximidade e dos mercados construídos a partir de redes sociais e laços de amizade. O momento traz a reivindicação pelas certificações, que vai desde os selos até os processos de indicação geográfica pautados pelos padrões acordados acerca de qualidades artesanais que pressupõem ação coletiva e habilidosa capacidade de negociação.

Dessa forma, a necessidade dos agricultores de se inserir nos circuitos agroalimentares se une aos interesses dos consumidores por uma alimentação mais saudável, numa sociedade onde a confiança nos sistemas formais de vigilância foi abalada por recentes escândalos (GOODMAN, 2003). A qualidade passa a ser fator chave nesse processo e cresce a necessidade de se (re)construir a relação de confiança ente produtores e consumidores (MARSDEN *et al.*, 2000), fazendo crescer a valorização dos alimentos produzidos localmente e a produção orgânica, agroecológica e artesanal das cadeias curtas, o que permite uma reconexão entre produtores e consumidores.

Os mercados de cadeias curtas são significativos, “pois oportunizam a capacidade de ressocializar ou “[...] reespecializar” o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamento de valor.” (MARSDEN *et al.*, 2000, p. 425). Isso significa que o produto chega ao consumidor com um grau significativo de informações e carregado de valor sobre seu processo de produção.

A grande questão a respeito dessa forma de mercado é sua sustentabilidade no espaço e no tempo. Marsden *et al.* (2000), para entender o papel da SFSC no desenvolvimento rural, fazem um estudo sobre essas cadeias e destacam sua característica evolucionária, porém consideram a vulnerabilidade das redes, ressaltando a importância do apoio institucional e do suporte do estado para sua sustentabilidade.

Conforme Goodman, (2003, p.1) “[...] *embeddedness*, confiança e local são as principais categorias analíticas para compreender o *quality turn* em práticas alimentares”. Ao mesmo tempo, o autor ressalta que essas construções possuem significados simbólicos muito contestados. E completa que é justamente a dificuldade de decifrar esses significados e sua expressão complexa no comportamento social, em formas organizacionais, nos discursos e na relação de

poder que define o desafio teórico e empírico apresentada pelo retorno à qualidade das práticas alimentares. Essas noções, embora distintas, são imbricadas; assim, nos argumentos seguintes buscaremos refletir sobre algumas de suas especificidades. Ressaltamos, porém, que além dessas categorias analíticas, elementos como proximidade, parentesco e governança podem caracterizar o processo de construção social das cadeias curtas, por isso, permeadas pela questão da qualidade, se constituem também como categorias de análise.

A compreensão da noção de *embeddedness* como interação entre ação econômica e ação social exige que nos reportemos aos argumentos de Polanyi (2000) e Granovetter (1985). Para Granovetter (1985), nem a ciência econômica, nem a sociologia tradicional conseguem dar conta do homem como ser social. Ambas as visões, tanto a utilitarista como a determinista, pressupõem inexpressividade às relações sociais. Sendo assim, sugere o autor, transcender essa situação com a adoção de uma abordagem reconhecida como *embedded*, ou enraizamento, que reconheça as ações econômicas dos indivíduos como inserida em uma rede de relações sociais. O autor reconhece que, pelas interações sociais, os atores vão construir valores como a confiança, a racionalidade limitada do lucro, as relações de proximidade e, especialmente, a confiança.

Segundo Granovetter (1985), o 'enraizamento' considera as diferentes relações que os atores sociais possuem entre si, como elas são construídas, como se desenvolvem, como os atores organizam sua vida social e econômica, os laços entre pessoas, os vínculos criados nos mercados, entre outros fatores, em especial as redes existentes. Isso quer dizer que a confiança e a atividade econômica devem ser analisadas por meio das redes sociais.

Nesse sentido, alguns pesquisadores têm trabalhado com a perspectiva de desenvolvimento rural por meio da teoria das redes sociais. Autores como Marsden (1999) e Murdoch (2000) trabalham com a necessidade de superar a dicotomia dos modelos exógenos e endógenos de desenvolvimento rural, reconhecendo que a mudança rural deva incluir a reestruturação do rural a partir de dinâmicas sociais e econômicas, agrícolas e não agrícolas e de territórios locais e regionais.

Assim, *embeddeness*, ou enraizamento, no estudo da relação alimento-território é um elemento que pode distinguir as cadeias convencionais das cadeias alimentares curtas.

É preciso, porém, considerar o alerta lançado por pesquisadores sobre os limites do uso da noção de *embeddedness*. Sonnino (2007) ressalta que, no uso dessa noção, não se pode correr o risco de negligenciar a análise dos processos e das estratégias na qual o sistema econômico se torna enraizado. Tampouco é possível ignorar que sistemas econômicos, além dos fatores sociais, precisam ser analisados a partir de fatores como cultura, poder e território.

Um estudo de Ferrari (2010) detalha as abordagens da noção de *embeddedness* e ressalta os estudos de Sonnino e Marsden (2006) propondo uma análise mais holística para o enraizamento. Nesse sentido, para compreender como as cadeias alimentares curtas são construídas, formadas ou reproduzidas ao longo do tempo e do espaço, e se esse processo está ou não contribuindo para o desenvolvimento rural, é necessário que as cadeias sejam analisadas em dois níveis: o primeiro envolvendo os contextos político, institucional e regulatório (enraizamento vertical); e o segundo está relacionado ao contexto local/regional no qual se formam as redes (enraizamento horizontal). Isso significa que para conhecer o verdadeiro enraizamento horizontal e vertical é necessário integrar análises do amplo sistema institucional e de governança, nas quais essas cadeias ocupam espaço (dimensão vertical), considerando também as condições locais e agência (dimensão horizontal). Mesmo considerando a necessidade do cuidado no uso da noção de *embeddedness*, em função de sua complexidade, esse se constitui a principal categoria analítica das cadeias alimentares curtas.

Outra categoria analítica que merece análise no estudo das cadeias alimentares curtas é o 'local'. Na abordagem teórica da localização, o local entra como elemento importante para explicar a diferenciação espacial do desenvolvimento, tendo em vista que os fenômenos globais assumem diferentes características em função das diferentes reações dos atores sociais (LONG, 1996). A questão do localismo pode ser mais claramente compreendida a partir do reconhecimento das consequências geradas pela industrialização da agricultura e de sistemas agroalimentares globalizados, levando consumidores e produtores à preocupação com saúde e segurança alimentar (WINTER, 2003).

O local está associado à qualidade na medida em que se associa à imagem do rural ou à região como fonte de qualidade. Relocalizar as redes alternativas de alimentos, em outras palavras, quer vinculá-lo mais diretamente com

práticas da agricultura local, natureza rural, paisagens e recursos locais (RENTING et al., 2003).

A literatura visitada aponta muitos argumentos que justificam a importância do local. Entre eles estão o conhecimento mútuo, a possibilidade de maior interação entre produtores e consumidores, e o desenvolvimento da confiança nas relações facilitando a conexão entre produção e consumo e reativando economias locais. Nesse sentido, o local se torna importante, pois permite o avivamento de novos critérios de julgamento e revalorização devido à possibilidade de interação com as comunidades. A qualidade passa a ser definida com base no conhecimento e na proximidade e não mais em critérios normativos e legais.

Além disso, considerando que uma das críticas ao regime alimentar em curso é associada aos limites de recursos do planeta, pesquisadores defendem que a realocação de sistemas agroalimentares pode significar a diminuição de impactos ambientais. Lang et al. (2009) afirmam que a realocação de sistemas alimentares evita as milhas gastas para o transporte dos alimentos, reconhecidas como milhas alimentares.

Também vale destacar o que tem defendido Brunori (2007) ao tratar da força da comunicação nos processos de consolidação da localização dos sistemas agroalimentares. O pesquisador acredita que a gastronomia pode ser a força para a mudança do sistema agroalimentar e mostra, no quadro a seguir, como o alimento local pode transmitir significados fortes.

**Quadro 2 - Significado do alimento**

|           |   |
|-----------|---|
| Funcional | Saúde<br>Sabor  |
| Ecológica | Milhas alimentares<br>Biodiversidade e paisagens  |
| Estética  | Diversidade <i>versus</i> padronização<br>Distinção   |
| Ética     | Autenticidade<br>Identidade e solidariedade   |
| Política  | Alterar o equilíbrio de poder na cadeia alimentar<br>Orientar produção e padrões de consumo |

Fonte: Brunori (2007).

O autor destaca a importância dos processos de comunicação bem como a necessidade de construção de significados, de modo a estabilizar a posição dos alimentos no âmbito do sistema local de alimentos. Por outro lado, uma gama de estudiosos também ressalta a necessidade de critérios na análise da noção de local.

Embora o processo de localização seja frequentemente visto como bom, a dicotomia e antítese à globalização podem ser armadilha perigosa e problemática. Hinrichs (2003) atenta para o cuidado com a generalizada noção do local associado à qualidade. A autora escreve que é prudente evitar a supervalorização do 'global' ou do 'local', pois ambos são referências fundamentalmente espaciais que, tomadas literalmente, designam dois polos de um *continuum*.

A noção de qualidade não deve ser vista intrinsecamente ligada à noção de 'localidade'. Embora os pesquisadores considerem a possibilidade do enraizamento local mais facilitado nessas situações, admitem que nem sempre agricultores que produzem em pequena escala adotam as práticas de produção mais sustentáveis (MURDOCH et al., 2000).

Apesar da noção de milhas representar um reforço à lógica do ambiente local em função da necessidade de combate ao uso de energia consumida pelo transporte, produção e distribuição de alimentos convencionais, a noção de milhas exige procedimentos e avaliações mais complexas. Existem circunstâncias em que distâncias espaciais devem ser ampliadas para cumprir necessidades nutricionais especiais ou culturais de determinadas populações (HINRICHS, 2003).

Outra armadilha pode estar associada a não compreensão conceitual do 'local' relacionado à questão de cadeias espacialmente estendidas (RENTING et al., 2003), nas quais um produto de cadeia alimentar curta pode não observar a espacialidade física, porém demonstra um espírito de 'localidade' quando conecta produtores e consumidores em partes distantes do planeta.

Por fim, além desses aspectos, Hinrichs (2003) destaca que globalização e localização são mutuamente condicionadas, porém é necessária clareza ao analisar a conceituação da expressão 'local', para ter em conta como a escala foi socialmente construída e compreender como a relação entre o social e o ambiental estão se estabelecendo<sup>8</sup>. Salvo implicações práticas e políticas em torno de alimentos locais, eles podem representar novas opções de mercado aos agricultores familiares, bem como construir relações entre produção e consumo como uma contraposição à aparente homogeneização e concentração no sistema agroalimentar globalizado.

---

<sup>8</sup> Hinrichs (2003) exemplifica essa questão ao tratar do contexto histórico da agricultura e dos alimentos de Iowa, nos Estados Unidos, publicado no artigo *Práticas e políticas de sistemas localizados de alimentos* no *Journal of Rural Studies* 19.

O terceiro dispositivo a ser analisado é a confiança. É um conceito complexo, compõe-se, como categoria analítica, de extrema importância no estudo de cadeias alimentares curtas, e está diretamente relacionada aos conceitos de *embeddedness* e local. A interação de produtores e consumidores prevista nas cadeias alimentares curtas traz consigo a confiança nas relações econômicas.

Segundo Vélez-Ibañez (1993), a confiança é um ideal cultural que busca, entre outros critérios, a boa-vontade de pessoas estabelecerem uma relação recíproca. Segundo o autor, como a confiança é resultado de relações sociais, ela se expande à medida que é vivenciada, ou seja, é flexível o suficiente para adaptar-se às dinâmicas da vida, podendo alterar suas fronteiras. Ainda conforme o mesmo autor, a confiança torna-se essencial quando o monitoramento da ação coletiva é difícil ou quando a decisão de aderir a uma iniciativa cooperativa torna-se passível do risco de traição (deserção) de outros. Na ausência da garantia formal de que os outros agentes irão cumprir as regras contratuais, é a confiança que supera as incertezas, minimizando a insegurança.

Segundo Granovetter e Swedberg (1992), a geração da confiança e o controle da deslealdade são produtos das relações interpessoais concretas e das redes nas quais estão inseridas. Dessa forma, a confiança não é propriedade de comerciantes, mas sim fruto de relações sociais. O autor ressalta que as relações sociais não podem substituir a confiança, pois estas penetram com graus diferentes de intensidade nos diferentes setores da vida econômica bem como, apesar de constituir condição necessária do comportamento confiável, não se coloca como suficiente, tendo em vista que sempre existe a possibilidade de alguém aproveitar-se da confiança de outro (GRANOVETTER; SWEDBERG, 1992). De qualquer forma, é nas relações de proximidade que a confiança tem maior possibilidade de se desenvolver.

Outro aspecto importante na construção das cadeias alimentares curtas é a governança. Nas mudanças em curso na sociedade e especialmente em tempos de predomínio da ideologia neoliberal de Estado, existe reconhecidamente a necessidade de que sejam desenvolvidas ações que exigem a interação qualificada, coordenada e equilibrada entre atores públicos e privados, ou seja, Estado, mercado e sociedade civil. Esse processo, reconhecido como governança, supõe que as estratégias poderão ser diversas, por meio de redes ou estruturas sociais pautadas

na negociação, na cooperação, na descentralização, na autonomia das partes, no equilíbrio de poder, no controle mútuo, no consenso, mas precisam acontecer.

No entanto, compreender a governança em função do contexto no qual ela é praticada é exercício básico para que se possa delimitá-la no âmbito deste trabalho. Assim, buscando sintonia com a perspectiva que ancora nossa pesquisa, reportamo-nos à noção construída por pesquisadoras a partir de um trabalho desenvolvido na Europa denominado *Elarging Theoretical Understanding of Rural Development* (ETUDE):

Governança de mercado é a capacidade institucional para controlar, fortalecer e construir novos mercados. Ela está relacionada à maneira como certa cadeia de fornecimento é organizada e como o compartilhamento e níveis de renda são derivados a partir dele (tanto para produtores, consumidores e nas zonas rurais como um todo), e como os benefícios potenciais de ação coletiva são entregues (VIHINEN; KRÖGER, 2007, p. 1).

Esse enfoque nos remete fortemente às questões aclaradas pela nova sociologia econômica com a construção social de mercados, que busca desenvolver estratégias no sentido de garantir a autonomia de agricultores familiares, produtores de alimentos e consumidores em relação ao domínio das grandes corporações agroalimentares globais.

Nessa mesma direção, devido aos riscos alimentares, ganham espaço na avaliação dos consumidores outros valores, entre os quais se destacam a origem dos produtos e suas características não tangíveis ligadas à cultura, a um saber fazer próprio, etnia ou modo de produção.

É por isso que dentro dos mercados globais os mecanismos de controle no mercado de alimentos são cada vez mais exigentes em relação à qualidade dos produtos. E essa exigência se dá tanto em relação aos aspectos microbiológicos e químicos quanto de processos (justas relações de trabalho, baixa agressividade ao meio ambiente, rastreabilidade etc.), sendo monitorados por regras do comércio internacional ou pelos próprios consumidores.

É nesse contexto, em que emergem essas novas instâncias de ação, que acontece o desafio pela construção da governança. Então, pode-se considerar que, ao mesmo tempo que se exercita a construção de uma nova sociedade, precisa-se investir na construção de novos processos de gestão e coordenação que caracterizam a governança desses novos arranjos sociais. Associados à confiança,

local e ao enraizamento, a 'qualidade' vem permear e emoldurar os processos alinhados com as cadeias alimentares curtas.

### **2.2.1 Um novo olhar sobre a qualidade**

O conceito de qualidade está sujeito a disputas políticas e à evolução cultural. Niederle (2011) faz um estudo relativo à qualidade, ressaltando que ela evoluiu ao longo da história, perpassou distintos sistemas econômicos, esteve presente em civilizações antigas, em diferentes formações sociais pré-capitalistas e chegou à modernidade. Destaca que o significado de qualidade alterou-se ao longo do tempo e, citando Stanziani (2005), evidencia que o avanço da revolução industrial tornou a qualidade um conceito fragmentado, estático e objetivo, tal qual prevalece em uma perspectiva que a concebe como algo inerente ao produto, passível de ser decomposta em diferentes atributos mensuráveis e quantificáveis.

O pesquisador destaca que, anos mais tarde, a noção de qualidade passa a ser associada às preferências individuais de consumo, deixando de ser discutida como algo intrínseco ao bem, ou seja, às múltiplas e variadas formas por meio das quais se pode proporcionar valor aos consumidores. Essa noção ganha realce por volta das décadas de 1980 e 1990, influenciando o universo industrial e seus estudos de *marketing*, bem como a própria noção de valor. O final do século 20 e a emergência de experiências inovadoras, que têm proporcionado a reorganização do sistema agroalimentar, têm oportunizado uma mudança significativa na compreensão da noção de qualidade. (NIEDERLE, 2011).

O autor reconhece que o crescimento dos novos mercados revela uma demanda por produtos artesanais, tradicionais, orgânicos e agroecológicos para os quais as noções usuais de qualidade não fez mais sentido, reivindicando um novo conjunto de valores sociais como origem, saúde, forma de produção, igualdade social e costumes. Essas mudanças exigiram um reposicionamento de teorias em relação à noção de qualidade, que passa a ser concebida como o resultado de uma construção entre diferentes atores sociais: produtores, técnicos, intermediários e consumidores. A partir de então, qualidade passa a agregar, além de uma perspectiva territorial, atributos que se referem a construções imateriais e subjetivas e, principalmente, consolida-se o entendimento de que a qualidade não é estática, podendo sofrer alterações a partir das dinâmicas sociais (NIEDERLE, 2011).

Fortalece-se a noção de que qualidade é construída e, portanto, só adquire sentido com referência ao contexto específico de produção e consumo (ILBERY; KNEAFSEY, 2000).

Um exemplo desse processo de construção de significados alternativos para a qualidade é o *slow food*. Desde que surgiu, o movimento *slow food* foi abertamente empenhado em desafiar atitudes convencionais de qualidade dos alimentos e, finalmente, mudando a produção e distribuição de alimentos. Seu nome (e logotipo, o caracol, símbolo da lentidão) representa uma forma específica de qualidade, rejeitando a padronização e a “deslocalização” representadas pelo *fast food* em favor de um estilo de vida diferente, baseado no uso diferente do tempo (BRUNORI, 2007).

Pesquisadores contemporâneos têm reconhecido diferentes dimensões da qualidade, ou seja, a noção pode estar associada a produção, distribuição, custo, conveniência, previsibilidade, garantia de nutrição, segurança, acessibilidade, bem como à origem, à autenticidade, às fontes rastreáveis e até à ética. Harvey *et al.* (2004) escrevem que o debate da qualidade, frequentemente relacionado a padrões de julgamento e quase sempre associado à estética ou paladar, hoje, passou a reivindicar aptidão para a finalidade.

A partir dessa reflexão, fica mais fácil analisar as tendências no setor agroalimentar contemporâneo, no qual são visíveis dois processos em andamento: cadeias globais industrializadas e processos de produção localizados, que, apesar de distintos, estão interligados. As relações homem *versus* natureza são diferentemente conduzidas em cada uma dessas duas áreas de produção, configurando, dessa forma, consequências e efeitos diferenciados. É também com base nessa dualidade que pesquisadores têm se embrenhado no estudo da qualidade, que os leva, inevitavelmente, às convenções<sup>9</sup>. Embora esse assunto possua estreita relação com o tema estudado, não é nosso objetivo, neste trabalho, aprofundar o debate sobre a ‘economia das convenções’; pretendemos apenas tecer

---

<sup>9</sup> As bases teóricas da ‘teoria das convenções’ originam-se da obra de Luc Boltanski e Laurent Thévenot ‘De lá Justification: les économies de la grandeur’, publicada em 1991. Essa obra alinha-se a outras publicações francesas que, na década de 1980, questionaram as teorias que se assentavam sobre as relações de força e de interesse, ressaltando a existência de situações em que as pessoas convergem em direção de um acordo justificável (em oposição à simples imposição de relações de poder por uma parte dominante).

breves considerações sobre o tema, que tem aproximação com a problemática desta dissertação.

Segundo Niederle (2011), convenções configuram um princípio normativo cuja mobilização pressupõe um engajamento moral, tratando-se de uma visão compartilhada do mundo que orienta os atores no desenvolvimento de suas práticas. Não é simplesmente uma rotina ou um hábito, haja vista que ela só tem sentido dentro de um coletivo social.

Ferrari (2011) trabalha com noções de Storper (1997), nas quais, a partir das diferentes combinações de padrões e qualidade, visualiza a atividade produtiva como uma ação coletiva, em cuja essência estão as convenções que são definidas como práticas, rotinas, acordos e suas formas institucionais e informais associadas, que atam ações em conjunto por meio de expectativas mútuas. O autor analisa duas vertentes desse processo: de um lado, um conjunto de normas e regras padronizadas, codificadas que impõem convenções por meio de uma variedade de contextos diversos, e esse tipo de codificação apoia normas econômicas globalizadas; por outro lado, existem convenções que emergem a partir de relações associadas às características comportamentais ou estruturais, peculiares a um indivíduo ou grupo. Nessa segunda vertente, os empreendimentos de pequena escala são centrais. Dessa forma, a primeira é baseada em conhecimentos e técnicas amplamente disponíveis e produz bens para mercados de massa. A outra, enraizada em conjuntos diferenciados e distintos de práticas de produção, produz bens para consumidores especializados (MORGAN et al., 2003).

Assim, as convenções agregam diferentes e competitivas posições em relação à qualidade. Há países em que as normas de qualidade estão associadas a cultura, tradição, processos de conhecimento local e clima. Em outros, as convenções locais e ecológicas voltadas à qualidade estão associadas a um contexto mercantil e industrial, alinhadas a uma legislação altamente restritiva, focada na saúde e na segurança alimentar.

As diferenças mostram as diversas formas de articulação de produtores e consumidores para códigos de produção específicos: orgânico, integrado, típico, regional e artesanal.

Entendemos que é a partir dessa perspectiva que Brunori et al. (2010) têm trabalhado com a noção de qualidade associada a cadeias alimentares curtas em casos vinculados aos produtos agroalimentares típicos. Tendo em vista que

Nova Veneza, nosso universo de pesquisa, carrega o título de Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana, entendemos ser procedente uma breve exposição sobre o tema.

Conforme Marescotti et al. (2010), na linguagem corrente, produto tradicional é usado para referir-se a produto típico, porém ambos são termos com sentidos diferentes. Literalmente, o termo 'tradicional' é usado como contraponto ao moderno e industrial. O termo 'típico' refere-se mais diretamente à origem do produto e a uma determinada área com atributos e características de produção. O termo 'tradicional', então, caracteriza um produto conectado com seu passado, com sua tradição história de produção que escolheu não adaptar-se às técnicas modernas, embora a relação com seu território seja mais obscura. Produtos típicos são também tradicionais, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro, no sentido de que no produto tradicional pode faltar a qualidade específica decorrente de uma especial relação com o território<sup>10</sup>.

De acordo com pesquisadores, o produto típico é definido a partir de quatro dimensões:

- a) a especificidade dos recursos locais (natural e humano) usados nos processos de produção;
- b) a tradição de produção e história;
- c) a dimensão coletiva e a presença de saberes compartilhados em nível local; e
- d) o relacionamento com o ambiente geográfico (MARESCOTTI et al., 2010, p. 20).

Então, de acordo com os autores o produto agroalimentar típico é o resultado de uma história coletiva e de processos de acumulação de um saber fazer contextual baseado na combinação de recursos territoriais específicos de natureza humana e física, que dá origem à forte, única e irrepetível relação com o território de origem.

---

<sup>10</sup> Como forma de complementação, ressaltamos que, para o pesquisador, 'produto local' se refere a produtos de vêm de uma determinada localidade geográfica. A referência aqui é limitada ao produto e sua procedência de uma localização geográfica, sem enfatizar nenhuma conexão entre a localização geográfica e a particular qualidade e especificidade do próprio produto (MARESCOTTI, 2010).

Um dos fatores que contribuem para a relevância dos produtos típicos é que eles sejam reconhecidos pelos consumidores como únicos, e quatro categorias de recursos locais precisam ser mobilizadas para incrementar a ação para seu reconhecimento: capital natural, capital cultural, capital humano e capital social (MARESCOTTI et al., 2010).

Nos anos recentes, dispositivos de qualificação foram criados para auxiliar os consumidores a identificar produtos de qualidade. A partir das *Appellation d'origine contrôlée*, na França, os europeus estabeleceram uma legislação para proteger alimentos regionais e tradicionais com base em definições de códigos para produtos com designação de origem protegida (PDO) e Indicação Geográfica protegida (PGI). No caso brasileiro, a lei nº 9.279/96 regulamenta essa questão e considera como Indicação Geográfica (IG) a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO)<sup>11</sup>.

Além disso, o surgimento de inúmeras empresas certificadoras ou de certificação solidária de produtos agroecológicos e orgânicos em atividade no Brasil denotam avanço na compreensão do novo olhar sobre a qualidade. Belletti *et al.* (2010) ressaltam a importância da dimensão coletiva na fase de qualificação do produto. Os pesquisadores escrevem que a análise da indicação geográfica tem claro destaque para aspectos derivados de uma dimensão coletiva do produto típico, assegurando que qualificação é o resultado de um processo de construção realizado a partir de todo o sistema de produção, e não apenas por empresas privadas.

A indicação geográfica é ferramenta coletiva de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Esse sistema visa promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível, bem como contribui para a preservação da biodiversidade e dinamiza as economias locais, pois proporciona o real significado de criação de valor local. Entendemos que estratégias dessa natureza representam atos de resistência de setores artesanais e pequenas agroindústrias baseadas na defesa da qualidade dos produtos artesanais em relação aos produtos industriais.

Diante do exposto, é possível compreender que o mundo contemporâneo trabalha não mais apenas com a lógica econômica, mas também de acordo com a lógica cultural, ecológica e político-institucional (MORGAN et al., 2006). É a partir

---

<sup>11</sup> Esse assunto será retomado nos capítulos 5 e 6.

desta perspectiva e reflexões que entendemos a qualidade associada às Cadeias Agroalimentares Curtas.

### 2.3 A CAPACIDADE DE FAZER DIFERENTE: AGRICULTORES FAMILIARES COMO ATORES OU AGENTES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

A Perspectiva Orientada aos Atores (POA), desenvolvida por Norman Long com a colaboração de Jan Douwe Van Der Ploeg, é uma abordagem de interpretação dos processos de mudança social. Os autores apresentam uma abordagem teórica e metodológica para a análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento imersa numa visão de construção social da mudança. Dessa forma, a POA é um contraponto aos excessos das explicações estruturalistas e culturalistas, constituindo-se em um modo de interpretar a complexidade das dinâmicas da vida social.

Long (2001) destaca que os atores sociais são participantes ativos dos processos de desenvolvimento, com capacidade para receber e interpretar informações e em suas relações com os diversos atores locais e instituições estabelecem estratégias. O fundamento teórico desse enfoque centra sua atenção na questão da 'agência'. Giddens (2009, p. 12) escreve que "[...] agência, refere-se a fazer". O autor quer dizer que os indivíduos têm intenção e são cientes das razões que levam à prática de determinadas ações; os agentes são reflexivos, ou seja, têm capacidade de trazer para a consciência e refletir sobre suas escolhas.

A reflexividade não deve ser entendida meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Dessa forma, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites existentes, os atores sociais são detentores de conhecimento e capazes (GIDDENS, 1984).

'Agência' traduz-se numa abordagem que coloca os atores sociais no centro das atenções e os retira da passividade. Além disso, envolve os atores sociais em interações sociais nas redes, consegue analisar os processos de mediação e as interfaces de relacionamento entre os atores diversos, e compreende seus 'projetos' e 'mundos' de vida através dos seus repertórios culturais em arenas específicas e localizadas (LONG, 2007). A noção de agência não sugere que o ator

possa, de forma solitária, empreender mudanças sociais; a ação da agência acontece no coletivo a partir de relações sociais e se forma tanto pela rotina como por práticas organizadas.

É a partir dessa perspectiva que vamos analisar o papel dos atores na construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. Nossa análise identifica os atores sociais como sujeitos dotados de capacidade que, em processos de interação social com outros atores e grupos sociais, podem ser protagonistas de seus 'projetos de vida' e possuir controle sobre suas trajetórias históricas. Essa abordagem centrada nos atores reivindica que eles 'se voltem para dentro de si' exigindo a autoconsciência a respeito da sua condição de estar no mundo. Nesse sentido, o estudo da construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza, em especial a partir dos produtores de vinho, farinha de milho e queijo, os mediadores representados pelos técnicos e gestores públicos, bem como os consumidores poderão revelar limites e possibilidades desse processo.

No estudo dos mercados da agricultura familiar, a noção de agência se consolida com a possibilidade de construção desses mercados, pois garante aos agricultores familiares a decisão sobre o que e como produzir, como industrializar ou beneficiar e como e onde comercializar. Nesse sentido, valerá lançar mãos de saberes, de tradição, de cultura e, especialmente, poder-se-á fazer valer as redes nas quais estão inseridos para a construção dos mercados. Esses mercados certamente poderão ser vistos como resultado de interações e interfaces, configurações e reconfigurações de seu mundo com outros mundos. Para os agricultores de Nova Veneza os desafios são muitos e se apresentam de diversas formas: conhecimento e habilidade para a construção de novos mercados, capacidade organizativa e administrativa, inovação e diferenciação de produtos, estratégias de marketing, organização em redes, leitura das tendências de consumo, regulação e legislação tributária, recursos e apoio do setor público. Certamente os desafios para técnicos e consumidores também é significativo e serão abordados posteriormente.

A noção de agência coloca os atores em permanente interação com mundos e projetos de outros atores, estimula a comunicação, a mediação e a reconstrução do sistema cognitivo provocando transformações e reconstruções de repertórios culturais. A partir das arenas, oportuniza o desenvolvimento de interfaces

com outros processos sociais, econômicos e culturais que ajudam a moldar suas percepções, motivações e ‘projetos’ próprios de vida (LONG, 2001).

“A noção de interface social é um ponto crítico de intersecção entre os mundos de vida, campos sociais ou níveis de organização social onde é mais provável localizar descontinuidades sociais, baseadas em discrepâncias, valores, interesses, conhecimento e poder” (LONG, 2007, p. 445). O estudo das interfaces reivindica um olhar sobre os processos de intervenção. No próximo item debateremos aspectos da intervenção a partir da POA.

## 2.4 ASPECTOS DE UMA INTERVENÇÃO MAIS CONSEQUENTE

Ao estudar cadeias alimentares curtas e a construção de mercados pelos agricultores em Nova Veneza, é preciso considerar o papel do estado e seus representantes, mediadores no processo. Nesse sentido, a incorporação analítica da noção de mediação, devido a sua transversalidade, exige investimento em aclará-la nos fundamentos que orientam seu uso nesta pesquisa.

Refletir sobre mediações exige o reconhecimento que a condição humana é alcançada por mediações, ou seja, a integração do homem a universos de significações específicas faz sua capacidade comunicativa tomar distância em relação a sua individualidade e reconhecer a sua singularidade (NEVES, 2008). Essa constatação nos sugere que transcendamos qualquer visão determinista ou mecanicista. Para compreender mediação é preciso que nos habilitemos a construir um olhar que privilegie o caráter histórico de toda forma cultural, bem como que consideremos seu caráter contextual e avesso a generalizações, pois suas condições são socialmente determinadas.

A vida é provida de processos dinâmicos e irreversíveis e, dessa forma, a relação entre os indivíduos e seu meio compõe um processo de dependência, não linear, evolutivo e de expansão que afeta todos os campos da vida em sociedade. Long (2007) destaca que a vida social é heterogênea e compreende uma ampla diversidade de formas sociais e repertórios culturais, ainda que em circunstâncias aparentemente homogêneas. Dessa forma, nos valem do entendimento de Neves (2008), que entende a mediação a partir do homem como um animal diferente dos outros, especificidade que impede de considerar a vida social como dado imediato, observável tão-somente por intuição. Esse olhar se alinha ao pensamento de Long

(2007), que alerta para a necessidade do reconhecimento da capacidade que os atores possuem para ordenar e sistematizar suas experiências e de outros, bem como atuar sobre elas.

Essas posições nos levam a compreender que são as relações entre indivíduos, por meio de questionamentos e consentimentos, que podem transformar a ordem social, que é dinâmica e se opõe à noção da superação final das contradições e da construção de uma unidade perfeita.

Então o termo 'mediador' sugere ações de indivíduos dotados de posição ou função, com atribuições definidas em campos de significados específicos; potencializa esforços para a construção de interdependências entre o local e global; contribui para que, de forma consciente, a vida social seja reordenada e transformada; viabiliza representações políticas; problematiza a tendência a limitar interesses, atividades, pensamentos e opiniões a uma esfera puramente local, sem atenção a fatores externos ou mais amplos (NEVES, 2008).

Nosso estudo não pretende verticalizar o estudo sobre mediação, porém buscamos refletir sobre elementos que assegurem um olhar contemporâneo sobre os processos de intervenção externa junto às comunidades rurais.

Uma análise necessária na perspectiva orientada aos atores reconhece as questões de interface para situar o debate das intervenções. Apoiados por Long (2007), apresentaremos três conceitos fundamentais que permitem compreender as ações, os desejos e as decisões dos atores sociais quando lidam com processos constritores, habilitadores de semelhança e diferença social. São eles: a noção de campo social, a noção de domínio social e a noção de arena.

A noção de campo social refere-se a um quadro de espaços abertos, uma paisagem irregular com limites mal definidos, composto de distribuição de elementos diferentes: recursos, informações, capacidade tecnológica, componentes institucionais, fragmentos de discurso, indivíduos e grupos, estruturas físicas. Os elementos e as relações que configuram o campo são produtos de intervenções humanas e não humanas, tanto locais quanto globais, resultado de processos de competição e cooperação. Esse conceito traduz o caráter heterogêneo da ação social que resulta da intersecção de domínios sociais diferentes (LONG, 2007). Ao traduzir esse conceito para o empírico, percebemos que o campo social é extremamente amplo, ultrapassando limites geográficos se caracterizando por uma

dinamicidade e diversidade de elementos que compõem o quadro que faz emergir as cadeias alimentares curtas em Nova Veneza.

Enquanto a ideia de campo se fixa em termos de disponibilidade e distribuição de recursos, as noções de arena e domínio permitem analisar os processos de ordenamento, regulação, disputa de valores sociais, utilização de recursos, autoridade, poder, e fronteiras sociais e simbólicas. Os domínios sociais servem para identificar as áreas da vida social que estão organizadas tendo como referência um núcleo. Apesar da diversidade de percepções pelos envolvidos, são reconhecidos como um lugar com normas e valores e implicam certo grau de compromisso social. Os valores e interesses de domínios particulares tornam-se explícitos e definidos nos pontos em que os domínios se chocam e entram em conflito. Os domínios não são algo dado culturalmente, mas produzidos e transformados mediante as experiências compartilhadas entre os atores de índoles e condições variadas (LONG, 2007).

As arenas são espaços de lutas entre diferentes práticas e valores em que se realizam esforços para resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores. “Ela evoca uma escala mais restrita e uma clara consciência dos afrontamentos nos atores. Uma arena, ou um sitio social, é um lugar de confrontações concretas de atores em torno de embates comuns” (SARDAN, 1995, p. 179). Os atores confrontam-se entre si e mobilizam meios culturais e discursos para atingir suas metas. As arenas não envolvem somente confrontações face a face; ao contrário, atores, contextos e marcos institucionais externos e geograficamente distantes têm lugar nos cenários localizados (LONG, 2007). Nessas circunstâncias, os atores podem recorrer a valores associados a domínios particulares para apoiar seus objetivos. A arena é uma noção interessante para analisar projetos e programas de desenvolvimento, já que os processos de intervenção consistem em complexo conjunto de arenas de esforço entrelaçadas, cada uma caracterizada por específicas possibilidades de manobra. Sardan (1995) também se refere às arenas e ressalta que qualquer projeto de desenvolvimento aparece como um jogo, e cada qual joga com cartas e regras diferentes, o que pode ser considerado também um sistema de recursos e oportunidades no qual cada um tenta se apropriar a sua maneira. Dessa forma, as noções de domínios e arenas permitem compreender melhor os espaços de

manobra dos atores e dos agentes. Acreditamos que a partir desses conceitos a noção de interface pode ser mais bem compreendida.

A noção de interface social é relevante para explorar e entender problemas de heterogeneidade social, de diversidade cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas. As interfaces ocorrem em campos sociais ou em arenas onde se cruzam diferentes, e frequentemente conflitivos, mundos de vida<sup>12</sup>, em que as interações pretendem acomodar ou disputar pontos de vista sociais. Pode contribuir para melhor análise de resultados de políticas considerando respostas diferenciadas dos grupos locais (população-alvo ou não) nos processos de intervenção.

A análise da interface social pretende tornar claros os tipos e as razões da descontinuidade (ou rupturas de padrões de conhecimento) e a vinculação social presente em tais situações e identificar os meios organizacionais para reproduzi-los ou transformá-los. Pode também estabelecer um campo teórico entre as teorias de mudança social ao mostrar como as interações das partes interventoras e dos atores locais conformam os resultados de políticas de intervenção particulares, com frequência repercutindo nos padrões de mudança regional, nacional e internacional (LONG, 2007).

Embora a noção de interface sugira articulação ou embate de dois sítios, as situações de interface são mais complexas e múltiplas em sua natureza, pois contêm interesses diversos, diferentes relações e modos de racionalidade e poder. Embora a análise foque pontos de confronto e diferença social, estes devem ser situados em domínios institucionais, conhecimento e poder mais amplo. A inter-relação de faces diferentes é desafiadora e conflitiva tanto quanto propulsora. A interface social é um dispositivo metodológico para analisar os pontos críticos da descontinuidade (LONG, 2007).

A interface se faz presente na construção de relações entre agricultores, técnicos e gestores públicos permeados pelo espírito de organizações e instituições e, certamente, é um momento em se que abrigam e se entrelaçam intencionalidades diversas, que exigirá muitos acordos e redes desenvolvidas entre as partes envolvidas. A diversidade de intencionalidades acaba por gerar espaço para o

---

<sup>12</sup> Os mundos de vida incluem ações, interações e significados e identificam-se com espaços sociogeográficos específicos, assim como com histórias de vida (LONG, 2007, p. 443).

conflito, para a manifestação da incompatibilidade, mas é interessante, pois exige a negociação para a solução dos problemas.

Um dos aspectos mais significativos quando se trabalha com a questão das interfaces relaciona-se aos choques de paradigmas. Especialmente neste momento histórico da nossa civilização, quando o dinamismo das transformações é grande, as percepções de mundo e paradigmas são plurais, o comprometimento precisa ser grande para dar continuidade à construção de relações tendo em vista os projetos a serem construídos. Este é um momento que exige humildade e disposição para a mudança, pois é nessa desconstrução de determinadas posições e visões que existe a possibilidade de transformações na forma de ver a vida.

A interface coloca a centralidade nos processos de conhecimento, pois é no resultado de experiências, encontros e descontinuidades que surgem os pontos de intersecção de mundos, possibilitando encontro de horizontes e gerando novos conhecimentos.

Outro aspecto importante gerado a partir das interfaces é a compreensão de que o poder é resultado de lutas por significados e relações estratégicas. Leva a compreender que o poder não é simplesmente possuído e acumulado, mas se estabelece a partir de lutas e enfrentamento de problemas. O poder acontece a partir da demarcação de posições sociais e oportunidades ou restrições ao acesso a recursos, e está relacionado com lutas complexas e negociações sobre autoridade, reputação, recursos e mobilização de redes de atores.

Um dos aspectos mais significativos da interface é que ela permite compreender como estão os processos de intervenção planejada no mundo de vida dos envolvidos e se chegam a tomar parte ou não das estratégias que desenvolvem ou se são apenas espectadores. Dessa forma, a análise da interface contribui para a desconstrução do conceito de intervenção planejada para vê-la como um processo contínuo e socialmente construído. De qualquer forma, acreditamos que os processos de mediação poderão ser tanto mais consequentes se os técnicos estiverem atentos e preparados para lidar com possibilidades e limites da interface.

## 2.5 CONSUMIDORES

Considerando que a comida e a política estão enraizadas nas práticas sociais, e que estas vão se transformando à medida que a sociedade também se

transforma, é necessário que a análise desses temas atente para o perfil de uma sociedade contemporânea. O contexto atual requer uma ampliação no foco da pesquisa e da ação sobre alimentação e consumo.

Segundo Portilho et al. (2010), a partir das mudanças do mundo contemporâneo, é preciso considerar a questão alimentar observando-se as conexões existentes entre produção, distribuição e consumo de alimentos e, dessa forma, torna-se imprescindível um olhar sobre as regras do comércio internacional, a dominação de grandes corporações multinacionais, a expansão do setor supermercadista, a desregulamentação e a globalização dos mercados agroalimentares. Os autores ressaltam que não é mais possível analisar a questão alimentar apenas do âmbito de programas do estado, como políticas de segurança alimentar, desigualdade social no acesso à comida, regulação de propagandas etc.

Consumo hoje precisa ser reconhecido não apenas para satisfazer as necessidades funcionais, mas cada vez mais está associado à esfera de relações sociais e políticas. Portilho et al. (2010) discutem o novo papel da alimentação, surgido após a década de 1990, e destacam que ele vai além de uma prática relacionada à satisfação de necessidades nutricionais básicas conformadas pela cultura. Hoje, alimentação tornou-se um ato político e ideológico.

Assim como Beck (1997), acreditamos que esse novo contexto está associado a uma sociedade de risco, ou seja, estamos no momento em que começam a tomar corpo as ameaças, produzidas no caminho da sociedade industrial, e aqui estão em destaque as crises alimentares. Então, quando a sociedade se confronta com esses problemas gerados pelo sistema industrial sem que possam ser assimilados pelo próprio sistema que o gerou, a sociedade reflete sobre suas bases e se torna reflexiva.

Certamente não é difícil relacionar os problemas de saúde pública que resultam do estímulo de um padrão de consumo abusivo aliado ao desperdício. Lang e Heasman (2004) escrevem que a produção de alimentos supostamente de 'baixo custo' pelas grandes corporações alimentares pode custar caro ao estado e à sociedade. Ressaltam que o perfil de escassez se transformou em subnutrição e, atualmente, em obesidade.

Outro aspecto se refere à restrição do direito humano à alimentação. Essa discussão também associada à soberania alimentar bem como ao reconhecimento

de que o modelo alimentar global tende a alterar a cultura local de inúmeras regiões a partir dos processos de padronização e massificação.

Essa perspectiva exige que analisemos os impactos do consumo a partir de produtos padronizados oferecidos por empresas que atuam no sistema global em relação ao uso de alimentos de sistemas agroalimentares localizados, que oferecem possibilidade de produtos diferenciados por qualidade e origem.

Dessa forma, tomam corpo as proposições alicerçadas na noção de cadeias alimentares curtas e sua possibilidade de minimizar problemas através da localização de sistemas agroalimentares. Em sistemas localizados, a possibilidade de conexão entre produtores e consumidores permite a emergência de novos critérios de julgamento e revalorização do alimento. A qualidade passa a ser definida com base no conhecimento e na proximidade e não mais em critérios normativos ou legais.

Ilbery et al. (2005) defendem três ingredientes essenciais para a construção da diferença em produtos alimentares: produto, processo e lugar. Atentando para os três elementos, o consumidor terá melhores condições de reconhecer a qualidade do produto a partir do local em que é produzido, bem como quais processos foram usados na sua produção.

É pertinente, também, trazer à tona argumentos de Cerruti et al. (2010), que, ao trabalharem com a noção de valorização de alimentos típicos, ressalta que enquanto a modernização do sistema alimentar tem levado para a individualização do consumo de alimentos, 'a virada para a qualidade' dos processos de produção e consumo favorece a reintrodução de alimentos nas redes sociais; nesse contexto, a comida assume um forte 'valor relacional' por sua capacidade de promover a construção de laços entre os indivíduos. Os pesquisadores destacam que, num quadro de relações mais complexas, os alimentos típicos tendem a reconhecer e reagrupar pessoas em torno de significados compartilhados dos atributos de comida. Destaca, ainda, que as raízes precisam encontrar expressão na redescoberta das tradições alimentares locais.

Embora formas de consumo sustentável envolvam uma diversidade de gêneros e formas, entendemos que as considerações de Cerruti et al. (2010) relativas à motivação para o consumo de produtos alimentares típicos trazem elementos que podem ser considerados, no contexto geral dos propósitos para o consumo. A primeira relaciona-se à busca da confiança, tendo em vista o clima de

insegurança devido às crises alimentares; o consumidor procura assegurar sua saúde buscando mais autenticidade e naturalidade dos produtos, o que muitas vezes se traduz numa redescoberta dos produtos tradicionais ou típicos. A segunda relaciona-se à afirmação da personalidade e à busca da dimensão local: O consumo de produtos típicos é capaz de responder como autoafirmação em virtude do conteúdo de alto valor simbólico e sua capacidade de criar oportunidades de socialização e convívio, como instrumento de ligação com a comunidade. A terceira atenta para o equilíbrio socioambiental, no qual o consumo de produtos locais destaca a ampla consciência por parte dos consumidores do papel desempenhado pelas comunidades rurais. Sendo assim, respeita a necessidade de preservar e garantir a reprodução dos recursos naturais e contribui para a manutenção de sistemas locais de produção, com suas estruturas sociais e seu patrimônio cultural e tradições (este último expresso pelas tradições culinárias).

Não estamos nesta dissertação tratando especificamente de alimentação típica, porém, como argumenta Sassatelli (2004<sup>13</sup> apud HARVEY et al., 2004), a definição do que é considerado bom para comer está ligada a uma atribuição moral da qualidade da comida, isso porque os movimentos alternativos nunca lidam apenas com a comida, mas com lugares e práticas alimentares num contexto de questões mais amplas que implicam noções de justiça, propriedade, natureza, saúde etc., as quais trabalham como códigos de justificação prática das ações. É nesse contexto que a sociedade consumidora passa a exercer sua condição política para influir sobre o mercado, o consumo e suas formas.

Então, a partir disso já é possível reconhecer fortes sinais da sociedade civil que se traduzem em redes de produtores e consumidores, associações de compra conjunta, boicotes, adoção de consumo político através de movimentos sociais como comércio justo ou economia solidária. Além disso, acontece a organização de grupos visando ao consumo responsável, à parceria entre consumidores e produtores na organização de feiras agroecológicas ou de produtos orgânicos, e ao controle social da alimentação escolar, que pode ser através da atuação em conselhos municipais de alimentação escolar, ou então nos demais

---

<sup>13</sup> SASSATELLI, R. The political morality of food: discourses, contestation and alternative consumption. In: HARVEY, M. et. al. *Qualities of food*. UK: Manchester University Press, 2004. p.176-207.

conselhos que possuam relação mais específica com a questão do consumo, como conselhos municipais de desenvolvimento rural e conselho da saúde.

Muito embora os mercados de proximidade possam dispensar os serviços de defesa do consumidor, uma vez que a conexão entre produtores e consumidores acontece através da confiança, há que se considerar que a criação do código de defesa do consumidor, pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, é uma das conquistas para o amadurecimento do consumidor-cidadão. O código deu visibilidade ao consumidor, uma vez que possibilitou o reconhecimento de suas reivindicações, assim como todos os demais órgãos de defesa do consumidor se constituíram em mecanismos que abriram espaço e contribuíram para trazer à tona o tema 'consumo' e, em especial, a questão alimentar para o debate público no Brasil.

Considerando que consumidores são atores em potencial, eles possuem um papel importante em disputas nas arenas, podendo contribuir de forma significativa nos processos de construção de cadeias alimentares curtas e na realocização dos sistemas agroalimentares.

## 2.6 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

Todas as sociedades ao longo da história desenvolveram-se necessariamente apoiadas em um determinado tipo de economia. A história mostra várias espécies de sistemas econômicos, a maioria deles incluindo a instituição de mercado em suas dinâmicas e processos. “Acontece, porém, que, anteriormente a nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados.” (POLANYI, 2000, p. 62). É com base nessa afirmação de Polanyi que iniciamos nossa discussão sobre o tema.

O estudo dos mercados nos remete à sociologia econômica neoclássica, na qual o mercado é visto como mecanismo de formação de preços e, nesse modelo, a economia é pensada de forma racional, alinhada ao paradigma cartesiano. Esse olhar contribuiu para a compreensão dos mercados em uma determinada época da história. Atualmente, porém, essa noção não dá mais conta de responder a todos as questões relativas aos mercados que a sociedade contemporânea exige.

Dessa forma, a noção clássica de mercado, que o vê como algo estático e que separa a esfera econômica do resto do contexto social, político e cultural, está sendo repensada e substituída pela noção agregada à Nova Sociologia Econômica.

A partir disso a nova sociologia econômica com a concepção de mercados como uma estrutura ou instituição socialmente construída, (SWEDBERG, 1994) garante novo aporte para a compreensão dos mercados na agricultura familiar. No início dos anos 1980, a sociologia econômica analisa o núcleo da ciência econômica, o mercado, o que a distinguiria da ciência econômica clássica (SWEDBERG, 1994), na qual os mercados passam a ser considerados como formas de coordenação social caracterizadas por conflitos, dependências, estruturas e imprevisibilidades muito distantes da imagem petrificada na teoria do equilíbrio geral.

Para Abramovay (2004, p. 8), “[...] a sociologia econômica contemporânea concebe os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva”.

Nesse sentido, a nova sociologia econômica é importante, pois acredita que os mercados não são autorregulados, com existência independente. Mercados são ‘construídos socialmente’, o que significa que eles são definidos e conformados de acordo com as racionalidades, vontades, poderes, disputas, conhecimentos e recursos que os atores sociais e grupos possuem em seus processos de interação social, ou seja, os mercados são definidos nos processos de interação social entre os atores econômicos que participam de sua construção.

Na sociologia contemporânea os mercados são definidos no plural; isso significa aceitar que não existe apenas um mercado, existem mercados diferenciados em vários aspectos, e diversos no que se refere a tamanho, estrutura, extensão, integração dinâmicas, entre outras características. Essa possibilidade nos permite rever a noção de mercados e redefini-los, bem como estudá-los dos pontos de vista econômicos e sociológicos diferentes.

Como escreve Abramovay (2004), os mercados só podem ser compreendidos como espaços reais de confronto entre atores, cuja forma depende exatamente da força, da organização, do poder e dos recursos de que dispõe cada parte. A abordagem sociológica dos mercados procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos – e sempre

imprevistos, uma vez que dependentes da evolução real da relação entre os atores – da interação social.

Granovetter (2007) entende que nem a ciência econômica nem a sociologia tradicional conseguem dar conta da complexidade do homem como ser social. Nesse sentido, entende que a superação dessa questão possa vir através da adoção de uma abordagem que reconhece como *embedded*, ou enraizamento, que percebe as ações dos agentes como inserida numa rede de relações sociais. Isso significa dizer que o foco do mercado não se encontra nas relações que passam por questões econômicas como preços e quantidades para que aconteça a troca, mas pelas interações sociais que os atores sociais vão construir nos mercados, como a confiança, a racionalidade limitada do lucro, as relações de proximidade e especialmente a confiança pelo não logro.

Conforme Granovetter (2007), o argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou 'redes') dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé. O fato de indivíduos preferirem fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas. Esse entendimento é importante, pois coloca os mercados no contexto das relações sociais que ocorrem entre os atores e retira o peso das determinações econômicas sobre a vida social.

O conceito de *embeddedness* define que o estudo dos mercados deve ser realizado olhando-se as diferentes relações que os atores sociais possuem entre si, como elas são construídas, como se desenvolvem, como eles organizam sua vida social e econômica, os laços entre pessoas, os vínculos criados nos mercados.

Para não entrar no clássico exemplo da literatura sobre a construção social de mercados, analisado por Marie-France Garcia-Parpet (2003)<sup>14</sup> relativo aos processos sociais envolvidos nas trocas mercantis no caso dos produtores de morango da Sologne, na França, citamos como exemplo o estudo de Ferrari (2011), referindo-se a construção de cadeias alimentares curtas na Encosta da Serra Geral (SC) que por seu relativo isolamento e difícil acesso por estar fora de qualquer eixo viário importante e com uma precária infraestrutura de estradas, energia elétrica e

---

<sup>14</sup> Publicação original: La construction sociale d'un marchet parfait. *Actes de la Recherche en sciences sociales*. Paris: EHESS, n.65, p.2-13, nov. 1986.

comunicação, fez surgir, a partir dessas adversidades, uma organização de pequenos agricultores que começa a dar uma nova dinâmica à região.

Segundo Ferrari (2011) desde o início da construção da cadeia alimentar nas Encostas da Serra Geral, a região vem experimentando possivelmente a mais significativa e profunda transformação social, econômica e espacial da sua história. Os agricultores da Agreco, através de uma experiência pioneira de produção agroecológica, são os protagonistas desse processo. A transformação ocorre não apenas pelo desejo de mudança, mas motivada principalmente pela necessidade. Conforme o pesquisador tem sido no coletivo que parecem ocorrer as maiores transformações a partir do desenvolvimento da capacidade crítica e da inserção em seu contexto social. As redes sociais de reciprocidade historicamente construídas permitiram a reconfiguração das relações a partir de um projeto de produção orgânica, o que possibilitou construir uma rede de grande amplitude e buscou estabelecer compromissos de interesse comum.

A experiência a partir da mobilização dos atores locais permitiu construir muito mais que agroindústria no meio rural; permitiu construir um jeito de viver que possibilitou transformar fumicultores e produtores de carvão vegetal em agricultores agroecológicos, reconfigurando as relações entre homem e natureza, fortalecendo laços de solidariedade e vislumbrando novas perspectivas para a reprodução das famílias que vivem no espaço rural. Ferrari (2011) destaca ainda que essas cadeias agroalimentares curtas caracterizam-se por enraizar práticas alimentares em relações ecossociais locais, criando espaços econômicos e sendo portadoras das sementes da transição para um desenvolvimento rural e territorial com mais sustentabilidade nas encostas da Serra Geral Catarinense.

Outro exemplo vem do pesquisador Dorigon (2008), que trata da construção social de mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. O autor analisa o caso dos agricultores do Oeste de Santa Catarina no final da década de 1990, perante uma situação de crise nas atividades tradicionais. Eles se organizaram em grupos ou, em certos casos, individualmente e passaram a construir agroindústrias familiares rurais para produzir e vender no mercado formal. O autor relata que ante a imagem positiva do colonial, médias e até grandes indústrias alimentares tradicionais, e até mesmo cooperativas, passaram a se apropriar dessa imagem e de sua fatia de mercado. Apesar disso, o autor destaca

que os agricultores têm criado suas estratégias e conclui que, apesar das inúmeras dificuldades, os mercados se encontram em fase inicial de construção.

Na abordagem política dos mercados, Fligstein (2003) enfatiza os conflitos e as relações de poder inerentes aos fenômenos econômicos e ressalta a importância do papel do Estado na regulação dos mercados. O autor considera que a construção de novos mercados não se refere somente às conquistas dos interessados; eles são ajudados por um vasto conjunto de instituições públicas e privadas enfatizando que os mercados não podem ocorrer sem governos estáveis e estruturas sociais de apoio.

Outro aspecto fundamental a ser considerado na construção social de mercados é a importância e o efeito das propriedades sociais dos atores. É absolutamente relevante o grau de instrução dos agricultores, sua capacidade inovadora e empreendedora, sua participação em movimentos sociais, sua capacidade crítica, suas relações com o mundo urbano, seu perfil socioeconômico, em especial sua disposição para a mudança.

## 2.7 CADEIAS CURTAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Nos anos recentes, pesquisadores trazem à tona a necessidade de serem incorporadas aos processos de desenvolvimento rural questões como a pluriatividade e novas funções para a agricultura e para o espaço rural. Aliando a essa emergente condição da agricultura familiar as novas exigências da sociedade por formas de produção mais sustentáveis, o apelo de consumidores por padrões de qualidade diferenciada e a valorização das características de territórios específicos, novos propósitos para o desenvolvimento rural passam a ser construídos (PLOEG, 2008).

Dessa forma, a questão tratada nesta dissertação, que estuda a construção de cadeias agroalimentares curtas em Nova Veneza, se constitui também como processo de desenvolvimento rural.

A visão que associa o espaço rural unicamente como local de produção agrícola cada vez mais perde expressão à medida que se agregam novas funções para esse espaço, como a ocupação territorial, a preservação da paisagem e do ambiente, a cultura, o turismo, o lazer, o espaço rural como local de moradia e de geração de emprego.

Por certo não se observa um modelo com a força e a expressão do estabelecido no período da modernização, porém autores contemporâneos que tratam do tema do desenvolvimento e do desenvolvimento rural têm buscado não negligenciar as complexas dinâmicas da globalização, levando em consideração como os atores dão sentido a suas vidas por meio do cotidiano e seus significados.

Ploeg (2008) afirma que o desenvolvimento rural é de natureza multifacetada, composto por um processo de aprofundamento e refundamentação e relacionado a novas redes, novos diálogos e novas instituições. Entende que existem espaços para diferentes estilos de agricultura e não somente para a agricultura chamada moderna.

Portanto, tratar de desenvolvimento rural é discorrer sobre um processo multifacetado, multinível, “multiator”, que apresenta elementos de continuidade e de mudança, que reconfigura e recombina novos e velhos elementos, que deve revalorizar práticas, conhecimentos e recursos locais. (PLOEG; LONG; BANKS, 2002).

Nesse sentido, acreditamos que as iniciativas de Nova Veneza nos permitem perceber a partir dessa perspectiva, que as dinâmicas apontam para o que a pesquisadora Rossi et al. (2010) descrevem em seu estudo sobre valorização de produtos típicos. Esses autores consideram que cadeias alimentares curtas possibilitam a criação de sinergias com outros componentes e atores territoriais, promovendo a diversificação em nível local.

Nessa perspectiva, as cadeias curtas geram sinergias e coesão social em nível local e, por certo, algumas localidades garantem melhor competitividade a partir dessa diversificação, caracterizando, dessa forma, a alavancagem de processos de desenvolvimento rural.

Os pesquisadores tratam do sentido da integração e coesão a partir da valorização dos produtos típicos e destacam que essas dinâmicas têm se apresentado como um processo territorial coletivo que emerge muito rapidamente, quando as qualidades específicas dos produtos são baseadas no saber fazer adquirido pela comunidade local em interação com o ambiente. Essa dinâmica permite a incorporação nos produtos, de recursos que são coletivamente construídos ou preservados como paisagem, cultura local e valores estéticos, herança de tradições, legado histórico do território, entre outros.

Assim, a relação estabelecida entre os atores locais podem adotar diferentes métodos de integração: primeiro, a integração no mundo dos produtos típicos em um sentido amplo e, portanto, entre empreendimentos agroalimentares de pequenos e médios agricultores, bem como empreendimentos comerciais e do setor de fornecimento. Segundo, a integração entre o mundo da produção e as operações em outros setores, por exemplo, turismo e agências institucionais que operam nos processos de produtos típicos ou são envolvidos em iniciativas promocionais com associações e agências e corpo do governo local. Terceiro, a integração local com o consumidor, que nos últimos anos mostra interesse em nichos de produtos que possam assegurar a identidade, a cultura local e a gastronomia tradicional.

O processo de valorização do produto típico tem uma dimensão coletiva e territorial e começa a partir da construção da qualidade específica pela comunidade local. Posteriormente, difunde-se pelas ações de comunicação e marketing dessa qualidade para consumidores. Esse processo pode significar criação de valores em torno de uma rota temática como a paisagem, os valores, as culturas estéticas, a riqueza da tradição local, o clima e o legado histórico do território, bem como a diversidade de produtos do território.

Os cuidados com essa noção de desenvolvimento se traduzem pela necessidade de o processo ser desenvolvido a partir de decisões coerentes e do compartilhamento do senso de pertencimento e de identidade territorial dos atores.

### 3 OS AGRICULTORES E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM NOVA VENEZA – BREVE HISTÓRICO E ANÁLISE DA FORMAÇÃO DAS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS

Neste capítulo, buscamos resgatar um pouco da vivência dos colonos de Nova Veneza e sua relação com os mercados. Quando se busca esse tipo de análise, deve-se considerar que os referenciais analíticos têm por base uma perspectiva que não é única, que não são instâncias abstratas e acabadas, e estão sempre em processo de transformação devido ao dinamismo da vida em sociedade.

Outra questão que não pode ser desconsiderada é que este estudo diz respeito ao singular processo de amadurecimento e evolução da agricultura familiar e sua relação com os mercados, em Nova Veneza, cuja origem se refere ao processo de ocupação espacial decorrente dos movimentos de colonização com imigrantes de origem europeia a partir da segunda metade do século 19.

Nova Veneza, fundada em 1891 por imigrantes da região do Vêneto, Itália, tornou-se município em 21 de junho de 1958, emancipando-se de Criciúma. O território possui uma área de 294,5km<sup>2</sup>, está situado na zona de domínio da Mata Atlântica, na região Carbonífera de Santa Catarina, a 45km do Oceano Atlântico e ao pé da Serra Geral.

De acordo com os dados do PNUD (2000), o IDH do município é 0,813, e se situa em 78<sup>o</sup> lugar no *ranking* do Estado. O PIB é de 399 milhões de reais, que o coloca na 56<sup>a</sup> posição no Estado (IBGE, 2009). A população atual, segundo o censo de 2010, é de 13.302 habitantes. Desses, aproximadamente 37% vivem no meio rural, distribuídos em 24 comunidades, sendo 21 predominantemente agrícolas (Tabela 1).

**Tabela 1 - Evolução da População de Nova Veneza**

| Ano do censo | População |    |       |    | Total  | Famílias |    |        |    |       |
|--------------|-----------|----|-------|----|--------|----------|----|--------|----|-------|
|              | Urbana    | %  | Rural | %  |        | Urbanas  | %  | Rurais | %  | Total |
| 2000         | 7.198     | 63 | 4.312 | 37 | 11.510 | 1.800    | 68 | 862    | 32 | 2.662 |
| 2006         | 7.898     | 63 | 4.638 | 37 | 12.536 | 2.186    | 68 | 1.028  | 32 | 3.214 |
| 2010         | 8.927     | 67 | 4.382 | 32 | 13.309 | 2.694    | 67 | 1.349  | 33 | 4.043 |

Fonte: IBGE (2010).

Os dados revelam equilíbrio entre o crescimento da população rural e da urbana entre os anos de 2000 e 2006. Segundo o IBGE, o número de famílias rurais

sofreu um aumento entre os anos de 2006 e 2010, porém a Prefeitura Municipal e a Epagri argumentam que o número de famílias com renda na agricultura corresponde a 1.028, e por isso adotamos esse número em nossa dissertação. Consta-se que muitas famílias passaram a viver em chácaras e sítios na área rural, porém não possuem renda provinda de atividades agrícolas.

A base econômica do município está assentada nos setores metal-mecânico, têxtil e agroindustrial por meio do beneficiamento de arroz e madeira, laticínios, abate de aves, bovinos e suínos (em menor escala). Caracteriza-se pela presença da agricultura familiar, tendo como base a pequena propriedade conforme a Tabela 2. Sua característica central é a diversificação de sua base produtiva, combinando produtos vegetais com a criação de animais. Assim, a rizicultura em escala e formas modernas de produção de aves no sistema de integração agroindustrial convivem com práticas tradicionais de produção e consumo, articulação com mercados locais e redes mercantis informais. Destaca-se a existência de agroindústrias artesanais que, após a década de 1990, ganharam expressão.

Entre as atividades agrícolas de maior importância no município destacam-se as culturas de arroz irrigado, milho no sistema de plantio direto e fumo em folha.

**Tabela 2 - Número de estabelecimentos e famílias envolvidas nas atividades agrícolas em Nova Veneza - 2006**

| <b>Atividade</b>                  | <b>Estabelecimentos<br/>(nº)</b> | <b>Famílias<br/>(nº)</b> | <b>Área<br/>(ha)</b> | <b>Produção<br/>(t)</b> |
|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------------|----------------------|-------------------------|
| Arroz                             | 600                              | 503                      | 7.750                | 53.243                  |
| Milho                             | 330                              | 260                      | 1.050                | 6.615                   |
| Feijão                            | 50                               | 50                       | 75                   | 72                      |
| Mandioca                          | 15                               | 15                       | 20                   | 300                     |
| Batata                            | 10                               | 02                       | 150                  | 2.250                   |
| Fumo em folha                     | 40                               | 50                       | 120                  | 216                     |
| Fumo em corda                     | 08                               | 08                       | 08                   | 7,2                     |
| Fruticultura                      | 10                               | 10                       | 29                   | 277,5                   |
| Silvicultura e<br>reflorestamento | 32                               | 32                       | 1.000                | 20.000                  |

Fonte: Epagri/CEPA (2006); IBGE (2006).

Na pecuária, destacam-se a bovinocultura de leite e a avicultura de corte. Ainda nesse setor, Nova Veneza apresenta como principais potencialidades a piscicultura de água-doce, a rizipiscicultura e a apicultura.

**Tabela 3 - Atividades de pecuária, apicultura e aquicultura em Nova Veneza**

| <b>Atividade</b>    | <b>Estabelecimentos<br/>(nº)</b> | <b>Famílias<br/>(nº)</b> | <b>Produção total<br/>(L ou t)</b> |
|---------------------|----------------------------------|--------------------------|------------------------------------|
| Bovinocultura/leite | 260                              | 260                      | 4.950.000L                         |
| Suínocultura        | 4                                | 7                        | 711t                               |
| Aves de corte       | 73                               | 73                       | 22.776t                            |
| Aves de postura     | 8                                | 6                        | -                                  |
| Ovinos              | 27                               | 27                       | 28t (carne)                        |
| Caprinos            | 16                               | 16                       | 0,28t (carne)                      |
| Piscicultura        | 16                               | 16                       | 26t                                |
| Apicultura          | 2                                | 2                        | 3.015kg                            |

Fonte: Epagri/Cidasc (2006).

Destaca-se que Nova Veneza tem-se voltado, nos últimos anos, para o turismo gastronômico típico, religioso e rural. As características europeias podem ser vistas na musicalidade; nos dialetos vênето e Bergamasco, falados por quase todos os seus habitantes; na arquitetura colonial; nas paisagens; na religiosidade; no folclore; e nos grupos culturais. No entanto, a colônia conserva muito além dessas características; preserva também valores, tradições e o 'saber fazer' associado à gastronomia típica colonial. A produção artesanal de vinhos, açúcar, aguardente, queijos, salames, pães, biscoitos, geleias, além de pousadas, casas de café colonial bem como um grande número de restaurantes que oferecem alimentos típicos da cozinha italiana fazem com que o município receba um grande número de visitantes, especialmente nos fins de semana ou em eventos como a Festa da Gastronomia Típica Italiana. Esse evento vem-se consolidando com a presença de turistas provenientes de todo o Brasil, em especial para acompanhar o *Carnevale di Venezia* com seu tradicional desfile e baile de máscaras. Essa tradição de lidar com o alimento típico colonial credencia o povo veneziano ao título oficial de 'Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana'.

É a partir desse contexto que se quer ressaltar as cadeias da farinha de milho, vinho e queijo. Esses são três produtos que carregam fortemente a tipicidade da alimentação italiana, e são cadeias cujos processos de produção estão se estabelecendo com a maior parte da matéria-prima produzida pelos agricultores no município. Acreditamos que o estudo dessas três cadeias possa traduzir a construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza.

### 3.1 DA COLONIZAÇÃO À INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA COLONIAL AOS MERCADOS

No primeiro momento, analisaremos a ocupação e a formação do sistema produtivo local, as primeiras culturas e o frágil acesso aos mercados em seus instantes iniciais: 1891 a 1930.

No segundo momento abordaremos o fortalecimento e a evolução do sistema produtivo local, e o avanço das possibilidades de acesso aos mercados: 1930 a 1960.

No terceiro momento, o foco estará na consolidação dos processos de mercantilização: 1960 a 1990.

No quarto momento, a partir de 1990, descreveremos um pouco do novo perfil da agricultura de Nova Veneza e os primeiros passos da reação de um grupo de agricultores.

A periodização é uma tentativa de oferecer maior clareza ao leitor sobre ciclos vividos pelos venezianos, que são distintos, porém de forma alguma desconectados.

#### 3.1.1 De 1881 a 1930: ocupação, colonização e o frágil início da integração aos mercados

Em 1891, começam, na Itália, os primeiros movimentos visando estimular a emigração de italianos para a nova colônia denominada *Nuova Venezia, Stato di Santa Catharina, Brasile*. O folheto de propaganda se referia a vários atrativos, porém reservou um bom espaço para reportar-se à possibilidade de transformação de produtos da terra em alimentos de qualidade.

[...] Nela Nuova Venezia, oltre all'agricoltura, fioriranno le industrie; i prodotti della terra subiranno tutte le modificazioni; i grani diverranno buone farine, a mezzo d'apposito mulino; le uve se cambieranno in ottimi vini, mercé uno stabilimento enologico; la cannamela in zucchero ed acquavite; una segheria a vopore darà modo di utilizzare l'immensa quantità di legnami, ecc.

L'impresa [...] faciliterá e soavizzerá l'esistenza, fondando stabilimenti industriali per beneficiare e utilizzare i suoi prodotti, promovendo commerci e industrie; gli tornerà, in una parola, il distacco dalla pátria meno penoso e la vita il piú felice possibile (BORTOLOTTI, 1992, p. 253).

É possível que o perfil de Nova Veneza, voltado à agroindustrialização e à gastronomia, estivesse sendo determinado ali naquele folheto. Certamente, nesse período, as companhias e o próprio Governo já possuíam sonhos e metas relacionados ao crescimento da colônia e do país referenciados nos processos de comércio e indústria com base nas novas possibilidades oferecidas pela tecnologia em curso.

O que talvez lhes fosse desconhecido seriam os efeitos dessa proposta, que, assentada na visão de prodigalidade<sup>15</sup> dos recursos naturais e processos de exclusão, fez emergir processos possivelmente impensados no que se refere à agroindústria e aos mercados.

A colônia de Nova Veneza foi fundada em 1891 por imigrantes oriundos da Região do Vale do Vêneto, Itália. Foi a primeira colônia fundada após a proclamação da República, e nasceu exatamente do desejo e da empolgação que animavam os primeiros instantes da recém-implantada república, cuja tônica era povoar o vasto território nacional.

Nova Veneza começou a existir em 1891 com medição de lotes, derrubada da mata, abertura de estradas e construção de galpões e casas, sob o comando do siciliano Miguel Nápoli.

No dia 16 de junho de 1891, a empresa Ângelo Fiorita & Cia. fez à Companhia Metropolitana, também sediada no Rio de Janeiro, uma cessão de todos os seus direitos e obrigações relativos ao contrato celebrado no ano anterior. Sendo assim, a partir dessa data, a Companhia Metropolitana foi a responsável pela implantação da Colônia de Nova Veneza (BORTOLOTTI, 1992).

A chegada dos primeiros colonizadores aconteceu em 28 de outubro de 1891, data em que, oficialmente, se comemora a fundação da Colônia de Nova Veneza<sup>16</sup>. Não faltam histórias de bravura e muito trabalho nesses primeiros tempos. Assim que os imigrantes chegaram a Nova Veneza, foram instalados no barracão de recepção da Colônia.

---

<sup>15</sup> Prodigalidade: expressão utilizada pelo prof. Sérgio Schneider para caracterizar a visão equivocada da sociedade relacionada à infinitude dos recursos ou bens naturais (anotações de sala de aula em maio de 2011).

<sup>16</sup> “Embora confusas e às vezes até contraditórias, as notícias dos jornais podem garantir que bem antes de outubro de 1891, já haviam muitos imigrantes instalados na Colônia de Nova Veneza” (BORTOLOTTI, 1992, p. 21).

Após a escolha do lote de terras, entre 25 e 30 hectares em plena floresta virgem, o colono e sua família se dirigiam ao local, abriam uma clareira e construíam uma casa provisória. O trabalho de desmatamento era feito em mutirão. A companhia se comprometia a adiantar aos imigrantes localizados ferramentas, sementes e meios de subsistência para a família pelo prazo de nove meses. A importância adiantada era adicionada ao valor do lote, e o título definitivo da terra dependia da quitação integral do lote e das demais dívidas contraídas junto à companhia. A inauguração da Colônia aconteceu em 25 de abril de 1893.

Nesse período, a população da Colônia era de 3.455 pessoas que constituíam 679 famílias, sendo composta por cinco núcleos: Nova Veneza, Belluno, Treviso, Jordão e Belvedere. A sede principal era em Nova Veneza e já possuía os seguintes estabelecimentos construídos pela companhia: ferraria, serraria, moinho, marcenaria e olaria Pederneiras (1893 apud BORTOLOTTI, 1982, p. 304-317).

Seria impossível contar a história de Nova Veneza sem ressaltar que toda a encosta da Serra Geral era habitada por índios Carijós, os quais, na região, eram conhecidos por bugres. A história reconhece essa como uma época de medo e pânico devido aos muitos confrontos entre bugres e colonos. Segundo Baldessar (2005), ambos se sentiam injustiçados. Os bugres, por ter seu território violentamente invadido, e os colonos por serem roubados em suas propriedades. O roubo poderia ser explicado, pois na mesma proporção em que os colonos cresciam em seus cultivos, os bugres perdiam seu poder de subsistência pela diminuição da selva.

Os bugres eram temidos como feras e caçados, impiedosamente, sob os olhares complacentes dos poderes e da Igreja sem que houvesse preocupação governamental ou da empresa que implantou a Colônia para evitar esse confronto (BORTOLOTTI, 1992). Desenvolveu-se uma doutrina, uma mentalidade que os bugres deveriam ser exterminados a qualquer preço. Para tanto o Governo autorizou a formação de grandes grupos armados para, de forma organizada, reprimi-los, como se ele fosse o invasor (BALDESSAR, 2005). Os bugres foram acuados e, aos poucos, dizimados. As notícias sobre esses fatos só vieram à tona em 1895, após ter findado a imigração, como forma de esconder e não intimidar candidatos à imigração.

Entre as primeiras culturas estavam feijão, arroz, mandioca e, principalmente, milho, que forneceria alimento substancial e apreciado pelos imigrantes. O sistema de cultivo consistia no corte da mata e posterior queimada.

A religiosidade esteve presente desde os primeiros tempos da Colônia, e os imigrantes italianos eram, na sua maioria, católicos e tinham forte apego às práticas religiosas e respeito às autoridades clericais. Os padres fizeram história e influenciaram muito os destinos da Colônia. Um fato marcante, nos primeiros anos de Nova Veneza, foi a realização da festa do padroeiro São Marcos, em 1895, que contou com a presença do governador do Estado, Hercílio Luz, e do cônsul italiano em Santa Catarina. Os escritos sobre a visita tratam das cerimônias religiosas e de diversões e reservam um item específico para o relato de fartas refeições durante a estada das autoridades e, em especial, um banquete como ponto importante dessa visita.

A seguir, uma passagem que revela a hospitalidade e a vocação pela gastronomia desde os primeiros tempos da Colônia, que estava sob a direção de Miguel Nápoli: “O Sr. Nápoli ofereceu-nos um opíparo jantar [...] dois gordos leitões assados ocuparam o centro da mesa a desafiar-nos os estômagos com o agradável cheiro que exalavam [...]” (PIRES, 1985 apud BORTOLOTTI, 1992, p. 37).

Desde os tempos mais remotos, o mercado esteve vinculado à condição das estradas que, reconhecidas na época como ‘vias de comunicação’, foram consideradas grande entrave ao desenvolvimento. É muito comum encontrar relatos sobre o mau estado das estradas, justificando a dificuldade do comércio e o escoamento da produção agrícola. Conforme Bortolotto (1992), as estatísticas, publicadas nos jornais da época revelavam números significativos em quilômetros de estradas abertas na nova colônia, porém não informavam que era à custa do árduo trabalho dos próprios colonos como condição para transportar a produção agrícola, já que pouco poderiam esperar do poder público.

O cônsul italiano Gherardo Pio de Savoia revelou a situação deplorável das estradas e a dificuldade dos agricultores para a comercialização de seus produtos em depoimento após a visita às colônias do sul de Santa Catarina, em 1899.

[...] Puxados por uma parelha de bois, os carros pequenos, mas muito pesados, devem percorrer cinquenta e mais quilômetros de estrada para chegar ao local da entrega, vencendo toda a sorte de dificuldades. Quanto a mim nunca mais esquecerei seu chiado ininterrupto, ensurdecador, característico, nem o espetáculo daqueles pobres bois, com as patas

escorregando no lodo ou sobre o cascalho dos leitos dos rios, com o pescoço tenso, o corpo esforçado, como um só núcleo, num esforço desmedido para superar dificuldades que se renovam continuamente; e tudo isso para conduzir ao mercado ou estação, duzentos ou trezentos quilos de batatas ou de milho (DALL'ALBA, 1983, p. 65-66 apud BORTOLOTTI, 1992, p. 52-53).

A histórica estrada da 'Serra do São Bento', que em 1896 foi um caminho aberto na mata para ligar a Colônia Nova Veneza ao alto da Serra, na região de Bom Jardim, São Joaquim e Lages, transportando mercadorias no lombo dos animais, do litoral para o planalto e vice-versa, foi usada até há pouco tempo, porém sempre em estado precário.

A estrada de ferro Thereza Cristina, também tão esperada e sonhada pelos colonizadores venezianos, nunca se tornou realidade.

O Jornal 'Folha do Commercio', de Florianópolis, publicou, em julho de 1912, artigos sob o título 'Estradas', que tornavam clara a situação de abandono do Governo Estadual em relação aos imigrantes e as dificuldades com o transporte de alimentos nas estradas da região. Sobre a estrada da serra:

Agora faz muito tempo que ela está intransitável e o comércio que a florescente Colônia de Nova Veneza entretinha outrora com a serra e com diversos municípios de Rio Grande, acha-se completamente paralisado, com incalculável prejuízo dos pobres lavradores e do comércio local, que não podem progredir nem ao menos sustentar-se sem meios fáceis de transportes e de comunicação de centros consumidores, um dos quais é sem dúvida a região serrana (BORTOLOTTI, 1992, p. 1).

Conforme Bortolotto (1992, p. 137), "[...] grande parte do comércio de Nova Veneza era estabelecido com o planalto serrano através da estrada da Serra do São Bento. Os colonos vendiam produtos da agricultura e compravam carnes e queijos, além de porcos para a engorda, cavalos e vacas".

Nesse período se observa que os processos vão um pouco além das trocas ou da reciprocidade, como observaria Polanyi. Esses fatos demonstram como os colonizadores de Nova Veneza se instalaram de forma integrada com os circuitos comerciais existentes na época ou criados a partir dos processos de colonização, não se submetendo somente a uma economia de subsistência.

O espaço significativo que reservamos para descrever a situação das estradas é uma forma a ressaltar que desde os primeiros tempos os agricultores precisaram empenhar-se nas formas mais básicas para a construção de seus mercados.

Nesses primeiros tempos foram formando-se vilas no interior da colônia. Duas em especial merecem destaque: Caravágio e São Bento Baixo, que atualmente se constituem em distritos do município<sup>17</sup>. A última foi ocupada de forma espontânea e gradativa a partir de 1906, e seus primeiros moradores eram, na maioria, de origem alemã, provenientes do vale do Braço do Norte. Caravágio começou a existir em 1891, juntamente com a Colônia de Nova Veneza. Levou esse nome, pois, de acordo com o costume religioso, um pequeno capitel, ou oratório, com a imagem de Nossa Senhora foi construído à beira da estrada, como uma demonstração que os imigrantes não estavam ali sozinhos em meio à mata<sup>18</sup>. Outras vilas foram organizando-se a partir de famílias italianas, como São Bento Alto e Rio Cedro Alto. As vilas de São Francisco do Rio Morto, São Bonifácio, Rio Cedro Médio e Vila Maria foram ocupadas por volta de 1920 por agricultores alemães de colônias vizinhas e, mais tarde, por famílias italianas migrantes do próprio sul do estado.

Tanto Bortolotto (1992) quanto Baldessar (2005) apontam que a primeira década da Colônia apresentou conquistas, mas especialmente muitos problemas. Algumas famílias permaneceram apesar das muitas dificuldades; outras se retiraram, pois não haviam conseguido quitar seus lotes junto à Companhia. Não faltam relatos que descrevem uma Colônia que começa com ânimo e certa pompa, sendo depois de uma década substituída por desânimo, decadência e miséria. Os relatórios do cônsul Gherardo Pio de Savóia traduz um pouco dessas dificuldades:

E o pior é que o dano material se junta ao moral; o colono aviltado perde toda a energia para redimir-se da dívida que o oprime [...] Na colônia de Nova Veneza pareceu-me descobrir traços desse cansaço moral; certamente não existe mais o ímpeto de outrora; a juventude vigorosa a bela primavera da colônia acabou (BORTOLOTTI, 1992 p. 139).

As promessas feitas aos colonos pela Companhia Metropolitana não foram integralmente cumpridas e o abandono a que foram relegados provocaram revolta na Colônia. No dia 15 de dezembro de 1909, quando da visita do cônsul italiano Cav. Gazzurelli Adech a Urussanga, num ato de coragem e revolta os colonos organizados protestaram publicamente contra o governo italiano, chamando sua atenção para as legítimas necessidades dos imigrantes.

---

<sup>17</sup> São Bento Baixo tornou-se distrito em 12 de maio de 1965, e Caravágio em 3 de julho de 1986.

<sup>18</sup> A vila desenvolveu-se em torno do oratório; mais tarde se tornou capela e, em 1967, o Santuário Diocesano de Nossa Senhora do Caravágio, marcando decisivamente os rumos daquela comunidade.

Apesar das dificuldades, a nova colônia prosseguia. Em 1894 foi inaugurada uma linha telefônica ligando a sede central da colônia à estação das minas em Lauro Müller (BORTOLOTTI, 1982). As atividades agropecuárias continuaram a crescer com os colonos compreendendo que precisariam superar os problemas por si mesmos.

Os núcleos de São Bento Baixo e Caravágio desenvolviam-se em ritmo gradual. A literatura traz de forma intensa a continuidade de embates entre colonos e indígenas no núcleo de São Bento Baixo, cuja base econômica era a agropecuária.

Caravágio, por sua vez, evoluiu em torno da capela que em 1914 já era paróquia, transformando-se mais tarde no importante Santuário de Nossa Senhora do Caravágio. Por possuir terrenos, que no entendimento dos colonos não favorecia lavouras europeias, começou a destacar-se com a formação de um pequeno núcleo industrial. Os primeiros empreendimentos foram a construção de serraria movida a força hidráulica, fábrica de tijolos, de cadeiras de palha, cepas para tamancos, além de engenho que produzia açúcar e cachaça (BORTOLOTTI, 1982).

Em 1915 os colonos dos diversos núcleos se organizaram e formaram a Cooperativa Colonial *Lunione Fa La Forza*. Foi a segunda cooperativa na região sul de Santa Catarina<sup>19</sup>.

Na década de 1920, estabeleceu-se uma filial dessa Cooperativa em São Bento Baixo, que era proprietária de uma casa de negócios, ou armazém, onde funcionou escola, atafona, serraria e fábrica de banha. Por volta de 1928, a cooperativa faliu e o prédio foi vendido a um novo proprietário, que movimentou a casa de comércio, a atafona e a serraria, implantando um descascador de arroz e dando novo impulso à economia do lugar (BORTOLOTTI, 1982). Apesar de sua curta duração, a cooperativa demonstrou sua importância econômica e social.

---

<sup>19</sup> A primeira cooperativa da região foi denominada Prima, fundada em 1909, comunidade de Rio Maior, em Urussanga, com assessoria de técnicos italianos.

**Figura 2 - Foto da Cooperativa Colonial Lunione Fa La Forza**



Fonte: Bortolotto (1992).

O jornal *Folha do Commercio*, de Florianópolis, na edição de 18 de julho e 1912, na página 1, conforme Bortolotto (1992), aponta o aumento da produção agrícola de Nova Veneza comparando estatísticas de 1895 e 1912. Na tabela abaixo a evolução da produção agrícola em Nova Veneza entre os anos de 1895 e 1912.

**Tabela 4 - Produção agrícola em Nova Veneza de 1895 a 1912**

| Produto       | Unidade | 1895   | 1912    |
|---------------|---------|--------|---------|
| Banha e carne | kg      | -      | 200.000 |
| Arroz         | sc      | 533    | 30.000  |
| Fumo          | kg      | 3.780  | 15.000  |
| Milho         | sc      | 15.470 | 100.000 |
| Feijão        | sc      | 556    | 3000    |

Fonte: *Folha do Commercio*, Florianópolis, 18/07/1912, p. 1.

O comércio também começou a expandir-se. Desde a primeira década de 1900, começou a destacar-se o comerciante João Bortoluzzi (BORTOLOTTI, 1982). A família atuava com indústria e comércio na região, com fábrica de produtos de suínos, beneficiamento de arroz e comércio de secos e molhados. A empresa tinha o nome de 'Indústria e Comércio Bortoluzzi S.A.' e a propaganda da loja informava que atuavam com importação e exportação.

É possível que as primeiras sementes de um mercantilismo mais acentuado estivessem sendo plantadas nesse período. Depoimentos de moradores

mais antigos de Nova Veneza afirmam com orgulho que antes da década de 1930 o comércio de Nova Veneza era mais expressivo que o de Criciúma.

Após a primeira década de 1900, e em especial com o fim da I Guerra Mundial em 1918, ampliou-se a demanda por produtos alimentares da colônia e a produção agrícola passa a entrar no circuito mercantil.

Nesse sentido, pode-se relativamente comparar ao que Schneider (2006) escreve sobre as colônias italianas instaladas na Serra Gaúcha, ressaltando que a partir desse período o sistema colonial assume características mais acabadas, o que significa a manutenção de uma forte autonomia de reprodução social, com produção diversificada para o consumo e a venda de excedentes.

### **3.1.2 De 1930 a 1960: evolução e crise do sistema produtivo colonial**

A partir de 1930 a agricultura da Nova Veneza vive um momento de especialização e expansão com a ampliação de áreas cultivadas, porém continua com o sistema de cultivo baseado no corte e na queimada de áreas, mantendo a comercialização de excedentes. Acontece também nesse período um avanço nas relações mercantis.

Apesar de entrar mais profundamente no setor mercantil, os colonos continuam mantendo sua autonomia alimentar ao produzir alimentos para o próprio consumo e para a subsistência.

São Bento Baixo, um núcleo predominantemente agrícola, começa a desenvolver-se significativamente, pois as estradas abertas na década de 1920, pelos próprios colonos, ligando Criciúma, Mãe Luzia e o centro da colônia de Nova Veneza, possibilitou o transporte de produtos agrícolas para a venda.

Merece destaque nesse período o Hotel da Sr<sup>a</sup>. Armida Crippa Burigo, que, por conta de sua tradição gastronômica italiana, atraía clientes de toda a região.

Em 1946, estabeleceu-se em São Bento Baixo a Sociedade Anônima São João – Indústria e Comércio, que atuava como Fábrica de Banha, Casa de Fazendas, Armarinho, Louças, Chapéus, Calçados, Secos e Molhados, entre outras atividades. (BORTOLOTTI, 1982).

Os moradores do núcleo de Caravágio, por acreditarem possuir terrenos não aptos a culturas europeias, além das indústrias, centraram as atividades

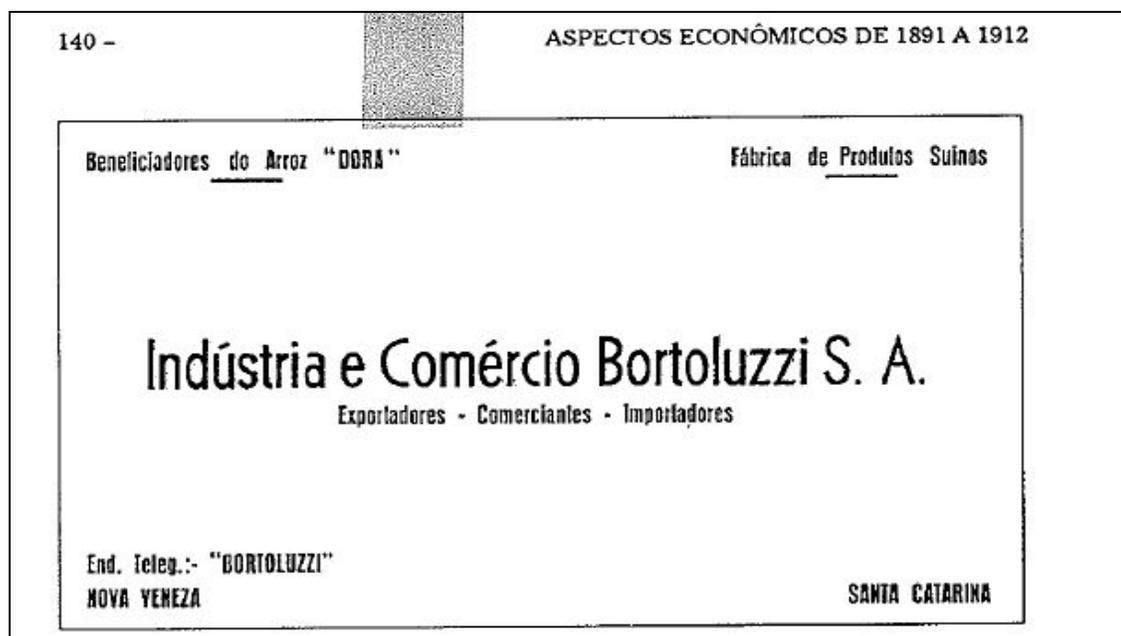
agrícolas em culturas tropicais (banana, cana-de-açúcar e mandioca), e no final da década de 1950 existiam oito feculares ao longo do rio Madeira na área do distrito (BORTOLOTTI, 1982).

Com a Segunda Guerra Mundial e as dificuldades de importação o núcleo, voltou-se para a indústria metalúrgica, construindo-se uma nova fase na economia do núcleo. Convém salientar que a partir de 1951 se tornaram rotineiras as romarias à capela de Nossa Senhora do Caravágio, que, na década seguinte, (1967) se tornou Santuário Diocesano. As demais vilas continuaram formando-se, voltadas prioritariamente às atividades da agropecuária.

Nesse período a economia da colônia teve grande impulso com o cultivo e a industrialização do arroz, ainda no sistema tradicional. As fábricas de banha também sobressaíram nesse período. Naquela época os colonos de Nova Veneza compravam porcos magros 'tipo banha' em municípios do Planalto e os transportavam, em longas caminhadas, pela estrada da Serra de São Bento para engordá-los à base de milho e batata-doce em suas propriedades.

A família Bortoluzzi amplia seu domínio de comércio e indústria na região, ao que a literatura ressalta literalmente a família como o símbolo do capitalismo em Nova Veneza.

**Figura 3 - Propaganda dos Irmãos Bortoluzzi**



Fonte: Bortolotto (1992).

**Figura 4 - Casa de Comércio dos Irmãos Bortoluzzi**



Fonte: Bortolotto (1992).

Nesse período, depoimentos revelam que os agricultores entregavam seus produtos aos comerciantes. Quando os colonos precisavam de algo que não produziam (querosene, sal, tecidos...), o proprietário da casa de comércio fornecia os produtos, e ao final de cada ano acontecia o 'acerto'. No ano seguinte, começava outro processo de troca.

Nas décadas de 1950 e 1960, o comércio de Nova Veneza era muito expressivo, tendo em vista que servia a seus núcleos, o município vizinho de Araranguá, bem como gaúchos que desciam a serra para trocar produtos. Já estava em funcionamento no final da década de 1950 uma fábrica de balas, uma fábrica de bebidas e uma malharia.

Em 1957, passa a existir em Santa Catarina o serviço de extensão rural, estando a execução sob a responsabilidade da Associação de Crédito e Assistência

Rural de Santa Catarina (Acaresc), com decisiva participação nos rumos da agropecuária do Estado, tendo em vista que a difusão do pacote tecnológico da 'revolução verde' no Estado de Santa Catarina se deu a partir da sua criação<sup>20</sup>.

No final da década de 1950, são formadas também as associações rurais, com o objetivo de representar os agricultores que atuavam em atividades num misto entre as funções de cooperativas e sindicatos, pois essas organizações só apareceram na década seguinte.

Nessa fase, a colônia de Nova Veneza desmembrou-se de Criciúma e tornou-se município, em 21 de junho de 1958, tendo como seu primeiro prefeito eleito o senhor Alfredo Bortoluzzi.

O final desse período dá visibilidade ao processo de diferenciação social e econômica que vai intensificar-se na fase seguinte.

### **3.1.3 De 1960 a 1990: modernização agrícola e mercantilização**

Esta fase do processo revela um período de transição entre o sistema de produção colonial para um sistema baseado na forte especialização produtiva de algumas culturas vegetais e a utilização crescente de insumos industriais. A década de 1960 foi o início de mudanças significativas na forma de produção de muitas culturas.

Segundo Schneider (2006), esse processo de transição constitui-se em uma alteração do processo de produção agrícola desenvolvido até então, pois a produção para o próprio consumo e a subsistência diminuiu significativamente e a produção voltada à venda é ampliada.

O contexto do início dos anos 1960 revela um aprofundamento no processo de mercantilização. Mesmo um breve olhar sobre a história permite perceber a sutil externalização das unidades familiares, isto é, a dependência de recursos controlados por outros atores sociais.

Um dos primeiros sinais foi com a constatação de que os solos relativamente degradados e a fertilidade comprometida devido ao uso intensivo dos últimos anos, aliados à impossibilidade de continuar desmatando, apontava para a

---

<sup>20</sup> O sistema de pesquisa estadual esteve sob a responsabilidade da Empasc – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária, criada em 1975. A partir de 1991, pesquisa e extensão passaram a atuar conjuntamente no Estado, constituindo a Epagri.

necessidade de correção do solo mediante o uso de fertilizantes inorgânicos e insumos de origem industrial, antes desconhecidos.

O meio rural foi tomado por uma nova atmosfera de relações sociais que, gradativamente, passou a redefinir o conjunto de noções estratégicas que as famílias de agricultores desenvolvem acerca do que consideram o melhor modo de organizar suas unidades de produção. A vida social muda e, em especial, a divisão social do trabalho, que até então era inexpressiva, passa a fazer parte da dinâmica da vida rural.

Essas características nos remetem a formas típicas de uma economia capitalista. Porém, é importante ressaltar que, conforme PLOEG (2008) existem diferentes graus e estágios de mercantilização, e ela não ocorre de forma homogênea, tendo em vista que cada família agricultora tem sua forma de interagir com os diversos circuitos mercantis.

Essas mudanças coincidem com o período da Guerra fria, que provoca uma onda de euforia no país com propostas de desenvolvimento influenciadas pelos países do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, ao qual o Brasil ficou alinhado. Essa nova proposta baseada no desenvolvimento como sinônimo de modernização veio dar forma ao processo de mercantilização. Entre as inúmeras mudanças provocadas por esse modelo acontece a instalação do escritório municipal de extensão rural, que, com a chegada de técnicos, passa a atuar fortemente no município. A extensão rural entra com o objetivo de “conseguir que as famílias rurais pratiquem, com sucesso, em suas unidades de produção, os resultados úteis obtidos por meio da ciência e da tecnologia” (OLINGER, 2006, p. 7). A extensão rural proporcionou a introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização de insumos e máquinas, ‘educando’ o agricultor para que ele fosse capaz de tornar-se mais ‘moderno’ e capaz de superar o ‘atraso’ da agricultura brasileira a partir do uso de métodos e técnicas para a produção agrícola.

Em 1968 o município é o pioneiro no Estado em desenvolver projeto com o objetivo de fazer a correção da acidez e da fertilidade do solo, que foi denominado ‘operação tatu’. Paralelamente a essa ação, a proposta de mudanças baseada na modernização técnica, química e genética também ganha mais força na agricultura veneziana.

Essa nova proposta de ‘desenvolvimento’ mudou o modo de viver das famílias. O urbano industrial passou ser modelo dominante. O rural passou a

representar 'o velho e antigo', e diversas substituições aconteceram em muitas famílias nesse período: fogões a lenha foram substituídos pelo fogão a gás, a manteiga pela margarina, o pão caseiro pelo 'pão de venda', equipamentos agrícolas mecânicos substituíram os de tração animal, surgiram os adubos químicos, os herbicidas e a mecanização atingiu seu ponto alto com a chegada do trator.

Conforme técnicos que atuaram na extensão nesse período uma das culturas de maior impacto em Nova Veneza foi o lançamento do milho híbrido, garantindo 40% de aumento na produtividade, que foi motivo de euforia entre os agricultores.

No final da década de 1960, devido ao surgimento do óleo vegetal, acontece outra mudança significativa no contexto agropecuário do município em função da substituição das atividades ligadas ao 'porco tipo banha' pelo 'porco tipo carne'.

No ano de 1966 começa a operar, no distrito de Forquilha, do vizinho município de Criciúma, o Frigorífico Sul Catarinense S.A., que, envolvendo agricultores de toda a região, teve como objetivo o processamento e a comercialização de suínos. A intenção era construir uma empresa com mil sócios, especialmente agricultores. Concluídas as instalações, o frigorífico passou a ter dificuldades por falta de recursos para capital de giro e, por conta de instabilidades da conjuntura nacional, em 1970 a empresa é adquirida por um grupo particular que dá sequência às atividades ligadas à agroindústria, atuando com suínos e aves e tendo como base boa parte dos agricultores de Nova Veneza.

Essa agroindústria revelou um novo padrão no sistema de mercado. Os agricultores passam a atuar em regime de integração, extremamente atrelados ao capital privado, produzindo frangos e suínos. Nesse sistema também vinham trabalhando muitas famílias na produção do tabaco, atrelados às fumageiras atuantes na região.

O período entre os anos 1960 e 1970 é marcado fortemente pela formação de cooperativas na região. Em 1972, as cooperativas demonstram ineficiência administrativa e se dissolvem, permanecendo apenas três na região, e agricultores de Nova Veneza ficam agregados às organizações com sede em Forquilha e Turvo.

Na década de 1960, a partir da ação da Igreja e da Acaresc, são formados os sindicatos na região e também em Nova Veneza, com o objetivo de

reivindicar direitos e melhorias das condições de vida dos agricultores. Vale ressaltar que, inicialmente, existia apenas o Sindicato Rural, e somente anos mais tarde surge o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

No limiar da década de 1970 tem início a produção de arroz por meio de sistematização das várzeas, práticas melhoradas de cultivo, manejo de águas de irrigação e uso de sementes produzidas pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga). Esse sistema, mais tarde denominado Provárzeas, possibilitou chegar ao final dos anos 1980 com a produtividade média das lavouras irrigadas aumentada em 50%. Esse fato revolucionou a agricultura de Nova Veneza, que viveu nos anos 1970 e 1980 duas décadas especiais. Com boa produção e bom preço os rizicultores passaram para outro patamar e padrão de vida. A rizicultura passou a ser a cultura mais expressiva na agricultura de Nova Veneza.

Com a especialização da produção, em muitos casos a monocultura, evidenciam-se problemas com o autoabastecimento, que, aliado ao surgimento dos supermercados no município, estimula o consumo de industrializados, comprometendo hábitos alimentares e dietas tradicionais. A partir de então os agricultores começam a perder sua autonomia alimentar e passam a consumir alimentos do supermercado, dando sinais do início dos processos de deslocalização do sistema agroalimentar local.

Nesse período começa a acontecer uma descaracterização da paisagem em algumas comunidades devido à sistematização de várzeas para o plantio do arroz, refletindo-se na alteração da fauna e da flora do município.

Na década de 1980, a partir do trabalho da extensão rural, são incentivados os 'condomínios' com o objetivo de organizar agricultores produtores de grãos, suínos e gado de leite objetivando a garantia de melhor comercialização. A organização deficiente, aliada aos fatores conjunturais da economia brasileira, levou à desagregação desses condomínios em menos de 15 anos.

No ano de 1982, a exemplo de outras regiões do Estado, é construído na região (Araranguá) o Centro de Treinamento de Agricultores (Cetrar), com o objetivo de desenvolver cursos voltados à capacitação técnica das famílias rurais e veio influenciar de forma significativa o conceito de agricultura na região.

Em meados de 1985, o modelo mostra fortemente seus limites. Muitos agricultores, abatidos pelas dívidas, deixam o campo para buscar emprego na cidade. Esse é um período em que a comida se torna barata por causa da

agricultura de *commodities*, desestimulando famílias a continuar na atividade, que se sentiam cada vez mais atraídas pela cidade, que oferecia empregos e condições momentaneamente mais interessantes que ‘a roça’.

Nesse período, a implantação de empresas ligadas à indústria do vestuário, especialmente a Damyller (1979), facilita a empregabilidade de filhos de agricultores no setor.

Assim, no final da década de 1980, como afirma Ferrari (2011), as limitações impostas pelo mercado das principais *commodities*, seja em relação à exclusão das principais cadeias agroindustriais, seja em relação à queda na renda (*squeeze*) das atividades tradicionais dos pequenos produtores (milho, feijão), produziram mobilizações por parte dos agricultores familiares e suas organizações no sentido de desenvolver estratégias alternativas de acesso aos mercados, não apenas contra as ameaças de exclusão, mas, sobretudo, para gerar um ‘valor agregado’ suficiente para enfrentar as novas condições de cidadania.

Além da expansão para novas atividades, consolidou-se um movimento em torno da produção e da formação de pequenas agroindústrias familiares rurais, coletivas. Entendemos que no final da década de 1980 surgem os primeiros movimentos que, a partir da década de 1990, vão caracterizar-se e consolidar-se como um processo de reação dos agricultores familiares que será detalhado a seguir.

#### **3.1.4 De 1990 até os dias atuais: um novo perfil na agricultura de Nova Veneza**

A efervescência dos anos anteriores permite-nos perceber que a década de 1990 mostra uma nova face no contexto da agricultura de Nova Veneza. Uma análise mais ampla nos permite a constatação do surgimento de pelo menos três grupos diferenciados de agricultores.

O primeiro é um grupo de agricultores familiares que estão inseridos em um sistema agroalimentar convencional produzindo arroz e aves. Suas características são a inserção no *treadmill* tecnológico, e um dos seus principais problemas é o *profit squeeze* devido à forte dependência de recursos externos. Esse grupo envolve 60% (617) das famílias do município, e 503 delas produzem arroz irrigado (EPAGRI, 2011). As demais estão especialmente envolvidas em avicultura e fumicultura.

O grupo dos rizicultores vivenciou duas grandes crises. A primeira no início dos anos 2000, e bem recentemente a segunda, no ano 2010. Em ambas as situações a não equivalência entre o custo de produção e o preço do arroz produzido gerou desestímulo e problemas para diversas famílias. Destaca-se que a cultura do arroz é altamente dependente de insumos externos à propriedade.

A produção de aves acontece em sistema de integração com a Agrovêneto – empresa instalada no município desde 1996 que abate em torno de 140 mil aves/dia. Seus produtos são comercializados no mercado interno além de países europeus, asiáticos e africanos. Existem mais de cem aviários no município. Esse grupo está vinculado a empresas que atuam em sistema de comercialização por meio de cadeias alimentares longas.

O segundo grupo é formado por uma gama de propriedades cuja característica principal é a sobrevivência a partir de rendas e atividades não agrícolas, especialmente pluriativos e aposentados. Para esses, a agricultura não é a principal fonte de renda. Embora não existam pesquisas precisas e oficiais, estima-se que esse grupo seja formado por aproximadamente 39% das famílias agricultoras venezianas. Essas famílias, por não possuírem terras planas, próprias para o cultivo do arroz, começaram a buscar alternativas para aumentar a renda familiar empregando-se na indústria a partir dos anos 1980. São residentes de comunidades e vilas próximas ao centro urbano que favorecem o acesso ao trabalho assalariado na agroindústria e nas indústrias de vestuário ou no comércio. O cultivo do milho e a criação de gado de leite são as atividades agropecuárias mais comuns entre os pluriativos. Desconhecemos pesquisa que possa traduzir seguramente o número de aposentados desse grupo.

O terceiro grupo é formado pelo menor grupo de famílias e busca viver da agricultura e de atividades de agregação de valor, vendendo seus produtos para mercados locais e regionais. Um olhar sobre esse grupo permite reconhecer que as atividades de produção artesanal de alimentos, que até pouco tempo atrás faziam parte da cozinha das agricultoras, se constituem agora em um novo espaço e empreendimento social e econômico para a família. É bem verdade que ao longo da história o excedente da produção sempre foi objeto de troca e esteve presente em forma de mercado, quer sejam na vizinhança quer no varejo em mercados na sede do município. Hoje, com a mudança de contexto, especialmente pela nova organização dos sistemas agroalimentares, essa prática também sofreu alterações.

Um grande número de ações locais marcou os anos 1990; o uso da merenda escolar como estímulo à produção local, a promoção de cursos e a assistência técnica, o estímulo à associação, que culminou com a formação da Coofanove em 2004 são algumas delas. Com a cooperativa os agricultores se sentiram seguros para buscar a adaptação da legislação tributária, sanitária e ambiental, bem como medidas mais ambiciosas para adequar a produção às exigências do mercado (selos, embalagem, códigos de barra).

Pode-se afirmar que os anos 1990 foram decisivos para a emergência de ações e reflexões que buscavam a construção de novos conceitos de mercado. Nessas duas décadas, o contexto municipal também sofreu alterações e novos caminhos estão sendo construídos, confirmando fortemente a direção para um desenvolvimento que inclui, de forma expressiva, o turismo alinhado à gastronomia e à cultura típica italiana, permitindo e exigindo novos mercados para a agricultura familiar.

Sendo assim, os agricultores, em especial os pertencentes ao terceiro grupo, que são o objeto principal de nossa pesquisa, vão dando passos decisivos para fortalecer suas agroindústrias e conquistar mercados.

### 3.2 A REAÇÃO DOS AGRICULTORES: DA AGROINDÚSTRIA AO FORTALECIMENTO DOS MERCADOS DE PROXIMIDADE

Em Santa Catarina agricultores têm construído novas e diversas formas de inserção aos circuitos de troca, como produção agroecológica e orgânica, pequenas agroindústrias rurais, feiras livres, casas coloniais, cooperativas de produção, comercialização, marcas coletivas, selos de qualidade e redes de certificação coletiva. Conforme Ferrari (2011) essas iniciativas representam ao mesmo tempo uma resistência dos agricultores a um ambiente hostil e um conjunto de estratégias, ações e reações que se consubstanciam em diversificação dos meios de vida, levando à conformação de novos padrões de desenvolvimento rural. É uma leitura da mudança social a partir da capacidade dos atores sociais intervirem no curso do desenvolvimento.

Em Nova Veneza a reação mais expressiva se traduz pela ação do grupo social, que busca viver da agricultura e de atividades de agregação de valor, que,

por várias razões, passou a produzir produtos e mercadorias que são comercializados em mercados locais e regionais.

O processo ocorrido nos anos anteriores fez com que nos anos 1990 um grupo de famílias se voltasse para a formação de pequenas agroindústrias rurais, quando começa um esforço para construir e consolidar mercados alternativos a partir da agricultura familiar. Embora nossa pesquisa esteja focada nos produtores de queijo, vinho e farinha de milho, é conveniente reforçar que a reação envolve agricultores que atuam nas diversas cadeias conforme a tabela 5.

Essas iniciativas refletem a reação dos agricultores para fugir ao aperto econômico a que estão submetidos. As agroindústrias são o ponto de partida para a emergência das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. Se na Europa a questão das cadeias curtas aflora em função dos problemas ambientais, no Brasil a perspectiva mais significativa vem pelos problemas voltados às desigualdades sociais e à segurança alimentar<sup>21</sup>.

**Tabela 5 - Cadeias de processamento e número de famílias envolvidas em Nova Veneza em 2012**

| <b>Produto processado de maior expressão para a família</b> | <b>Agroindústrias familiares (nº)</b> |
|---|---------------------------------------|
| Derivados de cana/cachaça                                   | 3                                     |
| Derivados de suínos   | 5                                     |
| Farinha de mandioca   | 1                                     |
| Farinha de milho  | 4                                     |
| Geleia/doces  | 2                                     |
| Mel   | 1                                     |
| Ovos  | 3                                     |
| Panificação/biscoitos                                       | 7                                     |
| Peixes  | 2                                     |
| Queijo  | 34                                    |
| Suco de uva   | 2                                     |
| Vegetais* (não processados)                                 | 10                                    |
| Vinho   | 9                                     |
| <b>Total</b>  | <b>83</b>                             |

Fonte: Prefeitura Municipal e Epagri/Nova Veneza.

Em Nova Veneza, as mudanças ocorridas a partir da modernização da agricultura levaram boa parte das famílias a se voltarem para uma agricultura integrada a um regime alinhado aos mercados globais de *commodities* agrícolas por

<sup>21</sup> Embora no Brasil o conceito de segurança alimentar ainda esteja amarrado a questões normativas, entendemos a necessidade da construção de um conceito analítico que permita o questionamento do fato social. Entendemos que a perspectiva de Maluf (2007) se aproxima dessa possibilidade, quando trabalha que a “[...] noção de segurança alimentar refere-se ao direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar” (MALUF, 2007, p. 19).

meio das culturas do leite, do fumo e de grãos. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas ao exterior e dependentes dele, quer seja dos mercados de produtos, quer dos valores e da cultura.

Esse processo, porém, não significou a perda total de autonomia, visto que os agricultores, ao mobilizarem recursos de fora do mercado, criaram 'espaços de manobra' e estratégias para mantê-la e ampliá-la. Nesse sentido, Ploeg (2008) ressalta que na Europa e em várias outras partes do mundo ocorre um processo no qual os agricultores buscam autonomia e maior controle dos processos de produção e trabalho para fugir ao *squeeze* econômico a que estão submetidos.

Entendemos que o pensamento de Ploeg (2008), ao tratar da resistência do campesinato, pode ser comparado aos processos de reação dos agricultores familiares. O pesquisador escreve que a resistência não se limita a manifestações ou marchas, pois possui um campo amplo e mais importante, no qual ela pode se materializar. A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas, e resistir consiste em dar múltiplas e contínuas respostas para confrontar o império.

Esse outro jeito ou estilo de fazer agricultura pode ser observado em partes na agricultura sul catarinense, e em especial no município de Nova Veneza, na medida em que os agricultores estão buscando geração de valor agregado, em especial através das agroindústrias familiares e do trabalho via padrões de interações mercantis mais autônomas.

Reconhecidamente, a denominação de agroindústria rural surgiu na década de 1980, estimulada pelos programas de profissionalização de agricultores apoiados pelo projeto da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GTZ) e políticas de apoio à agricultura familiar (PRONAF). Até esse período, os produtos das agroindústrias familiares eram para o próprio consumo ou comercializados na informalidade, para vizinhos, amigos, pequenas mercearias, restaurantes e até em quiosques em beira de estrada.

Algumas experiências familiares, apesar de significativas, 'eram invisíveis' aos olhos do Estado, não tendo reconhecimento institucional e muitas vezes eram até malvistas, por seu caráter supostamente ilegal. Os agricultores, aos poucos, foram buscando transcender essas dificuldades através da construção de

organizações coletivas que possibilitassem estabelecer a legalidade dos seus mercados.

A reação contempla, então, processos que vão desde a agroindústria, passam pela organização coletiva e chegam à possibilidade de mercados de proximidade através de cadeias alimentares curtas, com forte interação com o consumidor e crescente reconhecimento institucional e social.

A percepção dos agricultores, mesmo que ainda frágil, dos aspectos históricos, geográficos e culturais como elementos fundamentais de sua identidade, é recurso que começa a ser mobilizado, aliando-se fortemente à reação.

Como afirma Brunori (2008), a história, a identificação geográfica e as características dos recursos locais representam o ponto de partida quando se busca a valorização de produtos típicos.

A reação tem exigido de todos os atores a tentativa de buscar uma reinvenção de valores e a construção de novas práticas.

### 3.3 ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DINÂMICA DE TRÊS CADEIAS ALIMENTARES TÍPICAS NA CULTURA VENEZIANA: VINHO, FARINHA DE MILHO E QUEIJO

Neste item analisamos a gênese e as características das três cadeias que acreditamos possam cobrir razoavelmente a situação relativa ao processo de construção de cadeias curtas no município. São elas: cadeia do vinho, cadeia farinha de milho e cadeia do queijo.

Focaremos as questões relacionadas ao início das atividades, os clientes e a forma como atuam hoje. Questões relativas à informalidade e à legalidade estão intensamente vinculadas a essa dinâmica, porém o tema será problematizado no quarto capítulo. O objetivo agora é analisar as especificidades de cada cadeia para compor o estudo de caso.

#### **3.3.1 Vinho: Uma conexão explícita entre produtores e consumidores**

Os colonizadores trouxeram do país de origem o hábito pelo consumo do vinho. Durante os primeiros anos da colônia já houve a preocupação com a

produção de videiras para a fabricação da bebida. A tradição de produzir o próprio vinho é antiga e comum entre as famílias de Nova Veneza, porém atualmente nove delas, além de produzir a bebida para o consumo, envolvem-se em processos de comercialização do produto através de mercados de proximidade.

Nas primeiras décadas da colônia, boa parte das famílias possuía cantina. Com o passar do tempo, e à medida que os filhos casavam e constituíam sua própria família, muitos não priorizaram a construção da cantina e, nesses casos, usavam as instalações dos pais ou parentes para fazer seu vinho.

Inicialmente, o vinho era produzido com a uva cultivada em Nova Veneza. Ao longo dos anos o uso de variedades não adaptadas à região acentuou a baixa produtividade. Nos anos 1970, boa parte dos parreirais foi abandonada e os agricultores passaram a comprar a uva no estado vizinho do Rio Grande do Sul, que já usava variedades adaptadas ao clima e ao solo, produzindo uva de boa qualidade.

Durante as primeiras décadas da colonização, a tecnologia para a produção das videiras e vinho continuou sendo a trazida pelos imigrantes e passada dos pais e avós aos filhos e netos. É comum ouvir dos venezianos que os vinhos desse período não possuíam boa qualidade. As uvas usadas para a fabricação do vinho eram variedades híbridas denominadas Tercy e Bordo, que não se adaptavam aos processos de fabricação trazidos do país de origem.

Conforme depoimentos dos entrevistados, nesses primeiros momentos nenhuma instituição pública ou privada participou desse processo, quer seja com capacitação, tecnologia para a produção, quer seja com apoio à comercialização. “Era tudo por nossa conta, quase tudo aprendi com meu pai e meu avô. Eu apanhei muito até pegar o jeito”, declara José, um agricultor da região.

Os entrevistados foram firmes em afirmar que num primeiro momento a produção se destinava para o consumo da família e somente o excedente era destinado à troca com outros produtos, que acontecia entre amigos, parentes e vizinhos: *“No começo era só pra nossa família, parentes e vizinhos. Com o tempo, o pessoal começou a procurar”* (José, agricultor).

Desde o período da colonização até por volta da década de 1960, quando acontecia a ‘venda do vinho’, esta não acontecia com o intuito de acumular capital. A transação acontecia a partir de uma relação de camaradagem e até de certo prazer

e orgulho em poder compartilhar com os amigos, ou disponibilizar a eles, algo elaborado pela família. Não raras vezes o produto era trocado por outro.

Nesse período ainda é possível reconhecer a imbricação do mercado na vida social da comunidade. Como afirma Polanyi (2000, p. 88), “o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais, o mercado era apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional, controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social”.

Após a década de 1960, a comercialização, de forma gradual, foi passando de um sistema de troca para um sistema mais voltado à uma economia de mercado.

O contexto nacional e regional foi mudando. A Estação de Enologia de Urussanga, o que hoje conhecemos por Epagri/Estação Experimental Urussanga (EEUr) já existia desde agosto de 1942, e tinha como objetivo dar suporte técnico na área de enologia na região. Inicialmente, vitivicultores de Nova Veneza não tinham aproximação suficiente com a instituição no sentido de aproveitar as tecnologias e os estudos protagonizados por essa estação.

Somente ao final da década de 1970 se percebem os primeiros sinais de integração entre pesquisadores e vitivicultores de Nova Veneza, que, motivados pelos avanços em outros municípios, especialmente Urussanga, fez emergir novo estímulo à produção no município de Nova Veneza.

Na década de 1980, aconteceu a primeira capacitação coletiva, realizada pela Acaresc, com o objetivo de qualificar produtores na produção do vinho. Essa capacitação, associada à percepção dos agricultores, ainda que frágil, em destacar-se com a questão da gastronomia e a cultura italiana, fez a atividade se revitalizar e, dessa forma, surgem novas perspectivas para os vitivicultores.

Se até então o mercado do vinho era pouco mercantilizado, na década de 1980 se investe na especialização da produção e, ainda que de maneira informal, o aspecto mercantil se aprofunda e a produção para a venda se torna inevitável. Um dos entrevistados afirma: “*Eu fui o primeiro a comercializar e foi no início dos anos ‘oitenta’. Sempre vendi aqui em casa. Depois disso o pessoal achou que dava dinheiro e começou a produzir para vender*” (Marcos, agricultor).

Outro depoimento revela que a história de ‘fazer vinho’ dos antepassados de sua esposa foi a base de um negócio que só teve início na década de 1990. Ela está relacionada ao espírito empreendedor de um agricultor que, após ter-se tornado

vendedor na cidade, foi sensibilizado por um de seus clientes para um nicho de mercado. Ele afirma:

*Meu cliente da cidade me fez ver que a produção e a venda de vinho personalizado para empresas poderiam render dinheiro. Além disso, nessa época, Nova Veneza estava se colocando como Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana, e eu me dei conta que aqui no município não tinha nenhuma vinícola. Tinha gente que produzia, mas eu queria oferecer um vinho de melhor qualidade, um vinho que não fosse avinagrado. Convidei meu sogro para montar a cantina. Hoje meu castelo está aí (Carlos, agricultor).*

Os demais agricultores/vitivinicultores também revelam que o processo de produção começa a funcionar nos marcos das relações de troca de mercadorias mais intensamente nesse período. Apesar disso, consumidor e produtor mantiveram certa reciprocidade. Essa reciprocidade foi criando laços de confiança e amizade garantindo que ao longo do tempo a personalidade se fizesse presente nas transações comerciais. A partir da década de 1990, o contexto do município que começa a despertar mais fortemente para os processos de desenvolvimento assentado em sua identidade típica italiana reivindica a possibilidade de venda em mercados, bares e restaurantes. Inicialmente, a comercialização do vinho aconteceu de maneira informal, porém o Estado começa a se fazer presente através da fiscalização no município, exigindo a legalidade. É nesse momento que começa a preocupação com a legislação.

Em princípio, os nove vitivinicultores permaneceram produzindo e comercializando na informalidade, porém os que tinham o intuito de comercializar em mercados, cantinas e lojas buscaram adaptar-se às exigências legais nas questões sanitária, tributária e ambiental. Nesse período, a Epagri atuou mais fortemente no sentido de orientar os processos relacionados à produção da uva, fabricação do vinho, adequação de cantinas, rotulagem e documentação para a comercialização.

No ano de 2004, a Epagri, a Prefeitura Municipal e agricultores investiram na formação da Coofanove. A cooperativa garantiu a venda legal no quesito tributação, porém a questão da legalidade será tratada capítulo 4.

A partir de então é possível verificar de forma muito explícita duas das três tipologias sugeridas por Renting et al. (2003) sobre modalidades de cadeias curtas: face a face e de proximidade espacial.

Quando indagamos os agricultores vitivinicultores sobre seus clientes atuais, confirmamos que a comercialização continua acontecendo na forma de relações de proximidade. Mesmo para a família que possui a cantina legalizada e que consegue agregar um número mais diversificado de clientes, a maior parte dos compradores de vinho tem relação de parentesco, vizinhança, amizade com o agricultor ou com seus antepassados. Muitos são pessoas que nasceram no município e que, em visita a Nova Veneza, buscam produtos vinculados à cultura que lhes permitam recordações de sua infância e tradições do município.

Os entrevistados declaram:

*Os clientes são na maioria meus amigos. Eles sabem o meu jeito de fazer vinho. Eles chegam aqui na minha propriedade, conversam, andam e olham a cantina, provam o vinho, se gostam, levam e se não gostam, não levam. A propaganda é o cliente que faz, a propaganda desse vinho é desde o tempo do meu pai. Desde a época do meu pai nós doamos vinho para a festa da Igreja. Quando as pessoas provavam, já perguntavam de onde é o vinho e muitos passam a ser nossos fregueses (Marcos, agricultor).*

Nos mercados de proximidade é possível construir uma relação de amizade e confiança aproximando produtores e consumidores.

Outro depoimento: *“Eu tenho clientes da época do meu pai; eles já compravam dele e agora compram de mim. Eles dizem que gostam do vinho daqui porque sabem o jeito que meu pai fazia, e o vinho traz lembranças daquele tempo” (Marcos, agricultor).*

Essa é uma das características das cadeias alimentares curtas, pois permite ao consumidor fazer conexões que oportunizam o julgamento de valor. É uma relação na qual está explícita a relação produtor-consumidor, pois torna claros a origem do produto e o papel dessa relação na construção de valores e significados. A chave dessa questão é que o produto alcança o consumidor enraizado com informações, o que permite ao consumidor fazer conexões e associações com o local de produção, com os valores das pessoas envolvidas e com os métodos de produção empregados (MARSDEN et al., 2000). Sendo assim torna-se obvio perceber quanto o mercado do vinho pode ser valorizado a partir da conexão entre produtores e consumidores.

Independentemente da venda legalizada ou informal, o vinho representa um produto que, aliado a outros elementos, é fundamental nos processos de desenvolvimento de Nova Veneza. O censo agropecuário não traz informações

sobre a produção de vinho em Nova Veneza, porém a quantidade comercializada do produto no município gira em torno de 55 mil litros/ano.

### **3.3.2 Farinha de milho: Um produto que conquista espaços em uma sociedade que privilegia o consumo de alimentos processados**

O milho foi uma das primeiras culturas desenvolvidas pelos colonizadores, pois era um produto que, além de alimentar animais, garantia a fabricação da farinha para o preparo da polenta, alimento apreciado pelos imigrantes. Desde os primeiros anos da colônia, houve a preocupação com a instalação de atafonas, todas movidas pela força das águas. Algumas eram da companhia responsável pela instalação da colônia, outras, particulares.

Inicialmente, como todas as famílias produziam o milho para o consumo, ele era moído nas atafonas das redondezas da morada da família. A forma de trabalho inicial consistia na disponibilidade do proprietário da atafona de receber milho dos agricultores para a moagem. Concluída a moagem, quase sempre o custo do trabalho era descontado da própria farinha, tendo por base a quantidade de milho moído. Essa prática foi a mais usada durante muitos anos, e atualmente ainda existem moinhos que trabalham nesse sistema, e mais recentemente, dependendo da vontade do agricultor farinheiro ou do cliente, estabelece-se uma taxa pela moagem. Com o passar dos anos e com a formação de núcleos urbanos, a farinha, além de ser vendida diretamente nos moinhos, começa ser comercializada nos armazéns e nas casas de comércio. Era vendida a granel, sem embalagem ou marca.

Por volta dos anos 1960, os moinhos movidos a força hidráulica são quase todos abandonados. Os que restam são apenas conservados pelo valor sentimental que representam. Entram em cena os moinhos movidos a energia elétrica.

Essa mudança coincide com alterações na dieta alimentar. Não existem pesquisas oficiais no município, mas dialogando com pessoas que acompanharam a história do município, constatamos que por volta dos anos 1970 acontece uma mudança de hábitos alimentares, e a polenta deixa de ser um alimento de consumo diário de muitas famílias. O surgimento dos supermercados e o aparecimento de produtos industrializados fazem com que as famílias abandonem muitos hábitos

alimentares do sistema colonial. O consumo mais frequente ou diário da polenta fica restrito às famílias que ainda contam com os *nonnos* e, dessa forma, a farinha de milho deixa de ser um produto de comércio fácil. Muitos moinhos são abandonados ou passam a funcionar em períodos alternados. Esse período coincide também com a facilidade para a aquisição da farinha de trigo.

No início da década de 1970, existiam aproximadamente 25 moinhos em funcionamento. Atualmente existem quatro atafonas, que atuam em regime de trabalho familiar no município, e a mais antiga data de 1984; as outras iniciaram seus trabalhos em 1996, 2000 e 2006. Com exceção da mais antiga, que atua informalmente e ainda conserva a dinâmica tradicional, moendo o milho trazido pelos agricultores, as demais surgiram com um caráter mercantil mais acentuado e atuam em regime de legalidade.

Quando indagados sobre a história da agroindústria e como construíram seus mercados, as estratégias se parecem, salvo as especificidades que determinaram a opção individual por produzir farinha de milho.

*Desde 1996 eu vendia produtos coloniais em uma feira que funcionava perto da rodoviária e revendia também farinha de milho. Vi que a farinha vendia bem, e comecei plantar mais milho, depois preparava, levava para moer, para depois vender na feira. Um dia decidi que iria montar uma 'tafona'. Meu pai me chamou de louco e disse que todos estavam acabando com esse tipo de negócio e o que eu tinha que me meter com aquilo? Um amigo que trabalhava com farinha há (sic) muitos anos estava se aposentando e me vendeu, mas ajudou a montar e ensinou a operar o moinho, que até então era dele (Lucas, agricultor).*

Outro depoimento revela o cansaço de um agricultor em trabalhar com aviário no sistema de integração e a decisão de trabalhar com farinha de milho na busca de mais autonomia:

*Eu comecei em 1996. Eu comecei a trabalhar com arroz e farinha de milho, depois abandonei o arroz. Fiquei 12 anos trabalhando com farinha comum e três anos que trabalho com farinha desgerminada. Eu percebia que a farinha comum 'bichava' em vinte dias, então, por sugestão de um amigo, decidi investir e fazer farinha de milho desgerminado. Os primeiros cinco sacos de milho vieram do Paraná. Depois comprei a máquina desgerminadora em São Paulo; ela faz farinha só com a canjica, sem o miolo do milho e a farinha fica com sabor melhor e tem uma durabilidade maior (Vicente, agricultor).*

Um casal de agricultores, produtores de farinha, revela que no início do ano de 2006 começou a trabalhar com uma atafona alugada, mas com objetivos claros em relação a entrar em um mercado formal. A esposa relata:

*Nós morávamos no interior e tínhamos um mercadinho, mas não deu certo. Paramos com o mercado e alugamos uma atafona [...] depois a determinação de construir a própria marca nos levou a montar nosso próprio moinho, com a compra de uma atafona usada [...]. Quando começamos, já nos associamos à Coofanove (Maria, agricultora).*

Esses depoimentos nos permitem compreender que as cadeias alimentares curtas podem estar lado a lado com processos convencionais. A grande questão é garantir seus processos diferenciados de produção e construir seus mercados alicerçados em uma lógica calcada na confiança e na conexão com os consumidores.

O proprietário da atafona mais antiga ainda trabalha na informalidade. Relata-nos que seu pai já trabalhava com a atafona, e que começou a trabalhar nela para aumentar a renda da família, pois seu terreno era pequeno e não poderia produzir em quantidade. Sobre os clientes e consumidores nos diz:

*Eu já moí muito milho. Antigamente eu moía três dias na semana para os colonos; hoje não trabalho três horas na semana para eles. Hoje eu moo para alguns restaurantes, o restaurante X compra farinha aqui há mais de 10 anos; eles gostam dessa farinha. Trabalho muito pouco para os agricultores [...]. Tem gente que gosta de comer farinha com o milho que plantou, então eles trazem aqui e eu moo. Enquanto o milho vai moendo a gente vai conversando, mas a quantidade de agricultores que vem diminuiu muito (Pedro, agricultor).*

Aspectos desse depoimento podem estar relacionados à persistência das mudanças ocorridas nos hábitos alimentares dos venezianos a partir da década de 1970, à qual nos referimos anteriormente, bem como nas contínuas transformações do jeito de fazer agricultura dos venezianos.

As questões sobre os clientes e consumidores revelam que os moinhos mais recentes começam suas atividades precisando encarar um novo perfil de consumo:

*A ideia inicial era moer para o pessoal da colônia. Depois, fui me dando conta que os agricultores não têm mais o costume de trazer a medida de milho para moer. Então a primeira produção, em 2001, eu coloquei na loja agropecuária de um amigo e vendeu muito bem. A partir daí só foi aumentando. Às vezes aparece um amigo, parente, vizinho para moer, mas a grande parte eu vendo para mercadinhos e restaurantes de amigos e também vendo aqui no moinho. No domingo é cheio de carros do pessoal*

*que vem pra barragem e passam aqui para comprar farinha. Vendo muita farinha e, quando tem, vendo ovos e até queijo (Lucas, agricultor).*

Outro depoimento traz elementos novos à discussão, como a diferenciação do produto:

*No começo eu entregava para a família, parentes, amigos, vizinhos... Não tinha empresa, não tinha rótulo e a embalagem era branca. Depois, surgiu a Coofanove e hoje trabalho por região... e em vários municípios, onde eu entrego e só estou crescendo. Hoje eu trabalho com milho desgerminado... Eles sabem que a farinha é boa e quem usa não quer mais saber da outra, com essa a polenta fica com gosto de milho verde. Sabe como italiano é abusado para a farinha. Eu vendo também na minha propriedade, que fica perto da barragem. (Vicente, agricultor).*

Ainda sobre clientes e a forma como foram sendo conquistados:

*O mercado para a farinha de milho foi aberto por nós, através da nossa rede de conhecimento. A minha esposa pegava uma lista dos telefones dos nossos conhecidos e ficava ligando. Hoje vendemos pra muitos mercadinhos, colocamos na loja da Coofanove e entregamos para a Prefeitura e para as escolas (Maria, agricultora).*

Essas histórias trazem elementos importantes para a compreensão do processo das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. As atafonas que hoje estão em funcionamento são todas de um período em que ocorrem novas e grandes mudanças na agricultura familiar da região. Essas mudanças revelam que, apesar de a atividade ser antiga, os agricultores farinheiros, com exceção de um deles, representam uma nova geração de empreendedores, que surgem com um espírito mercantil mais acentuado, porém com uma proposta de estarem mais vinculados à tradição local e aos consumidores. Eles já começam as atividades de produção de farinha de milho cientes de que o empreendimento precisa estar legalizado e o produto precisa estar vinculado ao perfil do território.

Pela característica da agricultura nessas últimas décadas, e da própria atividade, as agroindústrias surgiram com o objetivo de produzir para o mercado. Nelas, os agricultores produtores de farinha adquirem parte do milho proveniente de outras regiões do Estado alegando o menor teor de umidade do milho. A partir da aquisição do milho, processam, empacotam e comercializam face a face com clientes nas próprias atafonas, disponibilizam a farinha na loja da Cooperativa, a Coofanove, bem como em mercados da região caracterizando o que Renting et al. (2003) denominam de mercado de proximidade espacial.

No caso dos mercados de proximidade espacial, é importante ressaltar que os agricultores produtores de farinha incorporam estruturas de varejo

convencional, incluindo armazéns, casas agropecuárias e supermercados. Nessas situações, os consumidores precisam receber informações sobre aspectos da cultura e da identidade do lugar bem como dados sobre os processos de fabricação do produto (ILBERY et al., 2005).

Apesar do caráter mercantil mais acentuado, os agricultores proprietários dessas agroindústrias conservam características tradicionais, como a moagem na pedra, embalagens com informações sobre o local e o processo de fabricação. Segundo o agricultor Lucas, “os consumidores reconhecem o produto pela embalagem e valorizam por estar relacionado aos nomes de Nova Veneza ou da Coofanove, que remetem a qualidade, confiança e tradição”.

Acreditamos que essa prática seja mais pela experiência e intuição dos agricultores do que propriamente pela compreensão mais ampla do processo que em estão envolvidos. A apreensão dessa dinâmica de forma mais profunda poderá favorecer-lhes bem como contribuir mais intensamente com os processos de desenvolvimento rural.

A produção atual referente a esses quatro agricultores está em torno de 120.000kg de farinha por ano. Esses dados foram fornecidos pelos agricultores e confirmados pela Epagri e pela Prefeitura municipal neste ano de 2012.

### **3.3.3 Queijo: atividade secundária na propriedade. Até quando?**

O hábito de produzir queijo veio com os colonizadores. Assim como a polenta e o vinho, o queijo é um dos alimentos que mais traduzem a gastronomia dos italianos de Nova Veneza. A produção do queijo, diversamente do vinho e da farinha de milho, que representam atividades masculinas, sempre foi uma atividade alinhada às mulheres. A produção de leite assim como a fabricação do queijo eram atividades fundamentais numa propriedade rural italiana, pois seu consumo com a polenta ou a preparação da *fortaia*<sup>22</sup> era um dos alimentos importantes dos colonos. A princípio, praticamente todas as famílias produziam o queijo e, por isso, a comercialização era quase inexistente.

Nas primeiras décadas de 1900 muitas famílias passaram eventualmente a comercializar o excedente da produção para moradores dos núcleos urbanos que

---

<sup>22</sup> Fortaia: Alimento típico da cozinha italiana preparado a base de queijo, ovos, e sal.

estavam surgindo. Nas décadas de 1930 e 1940 o queijo passou a ser entregue nas casas de comércio e trocado por suprimentos e miudezas para a casa. Constituíam-se uma renda secundária e quase sempre estava sob o comando das mulheres, e não raras vezes garantia também a compra dos materiais escolares para os filhos.

Nas décadas de 1960 e 1970 surgiram em Nova Veneza os chamados carroceiros. Eram pessoas que, com um carro repleto de utensílios e suprimentos para a casa, passavam nas propriedades rurais e trocavam essas mercadorias pelo queijo produzido pelas agricultoras, embora recebessem também demais produtos de origem animal e vegetal, como ovos, salame, frangos, frutas, hortaliças e grãos.

Nesse período também são lembradas pelos agricultores as 'linhas de leite', em que grandes cooperativas que atuavam em âmbito estadual passavam e recolhiam o leite dos agricultores para ser beneficiado em Florianópolis. Essa iniciativa não durou muitos anos, tendo em vista o custo elevado do transporte.

Nas décadas seguintes a forte especialização produtiva em algumas propriedades, em certas culturas vegetais, fez muitas famílias reduzirem a produção de leite e, conseqüentemente, a produção do queijo. A maioria das famílias continuou produzindo para seu consumo, mas o excedente diminuiu significativamente.

A bovinocultura de leite foi a atividade que mais perdeu área para o desenvolvimento da rizicultura, que, com os preços do arroz em alta, ocasionou grandes mudanças no contexto ambiental do município. Foi um período em que os rizicultores priorizavam o plantio do arroz em cada metro quadrado das propriedades, atitude que inicialmente não foi desprezada pelas muitas mulheres, que perceberam a possibilidade de diminuir o árduo trabalho diário de ordenha e fabricação do queijo. Porém, assim mesmo, em menor quantidade, algumas mulheres continuaram produzindo e comercializando através de mercados de proximidade.

É preciso ressaltar que a produção do leite continuou mais expressiva nas famílias que não possuíam terrenos próprios para a rizicultura. Conforme depoimento de um dos técnicos,

*Onde não tem arroz, tem agricultor pluriativo produzindo leite, fumo e milho, e alguns dos filhos e a mulher trabalham na indústria. Esses, porém, não costumam produzir queijo, entregam para dois laticínios no município que começaram pequenos e hoje já atuam na dinâmica capitalista em nível de indústria convencional (Pacífico, técnico).*

Até o final da década de 1980 e início da década de 1990, os produtores de queijo, além de vender na propriedade para vizinhos, parentes e amigos, entregavam em mercados da região. Entretanto, a cadeia do leite passa por profundas mudanças a partir do final dos anos 1980 diante das transformações estruturais ocorridas na economia brasileira, com alteração no ambiente competitivo e implicações para a sustentabilidade dessa cadeia de produção, principalmente por parte dos produtores.

No final da década de 1990, devido às exigências dos órgãos fiscalizadores que passaram a atuar mais intensamente, as vendas para armazéns e mercados diminuíram, e os que continuaram faziam-no de forma sorrateira. A partir desse momento foi privilegiado o mercado na propriedade.

Atualmente, a história dos 34 agricultores que produzem e comercializam queijo repete-se. As entrevistadas afirmam que aprenderam a fazer queijo com a mãe ou outra pessoa da família. Todas dizem terem começado a fazer queijo para a família e, com o tempo, passaram a vender o excedente.

Ressaltam que os cursos de processamento de leite realizados no centro de treinamento da Epagri de Araranguá (CETRAR) foram muito úteis no sentido de repassar formas de melhorar suas receitas, bem como aprender novos tipos de queijo. *“Muita gente foi fazer o curso; a gente aprendeu bastante porque o curso é todo prático, mas o que adiantava fazer queijo diferente se a gente não tem muito leite e também a gente não podia vender por causa da fiscalização?”* (Marta, agricultora).

Atualmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) tem atuado no município realizando cursos nas comunidades. *“Eu também fiz o curso, é bom porque a gente aprende muita coisa, mas eu não sei se vou continuar”* (Elena, agricultora).

A grande maioria continua comercializando o queijo na propriedade e os clientes são parentes, vizinhos, amigos e também turistas que eventualmente percorrem o município e procuram o queijo colonial. Confessam-nos, de forma velada, que muitas vezes, dependendo da situação, saem com o queijo escondido para entregar a fregueses na cidade, entre eles, restaurantes, bares e pequenos armazéns.

É muito explícita a confiança e o reconhecimento da qualidade do produto permeando a relação. Em seu depoimento a agricultora diz:

*Os restaurantes X e Y pegam o queijo aqui há muitos anos. Eles dizem que o queijo da colônia dá uma boa fortaia. O queijo feito na indústria não dá fortaia porque eles tiram toda a gordura. Diz que os clientes logo percebem quando o queijo não é da colônia (Elena, agricultora).*

Quando indagadas sobre a motivação em produzir queijo, elas respondem: *“O meu marido já cansou de me dizer para parar, quer usar a terra para plantar mais arroz [...], mas eu faço queijo porque gosto, senão não valeria a pena e como a situação está difícil para a agricultura eu prefiro fazer queijo que (sic) trabalhar com faxina”* (entrevistada número 12). Outro depoimento: *“Preciso do meu dinheiro para não depender tudo dele [o marido] [...]. O dinheiro do queijo é meu, para as coisas da casa”* (Marta, agricultora).

Fato interessante é que, dos 34 produtores de queijo em atividade no município, não encontramos quem mostrasse interesse na legalização do laticínio/queijaria ou no aumento da produção. Esse assunto será tratado no quarto capítulo. Acreditamos que o domínio das grandes empresas que atuam na atividade leiteira, aliado ao contexto regional e à visão de agricultores e técnicos, contribui para que o queijo permaneça como atividade secundária sem possibilidades de tornar-se expressão para alguns produtores e abrir novas possibilidades para a agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento rural.

Embora vamos tratar das organizações coletivas em capítulo posterior, trazemos essa questão numa tentativa de reforçar nosso olhar sobre o aspecto secundário que assume a produção de queijo nas propriedades de Nova Veneza. Na cadeia do queijo, esse produto ainda possui uma distinção que é dualmente forte e frágil. Forte, pois tem o nome da tradição da família; frágil, pois essa distinção não é reconhecidamente clara para a família. O queijo normal e informalmente é reconhecido pelo nome da produtora ou sobrenome da família. Como nenhum produtor de queijo é legalizado ou associado à Coofanove, o produto é comercializado na maioria das vezes na propriedade e sem muita perspectiva de expansão. Acreditamos que a fragilidade da atividade poderia assumir o caráter oposto a partir de uma marca ou distinção assumida coletivamente, ou até individualmente, mas com a possibilidade de legalização, o que permitiria

comercializar além da porteira, facilitando a expansão do negócio, podendo fazer a atividade deixar de ser secundária na propriedade.

Finalmente ressaltamos que, independentemente da legalidade ou não, os mercados de proximidade movimentam em torno de 48.000kg de queijo por ano, segundo informações da Epagri e da Prefeitura Municipal de Nova Veneza. Na figura 4 são apresentadas algumas imagens das agroindústrias de Nova Veneza.

No capítulo seguinte, trataremos do papel do poder público na construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza.

**Figura 5 - Agroindústrias de Nova Veneza**



Fonte: Arquivos da Epagri/Nova Veneza (2012).

## **4 O PAPEL DO PODER PÚBLICO NO APOIO ÀS CADEIAS CURTAS EM NOVA VENEZA**

Neste capítulo pretendemos responder às questões relacionadas ao papel do Poder Público no apoio à construção das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. Em especial, observaremos como as organizações, e de que forma instituições como Epagri e Prefeitura, têm interagido nesse processo no município de Nova Veneza.

Analisaremos o contexto catarinense após 1980, evidenciando as políticas públicas que influenciaram decisivamente para dar visibilidade às agroindústrias, base das cadeias alimentares curtas.

Destacaremos que no caso específico de Nova Veneza, onde as instituições que tradicionalmente estiveram de forma mais expressiva observando e apoiando a produção e a industrialização nos últimos anos, precisaram voltar-se aos processos de construção e legalização dos mercados. Neste segmento analisamos o processo de construção da legalidade, destacando o ajuste das leis estaduais, que permitiu que os produtos da agroindústria familiar pudessem ser comercializados legalmente. Nesse item é possível perceber as arenas e seus embates que caracterizam mais fortemente as interfaces. Finalizamos expressando o atual estágio do trabalho das instituições no município.

### **4.1 O CONTEXTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ALAVANCARAM AS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS EM NOVA VENEZA**

É certo que durante os tempos da colônia (1891 a 1958) instituições agiram nos sentido de dar a base ao que hoje reconhecemos como cadeias alimentares curtas. Com a emancipação da colônia em 1958, houve a preocupação da administração municipal com a implantação de serviços básicos ligados à saúde, à educação e à infraestrutura. Em relação ao trabalho voltado à agricultura, lideranças municipais declaram que a partir da instalação do serviço de extensão rural no município nos primeiros anos da década de 1960, toda e qualquer questão técnica da área os levava à Acaresc.

*Essa instituição foi de fundamental importância para os primeiros anos de desenvolvimento da agricultura e do município de Nova Veneza. Era o trabalho de recuperação do solo com calcário, era assistência técnica na produção, era organização. O mercado era uma consequência (Bernardo, liderança municipal).*

Entre todos os trabalhos da Acaresc, destacamos o programa de Economia Doméstica, majoritariamente desenvolvido pelas extensionistas. Esse programa, além de desenvolver atividades voltadas à educação sanitária, atuava fortemente em ações de educação alimentar. O projeto enfatizava principalmente a higiene dos alimentos, a produção para subsistência, o aproveitamento dos alimentos *in natura* bem como a conservação dos alimentos através da indústria caseira. O objetivo principal dessas ações estava voltado à subsistência das famílias, mas certamente teve ação decisiva nos rumos da agroindústria rural e na formação das cadeias alimentares curtas. A comercialização não era certamente a grande preocupação do trabalho dos extensionistas.

Destacam-se, ainda, nesse período, as ações da Campanha contra a febre aftosa em Santa Catarina, desenvolvidas pela Cafasc, que mais tarde foi incorporada à Companhia Integrada para o Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Em Nova Veneza foi implantada no início da década de 1980, e o trabalho era voltado ao fomento, à clínica e à defesa sanitária dos rebanhos.

Mas as bases das cadeias alimentares curtas estavam sendo construídas especialmente através dos trabalhos de produção artesanal de alimentos nas propriedades. Referindo-se ao Oeste Catarinense, mas com aproximação à realidade do sul catarinense, Mior (2005) escreve que a atividade de processamento e transformação de produtos no meio rural faz parte da lógica de funcionamento da agricultura familiar da região desde o início do século 20. O pesquisador ressalta que até os anos 1930 a fase foi marcada pela produção de subsistência, em que a transformação e o beneficiamento dos produtos visavam principalmente satisfazer as necessidades de consumo da família. A partir de então se aprofundou o processo de produção, transformação e comercialização dos produtos. Ressalta que, embora a discussão e a legitimidade de estratégias de agroindustrialização rural somente tenham tido lugar a partir da década de 1990, processar alimentos foi fundamental para a trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar.

Os anos 1990 trazem grandes transformações na economia brasileira e, especialmente, aos encaminhamentos para o desenvolvimento rural. No âmbito nacional, uma série de mudanças que ocorrem nos padrões de regulação da agricultura brasileira trazendo reflexos heterogêneos nas diversas cadeias produtivas e nos padrões de desenvolvimento rural. A integração ao Mercosul, a abertura da economia brasileira e o surgimento de novas políticas públicas para o campo surgem, alinhando-se às novas demandas sociais trazidas pela nova década.

Dessa forma, o papel do poder público na construção das cadeias alimentares curtas só pode ser compreendido considerando ações de fortalecimento de políticas públicas de apoio à agroindústria para mais tarde mostrar seu foco em direção aos mercados. Nesse sentido, pode-se destacar o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), implantado em 1996, e o Programa de Apoio à Agroindustrialização de Base Familiar (Desenvolver).

Embora já houvessem existido políticas específicas para o pequeno produtor rural anteriormente, elas nunca tinham tido um alcance nacional como o Pronaf. Cabe destacar que até os anos 1990 as políticas agrícolas eram formuladas no âmbito do Governo Federal, de forma descendente, restando pouco espaço para interferência de grupos regionais (MIOR, 2005). No entanto o Pronaf:

[...] formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o início da década de 1990 nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo aliados das políticas públicas ao longo da década de 1980 (SCHNEIDER, 2009, p. 36).

A partir do debate acerca da importância da agroindústria como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, a Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura instituiu o Pronaf Agroindústria, em 1999. Ele foi uma primeira tentativa de construção de rede que preconizava a formação de conglomerados de agroindústrias num espaço supramunicipal, interligado com uma unidade de apoio gerencial que deveria ser o eixo do processo de desenvolvimento rural sustentável.

Então se em Santa Catarina até a década 1980 as instituições atuaram mais nos sentido de fortalecer a produção e a industrialização, a partir da década de 1990, devido às mudanças na estrutura e na conjuntura econômica do país, novos arranjos precisaram ser pensados. Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, o grande capital multinacional,

principalmente o financeiro, passou, de fato, a comandar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações, associadas ao novo ciclo de endividamento externo dos anos 1990 mudaram os cenários econômico, político e social no Estado. É dentro desse movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós-1990, como a redução das atividades estatais. E entre as muitas mudanças do setor econômico, aconteceu a desnacionalização no complexo agroindustrial. Cada vez mais se reduzia a atuação do Estado-nação e aumentava a crença no mercado. Essa lógica está associada a um movimento mais geral da história recente, que são o neoliberalismo e a cosmopolitização das finanças (GOULART FILHO, 2002).

Uma alteração que não pode ser desconsiderada no contexto catarinense no início dos anos 1990 é a desativação da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e da Acaresc, e a criação da Epagri<sup>23</sup>, bem como a municipalização da agricultura. Com isso, a Epagri deixou de fazer extensão rural e assistência técnica, ficando apenas com a pesquisa agropecuária e a difusão de tecnologia em Santa Catarina. Essa situação gerou sérias dificuldades e perdurou aproximadamente quatro anos, quando foi revertida em 1994.

Cabe destacar que nas décadas anteriores a 1990 o Estado mostrou preocupação com a adequação de políticas voltadas à agricultura familiar. Mior (2005) destaca a constituição do Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP), com base em Chapecó, e o amadurecimento institucional, em especial de pesquisadores da área socioeconômica e recursos naturais que mudam de uma abordagem micro para uma dinâmica socioeconômica regional. Essas mudanças, embora se tenham constituído mais fortemente dirigidas ao Oeste do Estado, irradiaram conhecimentos e novas visões para o Sul Catarinense.

Em 1990 a Epagri, em parceria com a Empresa de Cooperação Técnica Alemã GTZ, remodela seus centros de treinamento e cria o programa de capacitação para agricultores a partir da Lei nº 8.194, de 18 de dezembro de 1990,

---

<sup>23</sup> Em 1991 o Governo do Estado, recém-empossado, promoveu uma série de alterações no setor agrícola, destacando-se a criação da Epagri (fruto da fusão Emater-Acaresc-Empasc-Acarpesc e Iasc), colocando, dessa forma, numa única unidade os serviços de pesquisa, extensão rural e pesqueira e assistência à apicultura e a municipalização da extensão rural, bem como instituiu a municipalização da Agricultura. Pesquisadores afirmam que o objetivo maior do Governo do Estado era transferir para os municípios a responsabilidade pelos trabalhos de assistência técnica e extensão rural, inclusive fazer com que os municípios assumissem, com ônus total, o quadro de pessoal da Epagri.

regulamentada em 1991, com grande impacto para o trabalho voltado às agroindústrias familiares e à profissionalização de agricultores.

Mior (2005) destaca que, considerando que a abertura econômica deixou produtos e agricultores em competição direta com produtores do Mercosul e de outros países, a adoção de um programa de capacitação de agricultores ficou supostamente entendida como um programa de reconversão.

Convém salientar que antes disso, na década de 1980, os cursos de industrialização de alimentos realizados pelas extensionistas sociais da Acaresc junto às mulheres agricultoras deram origem à profissionalização de agricultores (MIOR, 2005). Em Nova Veneza, os cursos aconteciam especialmente orientando o preparo de picles ou conservas de frutas e hortaliças, doces, geleias e sucos como forma de conservar alimentos de uma estação para outra. Nesse período, os cursos tinham como objetivo a alimentação e a subsistência da família e, com frequência, eram realizados na cozinha das agricultoras.

Na década de 1990 os cursos passaram para os centros de treinamento; os conhecimentos tradicionais que os agricultores já colocavam em prática para produzir para o próprio consumo e para a venda do excedente foram potencializados e, em certa medida, melhorados pelas informações repassadas pelos técnicos da Epagri através de cursos.

Nos anos seguintes os cursos foram sendo incrementados e diversificados, porém até meados da década de 1990 o objetivo central do trabalho da Epagri junto à agroindústria artesanal continuava sendo a melhoria da alimentação da família. Esse trabalho teve repercussão significativa na região e especialmente no município de Nova Veneza pela grande quantidade de agricultores que se interessavam em participar dos cursos. Os agricultores de Nova Veneza, pela questão da proximidade, realizavam suas capacitações no Centro de Treinamento de Araranguá, salvo situações em que esse centro não oferecia curso na área de interesse.

É importante destacar que a possibilidade de poder contar com o trabalho de um profissional com formação de mestrado na área de Tecnologia de Alimentos fez grande diferença, pois seu apoio técnico garantiu às equipes municipais a segurança no desenvolvimento de ações relativas às agroindústrias familiares e à construção de mecanismos que possibilitaram a comercialização. Nesse período, o trabalho era intenso e muitas ações aconteciam, mas a ausência de um aparato

institucional mais bem definido que pudesse congrega e potencializar ações regionais e estaduais era sentida.

Em 1996 a Empresa redefine sua missão institucional, seus objetivos e suas linhas gerais de atuação. Com isso, em 1997 se estrutura o Projeto de Agregação de Valor aos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal, como um dos 11 projetos prioritários da empresa.

Em 1998 a Assembleia Legislativa do Estado cria a Lei Estadual nº 10.731, regulamentada pelo decreto 3.526, instituindo o programa de Fomento e Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar (PROPAGRO), que dispõe de recursos para a criação desse tipo de agroindústria. Essa lei prescreve que a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural estabeleça apoio aos projetos de agregação de valor, da produção até o mercado. Estabelece também o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) como órgão financiador e as empresas vinculadas como executoras dos projetos em parceria com prefeituras e ONGs. A lei também prevê a criação do selo 'sabor colonial' para as empresas que atendam as questões legais, tributárias, ambientais e sanitárias, isentando-as de taxas públicas estaduais. Para o acesso é necessário que os agricultores se enquadrem nos critérios de agricultor familiar do Pronaf.

No ano de 1999 o Governo do Estado estrutura o Programa de Apoio ao Agronegócio Catarinense (PPAC), quando, pela primeira vez, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural são destinados para o financiamento de agroindústrias familiares rurais. Nos anos que seguem esse trabalho ganha visibilidade pelo aumento do número de empreendimentos no Estado e na região, com reflexos também em Nova Veneza.

Em Santa Catarina o Pronaf agroindústria teve início no ano 2000 a partir de dois projetos: "Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense", que já acontecia por iniciativa de órgãos públicos, outras instituições e agricultores, e o "Projeto intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Redes no Sul do Estado", que foi articulado pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco). Era sem dúvida um programa promissor, porém as mudanças ocorridas no Ministério e a transferência do Pronaf para o Ministério do Desenvolvimento Agrário dificultaram a liberação de recursos para as agroindústrias dentro dos marcos do Pronaf, e a liberação de recursos aconteceu através da linha Agregar (programa financeiro gerenciado pelo Banco do

Brasil). A diferença entre Pronaf Agroindústria e Agregar é que este não possui uma concepção de trabalho em rede, financiando agroindústrias isoladas, como aquele tinha. Enfim, pôde-se constatar que o Pronaf Agroindústria foi descaracterizado, e os pequenos produtores rurais acabaram sendo excluídos do grupo (MIOR, 2005).

Esse projeto, apesar de não se desenvolver na área específica do município de Nova Veneza, causou grande impacto nos processos de organização dos agricultores, concretizando possibilidades de novos caminhos para a agricultura familiar e servindo de motivação aos agricultores e técnicos da região, que viam nas experiências da Agreco e do Oeste do Estado uma referência de luta e conquistas.

Além desses, aconteceu também em Santa Catarina entre os anos de 1998 e 2001 o Programa Desenvolver, que envolveu 32 municípios. Foi uma iniciativa de organizações não governamentais, prefeituras e outras organizações públicas do Estado, através da Fundação Ciência e Tecnologia, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo era apoiar tecnicamente agricultores familiares nas mais diversas áreas ligadas à agroindustrialização. Foi um programa com grandes resultados que, na avaliação de Schmidt (2000 apud MIOR, 2005), contribuiu para a articulação de ações no apoio à agroindústria de pequeno porte, oportunizando a troca de experiências e a socialização de informações e organização de agricultores, porém foi interrompido em 2001. Nova Veneza não estava incluída nesses municípios contemplados com o projeto, porém mais uma vez pôde assistir e constatar os avanços na área da agroindustrialização provocando estímulo à atividade.

No ano de 2002, em parceria com o Banco Mundial e sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, passa a acontecer, com forte envolvimento da Epagri, o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2). O projeto teve como objetivo a inclusão dos agricultores familiares de baixo nível social e econômico nos processos de desenvolvimento sustentável, e uma de suas metas era a melhoria de renda através do apoio à agroindústria.

Destacamos entre as políticas públicas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e, mais tarde, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), lei nº 11.947/2009, que garante a aquisição de pelo menos 30% de produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Atualmente acontece o Programa SC Rural, uma parceria entre o Banco Mundial e o Governo do Estado. Ele tem por objetivo dar continuidade aos processos iniciados no Microbacias.

Resgatamos essas informações para destacar que a partir do envolvimento do estado construindo um contexto favorável houve a possibilidade dos demais atores dinamizarem o processo.

#### 4.2 DA INFORMALIDADE À ILEGALIDADE, E DESTA À COMERCIALIZAÇÃO FORMAL

Se desde a década de 1990 o município vinha dando fortes sinais de seu despertar para os processos de desenvolvimento assentado em sua identidade típica italiana, reivindicando o fomento às agroindústrias, bem como a possibilidade de mercados para os produtos da agricultura familiar, com esse contexto e arranjos favoráveis, a administração municipal avança firmemente nessa direção. A partir de então se envolve decisivamente, apoiando as iniciativas da equipe municipal de Extensão, que estabelece esse trabalho como uma de suas prioridades.

Em meados da primeira década dos anos 2000, alavancado pelo programa Microbacias 2, o trabalho voltado a agroindustrialização familiar ganhou visibilidade pelo grande número de empreendimentos surgidos na região, em especial no município de Nova Veneza.

Com a produção em ascendência nas agroindústrias, começam a aparecer mais fortemente às dificuldades associadas à comercialização em função da legislação. Se até o início da década de 1990 a comercialização 'para além da porteira' fluía sem a preocupação com exigências legais de tributação, sanitárias e ambientais, agora essa prática não era mais aceita.

É no momento em que os agricultores aumentam sua produção nas agroindústrias e ensaiam novas formas de mercado que a informalidade começa a ter nuances da ilegalidade. E se até esse momento o mercado informal não se constituía de fato como 'ilegal', a partir desse ponto, o que era mercado informal tornou-se de fato um mercado ilegal segundo a legislação em vigor.

A primeira necessidade sentida pelos agricultores relaciona-se à legalidade tributária, vindo mais tarde a questão sanitária e a ambiental. Nesse período era comum ouvir agricultores confidenciando que saíam de casa com o

queijo escondido para entregar aos fregueses ou vender nos mercados. E os mercados, por sua vez, também mantinham o produto escondido temendo o fisco no estabelecimento. O depoimento de um agricultor referindo-se ao mercado de queijo retrata essa situação: *“De repente virei bandido, parece que eu estava vendendo droga, uma vida inteira vendendo o que nós fazíamos e de repente passei da condição de agricultor para bandido [...]”* (José, agricultor).

Quando indagados sobre a deflagração desse processo nesse período, duas questões são lembradas pelos técnicos entrevistados: a primeira delas lembra a preocupação do Estado em investir na segurança alimentar; a outra, mais crítica, lembra a interferência de grandes agroindústrias com sede no Estado, que operavam em nível global e viam no crescente número de agroindústrias familiares entraves para seu domínio (técnicos Tiago e Cícero).

Mas, apesar de tudo, entre as dificuldades de controle pelo Estado e o tempo necessário para o novo processo ser absorvido, os agricultores, desconhecendo ou ignorando as exigências, iam encontrando espaços para seus produtos.

Nesse período a Epagri buscava intervir, porém inicialmente os técnicos, na sua maioria, poucos compreendiam de mercados e cadeias alimentares alternativas. Os processos de legalização conhecidos eram aqueles alinhados à grande indústria de produção de alimentos e existiam muitas dúvidas em torno desses processos da agroindústria artesanal. Existiam dúvidas para técnicos em todas as instâncias a respeito de como lidar com a nova questão estabelecida. Nesse período, nós técnicos percebíamos que era necessária uma reação, mas de que maneira? Apesar da fragilidade na compreensão do processo, foi-se buscando uma saída.

Nos primeiros momentos, mesmo sem grandes conhecimentos na área, o que se buscava era a legalidade das agroindústrias artesanais, porém a referência era ainda o padrão tradicional. As barreiras eram imensas, pois era notória a dificuldade de encaixar a dinâmica da agroindústria artesanal no padrão convencional de normatização. É possível, também, que a grande maioria dos técnicos ainda não se dessem conta que estava lidando com processos que poderiam ser inovadores, bem como com inúmeras possibilidades para a construção de novos padrões de desenvolvimento rural.

O contato com técnicos que retornavam de cursos em universidades ou ligados a algum movimento social bem como experiências de outras regiões foi trazendo algumas informações em relação a processos alternativos de formas de mercado.

Os agricultores estavam produzindo e já buscavam novos mercados, porém os sistemas tributário, ambiental e sanitário não estavam preparados para essas iniciativas da agroindústria familiar. Aos poucos os agricultores também foram demonstrando a insatisfação com essa estrutura e buscavam algo diferente. Assim, foram-se construindo as novas normas, de certa forma ainda referenciada na legislação existente, porém abriu-se o caminho para o novo.

#### **4.2.1 Sobre o processo da construção da legalidade**

Tanto gestores público como técnicos e agricultores estavam convencidos de que não existia possibilidade de se dar continuidade à atividade de processamento e comercialização se não pelas vias da legalidade. É possível que nesse momento ainda nem se pensava em fugir de padrões tradicionais de legalização. O caminho nos foi mostrando que poderiam existir formas diferenciadas de legalidade sem que precisássemos seguir os já trilhados pela grande agroindústria. A primeira questão a ser enfrentada foi a legalidade tributária, e é preciso ressaltar a dificuldade desse momento, em especial para os mediadores.

Embora este segmento não se proponha a avaliar o trabalho de mediadores, é importante ressaltar as afirmações de Sardan (1995, p. 156), que afirma que:

[...] na quase totalidade dos casos os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque sua competência técnica foi construída sobre uma degeneração e uma rejeição de conhecimentos populares.

Nesse sentido, é importante destacar que as instituições representam tipos diferentes de mediação. O primeiro diz respeito a mediadores colaborativos, vinculados a instituições que atuam no dia a dia, realizando assistência técnica junto aos agricultores e ajudando a construir processos. Neste caso, podemos citar os técnicos da Epagri bem como profissionais de setores da administração municipal, como Agricultura, Secretaria de Educação, Turismo e Cultura e, em certa medida, do

sindicato rural e da Cidasc<sup>24</sup>, que, além de desempenharem ações de decisão, em alguns momentos atuam na extensão. O segundo refere-se aos mediadores “decisores” vinculados a instituições que atuam com processos de normatização, como a Vigilância Sanitária, alinhada ao Ministério da Saúde/Anvisa, o Ministério da Agricultura, que, além de intervir com seus próprios técnicos, atua com profissionais da Cidasc, bem como a Secretaria da Fazenda e a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA).

Porém, nesse momento, o cenário já se constituía diferente. Pode-se observar que a presença de entidades nas diversas escalas de intervenção do poder público, aliada à representação dos agricultores, evidencia um processo de mudança nas formas de regulação das atividades de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos. De uma regulação setorial por competência de cada órgão, para uma visão multissetorial que procura integrar dimensões como a ambiental, a fiscal, o apoio técnico e o financeiro (MIOR, 2005, p. 180).

Na sequência abordaremos o processo da construção da legalidade, onde discorreremos sobre a legalidade tributária e a sanitária (vigilância sanitária e inspeção de produtos de origem animal). Ressaltamos que a inspeção de produtos de origem animal e bebidas é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, e os produtos de origem vegetal e os aspectos de comercialização de produtos de ambas as origens são responsabilidade do Ministério da Saúde através da Anvisa. Trataremos, também, da legalidade ambiental.

#### 4.2.1.1 Legalidade tributária

Em Nova Veneza o movimento pelo acesso à legalidade tributária começou com a formação de uma cooperativa. Queremos deixar claro ao leitor que aspectos específicos sobre a cooperativa serão detalhados no próximo capítulo, ao discorrermos sobre as organizações coletivas. Neste item detalharemos os movimentos que levaram à construção dessa organização, bem como o processo de construção da legalidade que teve a participação decisiva de instituições como a Epagri e a Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

---

<sup>24</sup> A Cidasc desempenha funções associadas a fiscalização e vigilância sanitária animal e vegetal.

A legislação catarinense permite o uso da nota do produtor somente para a comercialização de produtos *in natura* e exige que produtos beneficiados ou processados na agroindústria familiar somente sejam comercializados legalmente a partir do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o CNPJ. A legalização de uma agroindústria de forma individual, além da inviabilidade econômica pelos custos gerados, faz o agricultor perder sua condição de agricultor familiar e os direitos afins, pois legalmente o torna microempresário.

Por outro lado, a comercialização dos produtos da indústria artesanal, restrita ao interior da porteira da propriedade, caracterizado como mercado de excedentes, o que não se constitui como ilegal, limita possibilidades de acesso a projetos de expansão, exigindo estratégias diferenciadas.

É por isso que, no início dos anos 2000, acontece um movimento regional liderado pela Epagri visando à formação de cooperativas com o objetivo de garantir a comercialização dos produtos da agroindústria familiar. A Coofanove é fruto desse movimento e nasce no ano de 2004, gestada pelas ações de agricultores, Extensão Rural e Prefeitura Municipal, baseados em experiências do Oeste do Estado adaptadas à realidade veneziana. Surge em especial para facilitar a comercialização de produtos industrializados nas agroindústrias rurais e bem como visando acesso às Políticas Públicas Federais, voltadas especificamente para a agricultura familiar. Essa cooperativa viria abrir mercados institucionais, principalmente pelo interesse dos agricultores em acessar mercados através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e, mais tarde, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947, que garante a aquisição de pelo menos 30% de produtos oriundos da agricultura familiar.

Convém ressaltar que esses dois programas precisam ser considerados como alavancas importantes constituídas pelo Poder Público, que tem facilitado a construção das cadeias alimentares curtas por toda a região e especialmente em Nova Veneza.

Mas em se tratando do processo de formação da Cooperativa, é inegável o trabalho da Epagri e da Prefeitura Municipal. Depoimentos revelam o reconhecimento por essas instituições na formação dessa organização: “a Epagri teve papel importante na formação da Coofanove” (Ernesto, agricultor).

*Eu tiro o chapéu para a Epagri e para a Prefeitura [...] a Epagri puxou o barco, fez cursos, orientou nos rótulos, nas embalagens, a Prefeitura alugou a sala, ajudou nos alvarás de funcionamento, a Secretaria da Educação intermediou com a Conab, o PAA e o PNAE (Lucas, agricultor).*

O agricultor Vicente afirma: “A Epagri foi o primeiro agenciador da Cooperativa, e seus técnicos foram grandes incentivadores”.

Esses depoimentos revelam a ação dos mediadores no processo de construção da Cooperativa. Nesse sentido, é possível perceber interfaces a partir da sutil – mas visível – resistência da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) à formação dessas cooperativas familiares, tendo em vista sua tradição com o modelo de cooperativas convencionais. As cooperativas familiares incentivadas e instaladas na região, assim como a Coofanove, possuem uma lógica calcada no envolvimento e na participação efetiva de todos os associados e baseia-se na proposta dos agricultores e técnicos do Oeste do Estado que já vinham desenvolvendo a experiências com sucesso nesse sentido.

A Cooperativa garantia o CNPJ para a comercialização, porém os meandros da questão tributária constituíram-se em um grande desafio. O ajustamento das questões administrativas e tributárias era complexo, pois exigia um novo formato de tributação. Os técnicos regionais da Secretaria da Fazenda mostravam disposição em acertar, mas não tinham liberdade nem coragem para assumir ou lutar por uma nova dinâmica de tributação que estava em desalinho com a proposta estadual. Pensar sob uma nova lógica intimidava os técnicos da Fazenda, e qualquer decisão a ser tomada era muito demorada.

Agricultores, técnicos da Epagri e Prefeitura argumentavam junto aos técnicos da Secretaria da Fazenda a existência de espaço para a construção de novas formas de tributação, capazes de contemplar as pequenas agroindústrias e as cooperativas familiares, tendo em vista que as leis em vigor normatizavam tributação das cooperativas tradicionais e microempresas e, se nada constava sobre outras formas, o vácuo era o espaço possível para a construção dessa possibilidade. Foram muitas discussões e embates até a legalidade tributária ser aceita e reconhecida.

Esse movimento de transcender os modelos existentes encorajando-se a construir novos arranjos e conceitos nos remete a Giddens (1997), que nos parece dar conta do entendimento desse contexto ao tratar da “destraditionalização”, ressaltando que em uma nova sociedade as condutas da vida cotidiana não são

mais moldadas pela tradição, e nessa fase o indivíduo surge como ator e planejador da sociedade.

Aqui, especialmente, pode-se verificar o que Beck (1997) escreve sobre a nova concepção de sociedade, ressaltando que nela as decisões políticas não podem mais ser simplesmente aceitas; elas precisam ser formadas, construídas e refletidas. Dessa forma, a política passa a ser reinventada, e a esfera privada torna-se pública em um novo sentido.

#### 4.2.1.2 Legalidade sanitária

Quando tratamos de legalidade sanitária estão inclusas a legalidade de produtos de origem tanto animal quanto vegetal. A Vigilância Sanitária atua na inspeção de agroindústrias de produtos de origem vegetal, embora assuma as duas áreas (animal e vegetal) quando se trata da vigilância no varejo desses produtos. Ao tratarmos de inspeção de produtos de origem animal, estamos nos referindo ao trabalho desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, que atua com o Sistema de Inspeção Federal (SIF), e sua empresa vinculada, a Cidasc (estadual), que atua nos processos do Sistema de Inspeção estadual (SIE). Mais recentemente houve implantação do Serviço de Inspeção Municipal<sup>25</sup>(SIM).

##### *4.2.1.2.1 A Vigilância sanitária: Inspeção de produtos de origem vegetal*

A história da proliferação e do processo de consolidação das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza tem relação direta com a Coofanove. A partir da cooperativa, outras oportunidades e novos desafios se somaram, pois fez emergir a necessidade de uma ação mais apurada da vigilância e da inspeção sanitária para produtos de origem vegetal e animal.

Com a Constituição de 1988 e a implantação do Sistema Único de Saúde, acontece a descentralização da saúde. A partir de então, estados e municípios passaram a ser responsáveis também pela vigilância sanitária. Em Nova Veneza a

---

<sup>25</sup> Ressaltamos que bebidas como suco, vinho e cachaça são também de responsabilidade direta do Ministério da Agricultura.

criação da Vigilância Sanitária foi através da Lei municipal nº 1.331, de dezembro de 1997.

Então, se a vigilância sanitária municipal já atuava junto a indústrias de grande porte na área de produtos de origem vegetal e exercia vigilância nas ações de varejo no cuidado aos produtos de origem vegetal e animal, precisou, a partir desse momento, envolver-se com os pequenos empreendimentos familiares rurais, que atuavam na área de produtos de origem vegetal, tendo em vista o interesse dos agricultores na comercialização dos produtos. A vigilância sanitária municipal responsável pela inspeção de produtos de origem vegetal observa a Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, e seus decretos, alinhada à normatização do Ministério da Saúde através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

No que se refere às questões de vigilância dos produtos de origem vegetal nas agroindústrias, as dificuldades não foram embates técnicos, apesar de muito trabalho por parte dos técnicos da Vigilância Sanitária municipal para garantir higiene no processamento, na embalagem e armazenamento dos produtos, bem como nas adaptações ou construções de unidades de produção. Os técnicos têm atuado mais no sentido de exigir condições higiênicas aos espaços de produção e boas práticas de fabricação. A postura dos técnicos, inicialmente, é de orientação e, de acordo com a realização das exigências, o alvará é liberado. Conforme as informações dos entrevistados, “poucas vezes se chega ao extremo, que é o fechamento da unidade” (Ricardo, técnico). Com a validação do Anexo Dez <sup>26</sup>, por volta do ano 2000, e a dispensa do registro de produtos pertinentes a área de alimentos houve maior facilidade para a legalização da agroindústria na área vegetal.

#### 4.2.1.2.2 A inspeção de produtos de origem animal

A constituição do SIE em Santa Catarina acontece em 1994, em função da descentralização ocorrida no Brasil com a Constituição de 1988.

Pesquisadores afirmam que, embora houvesse a descentralização do Sistema de Inspeção Federal (SIF) para o estadual (SIE), não houve avanços na

---

<sup>26</sup> Resolução nº 23, de 15 de março de 2000 (DOU 16/03/2000), que dispõe sobre o Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.

flexibilização das exigências, adequando-as às características da agroindústria familiar. A legislação federal, tanto quanto a estadual, foi qualificada como convencional e adequada a grandes estruturas agroindustriais (MIOR, 2005).

Destaca-se que em todo o Estado, como também em Nova Veneza, os empreendimentos atuantes com produtos de origem animal de médio ou grande porte estavam contemplados nas leis do SIE e do SIF. Os empreendimentos de pequeno porte não tinham aparato legal condizente com sua capacidade de processamento.

Dessa forma, agricultores, Prefeitura e Epagri mobilizaram-se para a implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Essa questão foi extremamente rica em seus debates devido a suas interfaces. Os principais entraves ultrapassam a esfera do município e encontram eco em instâncias regionais e estaduais. Os embates começavam acontecendo entre os técnicos dentro da própria Secretaria do Estado da Agricultura. A Epagri e a Cidasc, órgãos vinculados a essa Secretaria, nem sempre concordavam quanto à implantação dos sistemas de inspeção. Técnicos da Epagri entendiam que o SIM poderia viabilizar muitos empreendimentos familiares, porém encontrava resistência em fundamentos e estruturas apoiadas por técnicos da Cidasc, que apresentava restrições às iniciativas de implantação desse sistema pelos municípios. Não raras vezes os embates aconteceram nas reuniões em que os técnicos das empresas se encontravam.

Os argumentos de resistência pela Cidasc se referiam à inviabilidade técnica e financeira. Havia o entendimento por parte da Epagri que investir em uma estrutura para comercializar somente no município nem sempre é viável, porém isso não é regra geral. Para algumas pequenas agroindústrias o SIM poderia ser a saída juntamente com a legalidade de aspectos tributários, oportunizados pela cooperativa de agricultores familiares e pela observância das exigências ambientais.

Outro argumento de resistência baseava-se na necessidade de precaução à segurança alimentar, pelo fato de entenderem que muitos municípios não demonstravam o preparo necessário para encarar tamanha responsabilidade pelos processos de inspeção. Certamente a suscetibilidade a interferências políticas, inexperiência ou dificuldades em gerir processos de inspeção, tendo em vista uma estrutura técnica diminuta, poderia sem dúvida resultar na má qualidade do produto, pondo em risco a segurança alimentar dos consumidores. Porém o momento exigia compromisso com a superação desse impasse. Ao invés do estabelecimento de

forças para dificultar o processo, buscava-se desenvolver habilidades capazes de gerar condições para tal tarefa de inspeção nos municípios. Além disso, experiências do Oeste do Estado mostravam que era possível a implantação do SIM.

Esses debates não se limitam às duas empresas; envolve muitos atores, como agricultores, agroindústrias, técnicos de inspeção, sindicatos e ONGs com diferentes interesses.

Em função de tantas questões, um forte movimento levou à reformulação da legislação estadual do SIE. Então foi criada a lei nº 16.610, de 1º de dezembro de 1997, regulamentada pelo decreto nº 3.100, de 20 de julho de 1998, intitulada 'Normas Sanitárias para a Elaboração e Comercialização de Produtos comestíveis de Origem Animal e Vegetal'. A partir dessa normatização é possível utilizar dois critérios para classificar a agroindústria artesanal. O quesito principal é o de pequena escala (determinado pelo volume de produção), e os aspectos tradicionais, culturais e regionais do produto se constituem no segundo critério.

Segundo Mior (2005), a nova lei foi considerada um avanço pelas instituições e organizações de agricultores na medida em que permite certa diferenciação da agroindústria artesanal quando comparada à agroindústria convencional. Porém continuam as restrições em relação às possibilidades de comercialização, tendo em vista que o SIE só permite a comercialização no respectivo Estado, assim como os que possuem o SIM só podem comercializar no seu município. Nesse sentido, percebem-se novas interfaces, pois novas polêmicas se estabelecem em função de grandes agroindústrias convencionais serem contrárias à eliminação desses limites. Essa lei ainda encontra dificuldades de implantação.

Nesse sentido, é possível dizer que as questões relacionadas à legalização de produtos de origem animal foram as que mais deram visibilidade às arenas e aos seus embates. É possível que não apenas as questões de segurança alimentar estejam em jogo, mas especialmente interesses de grandes agroindústrias.

O município de Nova Veneza, por conta da pressão de agricultores, instituiu o SIM para produtos de origem animal, implantado pela lei nº 1.855, de 17 de setembro de 2007.

A partir da regulamentação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA<sup>27</sup>), a região busca sua adesão ao Sistema.

Esse processo iniciou em meados da primeira década dos anos 2000, liderado por técnicos da Epagri, com envolvimento de muitas organizações, entre elas: Cooperativas de Agricultores Familiares, Sindicato de trabalhadores Rurais, Prefeituras Municipais, Comitê Regional de Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Recorremos mais uma vez as ideias de Beck (1997) para reforçar que na modernidade reflexiva o primordial para a sociedade é a organização.

#### 4.2.1.3 Legalidade ambiental

Os aspectos associados à legalização ambiental também são algo novo nos processos de agroindustrialização, sendo apropriado aos poucos pelos agricultores. Epagri e Prefeitura procuram orientar quanto a aspectos técnicos de localização e construção da unidade bem como tratamento de efluentes, porém cabe ao órgão de fiscalização dar o aval final. Cada agricultor que deseja construir sua agroindústria depende da Fatma ou das Fundações Municipais de Meio Ambiente, quando habilitadas para tal, para a obtenção das licenças. Em casos que caracterizam pequenos volumes de produção é necessária apenas uma autorização ambiental. Essa possibilidade é algo que veio à tona recentemente e facilitou muito aos pequenos agricultores. Em situações que envolvem agroindústrias de maior porte é necessário observar os requisitos para a Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO). A adaptação e a observância dessas licenças ambientais também foram alvo de muitas polêmicas.

*Uma questão que facilitou muito o licenciamento ambiental foi a criação das Fundações Municipais de Meio Ambiente, pois permitiram desburocratizar os processos, não no sentido de flexibilizar a lei, mas como maior possibilidade de acesso. (entrevistado número 34).*

---

<sup>27</sup> O arcabouço legal que criou e regulamentou o Suasa é composto dos seguintes instrumentos: a) Lei nº 8.171/1991 (Lei Agrícola), alterada pela Lei nº 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29, que criou o Suasa; b) Decreto nº 5.741/2006, composto de 157 artigos, que regulamentou o funcionamento do Suasa; c) Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 19/2006, que definiu os procedimentos para adesão dos entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) ao Suasa.

Existem normas estabelecidas, porém ainda hoje surgem muitas dúvidas e discussões, tendo em vista a implantação de um código ambiental (no Estado) mais permissivo que o código ambiental brasileiro. Nesse sentido, é importante destacar que as interfaces se fazem presentes dentro das próprias instituições, tendo em vista os diferentes pontos de vista sobre a sustentabilidade.

#### 4.3 O OLHAR DOS ATORES SOBRE A LEGALIDADE

A esta altura poderá parecer ao leitor que a legalidade pode ser o objetivo final para os atores de Nova Veneza, tamanho é o espaço que estamos dando a ela neste trabalho. Certamente não. Entendemos, porém, que a continuidade das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza depende da compreensão que se construirá acerca da legalidade e sua relação com a noção da qualidade.

Os depoimentos de agricultores, técnicos e gestores públicos a seguir, são reveladores das perspectivas, mas especialmente das necessidades, para os rumos e para a sustentabilidade das iniciativas de agroindustrialização e mercados de proximidade em Nova Veneza.

Diante desse contexto, a percepção dos agricultores, técnicos e gestores em relação à legalização poderá nortear trabalhos futuros e apontar necessidades de ampliação das noções de legalidade e qualidade.

Atualmente, os agricultores produtores de farinha, vinho e queijo, possivelmente nem todos tendo a clareza suficiente da amplitude que representa essa nova dimensão de convenções e normas, dividem-se entre as opiniões de legalizar ou não seu empreendimento. Depoimentos revelam essas opiniões: “Quando começamos com a atafona, já nos associamos à Coofanove, pois queríamos trabalhar de forma legal, ter código de barras, rótulo e liberdade para trabalhar sem preocupação da fiscalização” (Ernesto, agricultor). Carlos, outro agricultor, afirma: “Desde o início da ideia de montar a cantina eu parti pra legalização. Eu estava decidido a legalizar de forma individual, depois ouvi falar da Coofanove e me associei ao projeto de sua formação”.

Outros mostram que o espaço conquistado para o mercado de seu produto pode não compreender a legalização:

*Eu faço vinho há anos, mas a questão é de espaço e tempo. A gente se dedica a outras atividades na propriedade. Eu até me associei à cooperativa (Coofanove) fui sócio-fundador. Mas quando ela começou a caminhar, saí. Eu sabia que se ficasse, precisaria legalizar o vinho [...]. Tem inspeção, Ministério da Agricultura, precisaria investir em quantidade. Eu sei que trabalhar clandestino é problema. Por isso, decidimos que a nossa produção, que não é tão grande, seria vendida aqui na propriedade [...] e também hoje não tem como trabalhar clandestino vendendo fora da propriedade; os fiscais não precisam mais atacar caminhões, agora é tudo nota eletrônica. O comércio hoje quer documento, a gente paga um pouco, mas está legalizado. Se a gente paga impostos, depois a gente pode exigir o retorno, mas por enquanto vou ficar na informalidade (Marcos, agricultor).*

Esses depoimentos revelam a diversidade de posições e jeitos de compreender o mercado e seus processos. Em ambas as situações se percebem as diferentes razões para a formalidade ou informalidade, porém pelos depoimentos é possível reconhecer coerência pela opção.

A decisão pela informalidade também pode ter a ver com a falta de sucessores na propriedade:

*Eu não pretendo legalizar, somos só nos dois, [referindo a si e à esposa]; os filhos não querem saber da agricultura e a legalização exige que a gente tenha produção em quantidade [...] Eu quero ir mais devagar, eu já estou aposentado [...] eu prefiro ficar recebendo o milho dos meus fregueses, pra moer [...] e enquanto o milho tá moendo a gente conversa (Pedro, agricultor).*

Esse relato traduz também um pouco da condição de muitos agricultores que também não estão envolvidos com a agroindústria. As dificuldades dos últimos anos fizeram jovens seguir outros caminhos, e aos pais restou a condição de continuar sobrevivendo da atividade sem condições ou disposição para estabelecer perspectivas de continuidade.

Em se tratando de legalização, atualmente são 23 associados à Coofanove, vinte dos quais com unidades legalizadas e os outros em processo de legalização.

Quando indagados sobre a legalidade, técnicos afirmam: “Sem a legalidade não existe possibilidade de continuidade e perspectiva para as agroindústrias e mercados de agricultores” (Dirceu, técnico). “Se não tiver legalização, não é possível fazer um planejamento para a expansão da atividade” (Dauro, técnico). Um dos técnicos entrevistados afirma: “A legalidade, para a maioria dos produtores, é quase sempre vista como o carimbo da inspeção” (Roberto, técnico).

Esses depoimentos são reveladores do quanto os atores, salvo algumas exceções, reconhecem que o caminho para a continuidade passa pela legalidade. O fato de questionarem ou demonstrarem indicativos para novos e diferenciados dispositivos que possam ser agregados a essa prática, denota quanto essa questão precisa ser trabalhada.

Fato interessante relaciona-se aos produtores de queijo: Dos 34 produtores de queijo no município, nenhum mostra interesse pela legalização dentro dos padrões e das dinâmicas usuais. Também não revelam se percebem ou admitem uma forma de legalidade que possa agregar aspectos diferenciados além dos já exigidos.

Os argumentos traduzem uma descrença em relação à atividade leiteira e de produção de queijo: *“Não vale a pena legalizar; daqui a pouco vamos parar, é muito trabalhoso, o preço do queijo é baixo”* (Marta, agricultora). Ou, então: *“Não dá para investir porque a terra é toda para o arroz, meu marido só gosta de plantar arroz”* (Laura, agricultora). Outro depoimento: *“Não precisa legalizar, o pessoal procura o queijo aqui em casa e, além do mais, não sei se o investimento compensa”* (Elena, agricultora). *“O queijo da Veneza é bom, mas o preço é muito baixo, não adianta investir”* (Marília, agricultora).

Técnicos da área concordam que a legalização de uma queijaria individual exige considerar uma quantidade mínima de matéria-prima para garantir viabilidade econômica diante das exigências legais convencionais. Considerando essas exigências legais, nos casos em que a matéria-prima é escassa, eles reforçam que a comercialização em casa pode ser mais interessante. Assim, um dos técnicos se refere à necessidade de construir organizações coletivas a exemplo das existentes para *“[...] pequenos produtores em regiões da Itália, que consegue viabilizar pequenos produtores a partir de uma marca comum em uma dinâmica cooperativa diferenciada”* (André, técnico). Esse depoimento revela a possibilidade de novos caminhos estarem sendo percebidos para facilitar a viabilidade e a legalidade, que discutiremos no próximo item deste capítulo. E a questão do queijo reivindica estudos técnicos mais amplos, que envolvem paralelamente a área da produção do leite.

Quanto aos nove vitivinicultores apenas um está legalizado e com possibilidades de vender legalmente o vinho. Os demais estão em processo de legalização ou preferem ficar na informalidade. Convém salientar que existem

resistências quanto aos valores de tributação de bebidas alcoólicas, estabelecidos pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que, na maioria das vezes, intimida a venda legal. Os vinicultores afirmam: “[...] *não temos condições de competir com vinhos importados ou com grande vinícolas*” (Marcos, agricultor).

Dos quatro agricultores que produzem farinha de milho, três optaram pela legalização e mostram-se muito satisfeitos. Um depoimento revela essa condição: “*Eu não consigo dar conta dos pedidos*” (Lucas, agricultor).

Em se tratando do processo de legalidade das atividades, não faltam observações entre os agricultores que o processo é complicado e as taxas e impostos são elevados, porém de forma quase unânime, possuem o entendimento que a legalização é necessária. Um agricultor não envolvido no processo da produção agroindustrial de base familiar depõe a respeito:

*A legislação é dura, mas tem que legalizar [...] A nossa questão é cultural, é de consciência, sempre queremos resolver os problemas de forma gratuita, temos medo da legalidade. A nossa tradição é de país subdesenvolvido. Poderia, sim, ter mecanismos mais rápidos e menos complicados para ao pequeno agricultor [...] mas o caminho é a sustentabilidade ambiental, sanitária... Temos que nos adequar, isso é saúde pública e nisso temos que ser conscientes (Márcio, agricultor).*

Em uma das entrevistas deparamos com um casal de agricultores que passava por momento de desestímulo, pois alguns de seus produtos foram apreendidos pelos fiscais do Ministério da Agricultura devido à comercialização de vinho não legalizado, em casas comerciais e na propriedade (onde existia uma placa indicativa de venda de produtos). Eles entendem que a fiscalização é dura demais com os agricultores familiares. A esposa diz:

*Essa forma de mercado da agricultura familiar deveria ter um apoio maior, aí os jovens iam querer continuar... Se continuar assim, é melhor vender tudo e ir se empregar na cidade, isso dói muito. Eu espero mais apoio da Epagri e da Prefeitura, enfim do Governo para essas dificuldades aí (Ilda, agricultora).*

Esse depoimento dá um indicativo da expectativa dos agricultores em relação à ação do Poder Público nos processos que podem determinar os rumos da agricultura familiar. Por todo o exposto até aqui é possível ver que legalidade é a questão que tem ocupado muito os gestores públicos, técnicos e agricultores. Ainda há muito a aprender e construir em termos de legalidade, porém entendemos que o debate precisa avançar, considerando a legalidade através de organizações

coletivas em processos que envolvem a qualificação e a valorização dos produtos da agricultura familiar.

As manifestações revelam quanto essa questão precisa ser trabalhada. A legalidade, salvo poucas exceções, é vista dentro dos padrões convencionais. Uma legalidade que envolva organizações coletivas associadas à qualidade intrínseca a um produto ou território, uma etnia, uma cultura, ou formas sustentáveis de produção ainda são pouco referenciadas nos depoimentos. São muito escassos os depoimentos que questionam o tipo de legalidade, em certa medida, imposta aos agricultores familiares. Parece haver uma subserviência aos padrões tradicionais, com dificuldades para entender que já existem movimentos e novas estruturas que permitem transcender a legalidade nas suas formas tradicionais. Podemos afirmar que hoje em Nova Veneza a questão da informalidade e da legalidade é um debate que ainda precisa ser aprofundado.

Apesar das dificuldades, já existem indícios e sementes para a construção de processos alternativos que garantam legalidade e viabilidade, e é o que veremos no próximo item. O próprio movimento de formação de cooperativas e o reconhecimento dos mercados dos agricultores já denotam um passo na consolidação de mais essa caminhada de cadeias alimentares curtas, que contemplam alimentos típicos e agroecológicos.

#### 4.4 PODER PÚBLICO EM NOVA VENEZA HOJE: A NECESSIDADE DA GOVERNANÇA

Conforme abordagem no capítulo 2, a governança se constitui como mecanismo importante para a construção, expansão e consolidação das iniciativas de cadeias alimentares curtas. Logo, se governança está relacionada à capacidade institucional para controlar, fortalecer, construir novos mercados, as organizações e instituições, especialmente as de Nova Veneza, têm um papel fundamental no fomento a esse processo.

É possível perceber que as Secretarias da Agricultura, Educação, Saúde, Cultura e Turismo em conjunto com Epagri, Cidasc, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e fundamentalmente os agricultores, através da Coofanove, têm buscado construir ações consequentes em relação aos mercados da agricultura familiar. O papel do Estado, por meio de políticas como os programas de aquisição de

alimentos, tais como o PAA e o PNAE, modelos diferenciados de abastecimento alimentar, é central nessa construção.

Importante ressaltar que atualmente está em desenvolvimento o Projeto SC Rural, em uma parceria do Governo do Estado de Santa Catarina com o Banco Mundial (reconhecido como a continuidade do projeto Microbacias 2). Seu objetivo maior é proporcionar serviços de assistência técnica e extensão rural, suficientes e adequados para a promoção da melhoria da competitividade da agricultura familiar, da gestão sócio ambiental e da sustentabilidade do meio rural. Ressaltamos que a noção de competitividade está associada à capacidade de acessar mercados através de planos de negócios viáveis, e de apoio de serviços públicos fortalecidos integrantes do plano plurianual do estado. Uma das metas consiste na legalização de 420 empreendimentos no SIE, que poderão compreender agricultores da região sul do Estado, especialmente de Nova Veneza.

Além disso, o envolvimento efetivo e conjunto de instituições como Epagri, Secretária do Desenvolvimento Sustentável, Fatma, Polícia Ambiental e Cidasc no Programa SC Rural é certamente mais um passo que as instituições estão dando no processo de construção das cadeias alimentares curtas. Percebe-se que tem se procurado uma regulação setorial por competência de cada órgão, para uma visão multissetorial que procura integrar dimensões como a ambiental, a fiscal e o apoio técnico e financeiro.

Destacamos, porém, que essas ações ainda são insuficientes e que o simples envolvimento apenas não basta; é preciso muito ainda para diminuir as discontinuidades de entendimento sobre a questão da governança. É preciso conhecimento, metas estratégicas e consequentes em relação aos mercados, ao desenvolvimento rural e à plena articulação com os contextos econômico, político e institucional do Estado e região.

Certamente uma área que poderia fazer grande diferença é a da saúde pública e seu poder de decisão acerca da questão nutricional e alimentar. Segundo Lang e Heasman (2004), as preocupações com a saúde pública podem ter sido até agora marginalizadas pelo Estado e moldadas de acordo com os interesses e as influências das normas de mercado. Os pesquisadores defendem que os problemas alimentares e nutricionais deveriam ser tratados de forma mais ampla, gerenciando os desafios alimentares em conjunto, considerando desde a forma como o alimento é produzido até como ele é tratado pelo consumidor. Essa articulação de visões e

objetivos tentando construir saúde, sustentabilidade ambiental, redução de diferenças sociais e desenvolvimento rural pode dar outro sentido à governança, uma vez que exigiria decisões conjuntas e pontuais. Dessa forma, uma ação mais incisiva dos setores alinhados à agricultura, ao meio ambiente e à saúde poderia ser a base para grandes transformações.

Acerca do trabalho atual é importante destacar a ação da Secretaria Municipal de Agricultura, que tem atuado no fomento e na assistência técnica em parceria com a Epagri em especial nas ações relativas ao SIM. A Secretaria de Saúde busca envolver-se nas ações relativas à vigilância sanitária e à inspeção de produtos de origem vegetal. A ação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo volta-se para fortalecer questões da cultura e tradição associadas às ações da agricultura familiar. Além disso, tem buscado a construção de rotas turísticas dando suporte aos estabelecimentos com base nas disposições legais da rede Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), bem como se envolve nas organizações festivas e gastronômicas e em projetos de divulgação do município que retratam sua identidade histórica e étnica. É muito clara nos depoimentos de técnicos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a importância das questões associadas aos produtos e mercados da agricultura familiar para o norte de ações de turismo no município. É possível que o grande desafio seja a disposição em nós técnicos e gestores públicos estarmos abertos para a emergência de novos horizontes da sociedade, que exige novos processos de governança.

Em Nova Veneza a questão da governança existe na medida da proximidade e da convivência dos técnicos que fazem parte de uma teia social. Apesar disso, percebe-se que esse processo precisa ser melhor compreendido e vivenciado, em relação a perceber o todo na sua integralidade. Embora próximos, os mediadores ainda possuem olhares que quase sempre separam as diferentes áreas de trabalho. Uma boa parte dos depoimentos sugere a falta de entendimento da noção de governança ou sugerem dificuldades para fazê-la acontecer. . *“Governança é difícil, ainda não encontramos um jeito de fazer isso [...] tem algumas interações, mas é pouco [...] precisamos aprender”* (Sueli, gestora pública).

Ressaltamos que neste capítulo não trabalhamos especificamente cada uma das três cadeias, pois as ações do Poder Público, salvo pequenas especificidades, se voltam para todas as cadeias.

## **5 ORGANIZAÇÕES COLETIVAS E ATORES QUE IMPULSIONAM AS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS**

Este capítulo pretende responder as questões referentes à relação entre cadeias alimentares curtas e organizações coletivas. Neste espaço buscamos um misto entre a experiência dessas organizações em Nova Veneza, confrontada com as possibilidades diante das organizações coletivas em curso. Então o leitor encontrará, além das questões empíricas, aspectos teóricos que referenciam práticas coletivas organizadas, que possuem relação com as cadeias alimentares curtas. Refletiremos como organizações coletivas, em especial a Coofanove, vêm contribuindo para o fortalecimento das cadeias alimentares curtas. Analisaremos o que as organizações coletivas têm a ver com os novos mercados e como estas têm contribuído, ou poderão contribuir, com as cadeias alimentares curtas em Nova Veneza. Finalmente, a ação dos consumidores no que diz respeito às relações de consumo e produção no município que têm contribuído para os mercados da agricultura familiar.

### **5.1 ORGANIZAÇÕES COLETIVAS EM NOVA VENEZA – A COOFANOVE: UM MARCO NA HISTÓRIA DAS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS EM NOVA VENEZA**

Conforme já visto no segundo capítulo, a história da agricultura de Nova Veneza revela que desde os primeiros tempos da colônia já existiam movimentos relativos à construção de organizações coletivas para a comercialização de produtos. A primeira organização trata-se da Cooperativa Colonial, ou Cooperativa Agrícola de Nova Veneza, inaugurada em 1915. Na década de 1940 vieram as Sociedades Anônimas, caracterizadas como casas coloniais. Mais tarde surgiram as Associações Rurais, no final da década de 1950, e nas décadas de 1960 e 1970 surgiram cooperativas regionais às quais agricultores de Nova Veneza se associaram. Todas essas iniciativas cumpriram seu papel e mais tarde se dissolveram, permanecendo apenas cooperativas regionais, em especial a Coopersulca, e a CooperNova (organizada no final do anos 1990), com sede nos municípios vizinhos de Turvo e Forquilha respectivamente, às quais os venezianos são associados.

Nos anos 1980, por incentivo do governo do Estado, através da extensão rural, são incentivados os 'condomínios' com o objetivo de buscar a organização de agricultores produtores de grãos e criadores de suínos e de gado de leite em busca de melhor comercialização. A organização deficiente aliada aos fatores conjunturais da economia brasileira levou à desagregação desses condomínios em menos de 15 anos. Essas organizações surgiram alinhadas a modelos convencionais procurando atender o pequeno agricultor, porém buscando espaços seguindo a lógica da agricultura de *commodities*<sup>28</sup>.

Uma organização mais recente é a feira livre, que funcionou por breve período na década de 1990. Ela abrigou agricultores que comercializavam produtos da colônia. Segundo Lucas, agricultor, tendo em vista a dificuldade para comercialização de produtos de origem animal, a feira durou pouco tempo, pois os demais produtos possuíam uma procura muito pequena pelos consumidores.

A organização mais contemporânea que surge apoiada em bases que já consideram a necessidade de outras vias para a agricultura familiar, representando uma mudança significativa na história dos mercados de Nova Veneza, é a Coofanove.

Cooperativas familiares têm por objetivo a organização de agricultores tendo em vista a produção e a comercialização de produtos da agroindústria familiar. No caso da Coofanove, a organização nasce com o propósito principal de viabilizar a comercialização legal quanto aos aspectos tributários, já que a legislação catarinense não permite a venda de produtos industrializados pelos agricultores com a nota do produtor rural.

A lógica principal de gestão das cooperativas de agricultores familiares é o caráter descentralizado de todos os processos, e a responsabilidade por cada passo é de todos os associados.

Cada família, em sua unidade de processamento é responsável pela produção. O vínculo legal de cada unidade de produção familiar com a cooperativa acontece por meio de um contrato de comodato.

A comercialização dos produtos, que também é de responsabilidade de cada família, é realizada a partir do registro do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da cooperativa, sempre com observância de outras exigências sanitárias e ambientais. As notas são emitidas por cada agricultor em nome da

---

<sup>28</sup> Todas essas organizações foram detalhadas no capítulo 3.

Cooperativa e, ao final de um período determinado, o grupo se reúne para a prestação de contas. Ao associado é permitido usar o nome da Cooperativa em paralelo com a marca de sua agroindústria na venda de seus produtos.

A proposta das cooperativas familiares sugere um número reduzido de sócios (em torno de 25), pois grupos menores facilitam a interação, bem como possibilitam o desenvolvimento de laços de confiança. Observando esse preceito, sugere-se organizar uma segunda cooperativa quando os interessados são em número maior. Essas cooperativas, em princípio, não possuem base física própria e as reuniões acontecem em espaços públicos.

A Coofanove existe desde o ano de 2004, em uma ação conjunta entre agricultores, Prefeitura e Epagri. A construção do regimento interno já se constituiu como um momento de muito debate. Um dos pontos mais polêmicos foi em relação à taxa de contribuição de cada associado para a manutenção da cooperativa, tendo em vista despesas com a contratação coletiva de serviço contábil especializado de modo a garantir que os trâmites com a documentação garantissem segurança aos associados. Entre as deliberações ficou definido um revezamento dos associados nas funções de coordenação.

Com a formação da Coofanove os agricultores centraram-se na produção para a venda. Apesar das dificuldades, a procura por produtos da Coofanove foi aumentando, e se tornavam mais conhecidos principalmente pelos turistas que visitavam o município nos finais de semana. Em função disso, a Prefeitura Municipal disponibilizou um espaço para a instalação de uma loja para a venda dos produtos. Com a instalação da loja surgiu a necessidade de contratação de funcionários e, com isso, novos entraves legais. Porém, aos poucos, formas aceitáveis de ação foram sendo encontradas para essa prática.

Esse período, além de exigir um investimento maior na qualidade do produto, também foi marcado pela necessidade de desenvolver capacidades para a definição de embalagens, rótulos, marcas individuais, código de barras e apresentação dos produtos. Nesse sentido, agricultores eram estimulados a participar de cursos de aperfeiçoamento na área de produção e gestão de negócios. Os cursos eram ministrados pela Epagri em parceria com a Prefeitura Municipal, e o Senar também esteve presente com a realização de cursos.

Os primeiros tempos foram de aprendizagem tanto para técnicos como para agricultores. O 'novo' era desconhecido e uma série de problemas apareceu,

desde a dificuldade para compreensão da dinâmica da nova proposta de cooperativa, o frágil espírito de cooperação, a abertura de novos mercados, a dificuldade em encontrar profissionais da área contábil com experiência, até o posicionamento suficiente para construir aspectos contábeis do novo processo.

As experiências negativas de antigos modelos de gestão eram uma barreira para acreditar em uma nova lógica de organização. Não apenas os agricultores, mas também os técnicos mostravam sua fragilidade e incertezas, pois estavam todos envolvidos em um novo e desconhecido processo.

A proposta de cooperativas familiares exigia novos mecanismos tributários, ambientais e sanitários, pois não conseguia ‘vestir-se’ na legislação em vigor. Isso foi sem dúvida o que mais exigiu capacidade de argumentação e organização para enfrentar os embates para a construção ‘do novo’. O processo de construção da legalidade dos aspectos sanitário, ambiental e tributário já é conhecido do leitor, pois foram abordados no capítulo anterior tendo em vista seu alinhamento à questão das interfaces.

A dinâmica para a formação e a construção de processos iniciais das cooperativas foi difícil para todos os atores, tendo em vista seu caráter inovador. Somam-se a essas dificuldades as já citadas anteriormente, relacionadas aos fracassos de processos anteriores que envolveram as cooperativas do modelo tradicional na história da região.

Atualmente a cooperativa vem atuando e desafiando as dificuldades a cada dia. Não faltam depoimentos de agricultores envolvidos nas cadeias da farinha de milho e vinho que revelam a importância dessa organização para os mercados de proximidade de Nova Veneza:

*Depois que entrou a Coofanove, a diferença é do dia para a noite; sem a cooperativa não tinha condições de ter CNPJ para a venda. Hoje só tendo a marca da cooperativa o povo já confia, eles sabem que tem pessoal especializado cuidando do produto. Eu sou sócio-fundador (Lucas, agricultor).*

E os depoimentos se repetem. O agricultor Vicente afirma que “[...] a viabilização das pequenas agroindústrias é a Coofanove.” Outro agricultor declara: “A Coofanove é o alicerce para o agricultor vender” (Ernesto). “A gente sempre viu que a saída para os agricultores é a organização através de cooperativas e associações, como existe na França, Itália [...] Eu sempre fui cooperativista, desde os 20 anos, agora tem uma cooperativa que pode funcionar” (Marcos, agricultor).

O senhor Carlos, também agricultor, afirma:

*A Coofanove é um nome forte, tem muita credibilidade, se eu pudesse eu colocaria Coofanove o nome do meu vinho, pois é um nome que impõe credibilidade e qualidade. Nós criamos isso e estamos mantendo. Na parte da legalização, a Coofanove foi um marco em Nova Veneza. Eu sempre digo: a tua salvação é individual, o teu negócio é individual, mas a tua vida tem que ser em comunidade, tu não vives sem o outro, mesmo nos negócios, tu nunca fazes uma coisa só pra ti mesmo. O que vai me preencher é a tua entrevista comigo, é chegar um cara e dizer: o teu vinho tá bom.*

Esses depoimentos tornam claro bem mais que a importância de organizações coletivas para os mercados em Nova Veneza; deixam transparecer a satisfação e a autoestima por estarem envolvidos e serem também responsáveis por processos tão consequentes.

Gestores públicos e técnicos também revelam opiniões positivas em relação à organização: “A Coofanove, primeiro foi uma forma de a gente se organizar, depois ela trouxe capacitação, pois a organização proporciona manter um padrão. Não é por ser pequena que não precisa de um padrão nos processos de gestão” (Cícero, gestor público). “A Coofanove, o seu funcionamento interno eu conheço pouco, mas eu sei que os produtos são bons e ela funciona” (Tiago, técnico). “A Coofanove deu um impulso ao turismo, ela foi muito boa também para o comércio dos agricultores” (Sueli, gestora pública). “A Coofanove abriu muitas portas; ela representa um novo tempo na agricultura de Nova Veneza” (Gilson, consumidor). Uma gestora pública vinculada à Secretaria de Educação afirma:

*A possibilidade de poder adquirir produtos dos nossos agricultores através da Coofanove garantidos pelo PAA e PNAE foi um diferencial na alimentação dos nossos escolares. Eu tenho orgulho de poder oferecer às nossas crianças o que tem de melhor em termos de alimentação escolar. Eles sabem que estão comendo o que os pais ou conhecidos estão plantando e que é produto daqui, da nossa terra (Teresa, gestora pública).*

Além de agricultores, técnicos e gestores públicos, agricultores que estão fora do processo de agroindustrialização e consumidores também emitem sua opinião. Uma consumidora diz: “A Coofanove foi uma coisa boa que inventaram, eu estou lá toda semana, gosto dos produtos dos agricultores, são saudáveis” (Délia, consumidora). Um agricultor não envolvido nas atividades de agroindustrialização se refere à Coofanove e ressalta muitos aspectos:

*Os agricultores estavam por décadas na clandestinidade. Hoje a própria sociedade não aceita mais isso. Eles vendem bem, os produtos são bons. Pelo que se vê e escuta, a gente sente uma grande satisfação dessas famílias, a gente percebe melhoria da qualidade de vida. Os agricultores estão muito satisfeitos. A Coofanove agrega grande parte desses pequenos agricultores e eles são bem vistos dentro do município (Márcio, agricultor fora do processo das agroindústrias).*

Nesse relato o agricultor que não está envolvido nos processos de agroindústria mostra sua opinião positiva em relação aos novos mercados dos agricultores familiares.

Quando indagados sobre as dificuldades, os agricultores afirmam: *“Dificuldade sempre existe, mas vamos superando”* (Lucas, agricultor). *“As pessoas esperavam um milagre coletivo do individual deles. Muitos acreditaram que o coletivo ia resolver tudo; não é assim, a legalidade exige leitura, mais participação”* (Carlos, agricultor). *“A dificuldade maior foi a parte da definição das embalagens, rótulos, código de barras [...] mas isso a gente foi aprendendo”* (Lucas, agricultor).

Resgatamos aqui a situação dos agricultores produtores de queijo quanto à Coofanove. No capítulo anterior revelamos que nenhum dos envolvidos com a fabricação do queijo optou pela legalização e conseqüentemente não se associaram à Cooperativa. Em suas falas revelam aspectos positivos em relação à Coofanove, porém deixam claro que para a situação deles essa possibilidade não faz diferença. É muito claro que a situação do queijo é anterior aos mercados. A questão do queijo exige uma análise que contemple também os aspectos da produção.

Apesar das dificuldades, os depoimentos são extremamente favoráveis ao definir a cooperativa como uma organização que facilitou e possibilitou a comercialização dos produtos industrializados de agricultores que pretendiam entrar legalmente no mercado considerando aspectos tributários.

É muito simples, mas carrega uma verdade incontestável: de forma individual, dificilmente os agricultores familiares serão capazes de mudar a situação de dependência e subordinação. Organizados em cooperativas, os agricultores familiares podem enfrentar desafios e disputar espaços nos mercados e junto aos consumidores.

## 5.2 O QUE AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS TÊM A VER COM AS EXIGÊNCIAS DOS NOVOS MERCADOS

Se os novos mercados estão abertos para produtos diferenciados relacionados às noções de *embeddedness*, local e qualidade, elementos significativos das cadeias alimentares curtas, essas questões serão mais consequentes se associadas às organizações coletivas. Se a agricultura familiar busca espaços para novos mercados, ao mesmo tempo em que os consumidores se tornaram mais exigentes quanto à qualidade, é natural que novos processos, controle, normas e organizações coletivas sejam pensados e postos em prática.

Se um passo decisivo foi dado com a constituição da Coofanove como significativa organização coletiva em Nova Veneza, que, de certa forma, se mostrou alinhada a essa nova configuração de mercados para a agricultura familiar, ela foi também a precursora de outras necessidades e possibilidades.

O contexto municipal e regional, que já apresentava movimentos em direção à gastronomia associada à cultura, passou a ser visto como uma oportunidade para consolidar a vocação e a nomeação oficial do município como a “Capital da Gastronomia Típica Italiana” por meio da valorização de seus produtos.

Um dos entrevistados revela o momento em que um dos agricultores se dá conta da importância de valorizar a cultura, a identidade e o território para o processo de fabricação do vinho típico de Nova Veneza:

*Fui me dando conta que os nonnos tinham essas características, essa cultura e nós estávamos perdendo tudo isso numa velocidade grande... Nova Veneza é uma terra de italianos, o nonno fazia vinho, e o vinho é típico dos italianos, aqui tem paisagens bonitas [...] eu disse: vou fazer vinho para vender... Sempre tive um sonho... E em 1999 estava lá o meu castelo, a minha cantina. A cantina que o nonno construiu ainda está lá, lá eu faço vinagre (Carlos, agricultor).*

De fato, experiências com cadeias alimentares curtas garantem a possibilidade de agregar valor relacionando o produto com o território, a história e a tradição. O relacionamento com o território pode, desse modo, também se referir à identidade local e à cultura. Ele pode estar relacionado com bens ou recursos tangíveis como solo e clima, ou não tangíveis, como o conhecimento e o saber de atores locais (MARESCOTI et al., 2010).

Ao trabalhar com processos de ‘Valorização de Produtos Típicos’, Belletti et al. (2010) escrevem que o conceito de valorização é complexo e pode ser

examinado de vários ângulos. Nesse sentido, mobiliza a noção de valor para tentar discernir e comprovar que, embora usualmente a valorização tenha relação com o incremento do preço do produto no mercado, valor tem relação com o reconhecimento da qualidade. Dessa forma, a criação de valor sobre o mercado através da troca é a fase final de encontro entre dois distintos processos, um culminando no ato da produção pela empresa e outro no ato da compra pelo consumidor, que é a expressão do sentimento social.

Então, essa dimensão que agrega valorização de produtos a partir de seu processo de produção e sua relação com os consumidores pode ser potencializada a partir do reconhecimento da qualidade de suas facetas.

Nossas pesquisas revelam que em Nova Veneza existe a percepção de que os alimentos da agricultura familiar podem ser diferenciados por suas características típicas e artesanais. Por outro lado, o reconhecimento da produção a partir de práticas sustentáveis, associada a organizações e processos coletivos de valorização de produtos típicos, ainda é frágil e pontual. Os debates associados à compreensão do que é produto típico e ao saber fazer tradicional, ainda não aconteceram no coletivo. Boa parte dos atores ainda entende que a qualificação e a legalização estão associadas unicamente aos padrões convencionais.

Certamente a legalização e a qualificação associadas aos processos artesanais não dispensam padrões convencionais, como a inocuidade biológica, nem exclui a observância de parâmetros físicos, químicos e toxicológicos. Contudo, é preciso considerar que outros processos, não apenas os convencionais podem ser agregados para assegurar qualidade aos alimentos. Aspectos imateriais da cultura, da etnia, do território, da forma de produzir e até da ética podem ser agregados a processos de valorização.

O debate sobre a qualidade e sua relação com as organizações coletivas ainda é pontual e restrito, a começar pelo entendimento sobre o que é o produto típico. Mesmo que o título de “Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana” reforce a característica de alimentos típicos, na maioria dos casos os atores não possuem clara distinção em relação a esses conceitos. Frequentemente existe referência a produto tradicional, colonial, artesanal, da agricultura familiar ou típico para designar um mesmo tipo de produto. Essa diversidade denota a necessidade de uma discussão mais aprofundada a respeito desses conceitos, que poderá servir de base para enriquecer o debate sobre a qualidade.

No produto alimentar típico, história, tradição e cultura local têm um papel central (BRUNORI et al., 2010). Acreditamos que a abertura dessa discussão tenha grandes chances de confirmar e consolidar, de forma mais ampla e massiva, a compreensão da questão da qualidade associada ao produto agroalimentar típico, tendo em vista que Nova Veneza possui elementos associados a essas características.

Se produto típico é o que apresenta certos atributos únicos de qualidade, expressa a especificidade de um contexto territorial particular e resultado de um processo de produção, fazendo uso dos recursos específicos do local para determinar suas características de qualidade e atributos, Nova Veneza certamente poderá desfrutar dessa noção em sua caminhada para os mercados diferenciados.

A história coletiva e os processos de acumulação de um saber fazer contextual, baseado na combinação de recursos territoriais específicos de natureza humana e física também são fatos relacionados à realidade de Nova Veneza. Uma estratégia capaz de envolver outros municípios com características semelhantes neste debate poderá gerar sinergias regionais consideráveis nesta área.

Gianluca Brunori, em sua obra *Guide to the Valorisation of Typical Agri-food Products* (2010), baseando-se em fatos da região de Toscana, realidade italiana, apresenta conceitos, métodos e ferramentas que garantem importantes pistas para a definição de estratégias, e a partir de organizações coletivas desenvolve a possibilidade de construção de processos de distinção, qualificação e valorização de produtos típicos.

Ainda nesse sentido, Ilbery et al. (2005) ressaltam três quesitos essenciais para construir a distinção: produto, processo e lugar, que podem ser agrupados em duas bases lógicas amplas e interligadas: uma racionalidade de desenvolvimento territorial, e outra racionalidade crítica. A primeira faz uma relação entre produtos e lugares e é motivada para desenvolver mercados para produtos com origens distintas e intenção de proteger *livelihoods*, construir identidade territorial e assegurar coesão comunitária. Nessa direção, podem-se citar dispositivos como as Indicações Geográficas<sup>29</sup> e até esquemas menos regulados

---

<sup>29</sup> O órgão que regulamenta e outorga o uso das indicações geográficas a partir da promulgação da Resolução nº 075, de 28 de novembro de 2000, é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para os fins desta Resolução, constitui indicação geográfica a indicação de procedência e a denominação de origem.  
1º Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade

que tentam estabelecer conexão entre a imagem do lugar e produtos usando logotipos e *slogans*. Na racionalidade crítica, selos são usados para chamar a atenção dos processos ambientais, sociais e distributivos associados a determinados produtos para distanciá-los das consequências negativas percebidas pela padronização dos produtos, propaganda de massa, degradação ambiental e preocupação com saúde e segurança. Como exemplo, cita as propriedades rurais orgânicas e selos *fair trade*, que simbolizam tais preocupações e são pensadas como alternativas a formas mais clássicas de produção e consumo. Os principais recursos envolvidos incluem efeitos ambientais e redistributivos positivos e legitimidade social e moral. Cabe salientar que ambas as racionalidades e as categorias que as sublinham não são mutuamente excludentes.

No Brasil são muitas as IGs concedidas pelo INPI. Na região sul de Santa Catarina, com relação direta com Nova Veneza, podemos citar a IG ‘Vales da Uva e do Vinho Goethe’, que envolve agricultores de quatro municípios do sul do Estado: Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul e Nova Veneza. Com base em uma preocupação de construção coletiva de um projeto de Indicação Geográfica, no ano de 2005 produtores de uva e vinho criaram a ProGoethe, cujo objetivo principal foi “promover a união dos produtores de uva e de vinho Goethe e a imagem de um produto conhecido nacional e internacionalmente” (PROGOETHE, 2009).

A partir de uma parceria com pesquisadores e técnicos do Sebrae, da Epagri e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os associados trabalharam na melhoria da qualidade físico-química e organoléptica do vinho e na revalorização de um produto fortemente enraizado no território (VELLOSO, 2008). Paralelamente, produtores e técnicos formalizaram um processo de construção social da qualidade, fundamentando-se no enraizamento territorial dos produtos, na possibilidade de desenvolvimento do turismo e na IG. Inicialmente o projeto foi contestado<sup>30</sup> porém, no primeiro trimestre de 2012 aconteceu o reconhecimento

---

de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. 2º Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

<sup>30</sup> A contestação foi em virtude das controvérsias que envolvem o caráter híbrido do cultivar Goethe, que, apesar de sua predominância genética vinífera (VELLOSO, 2008), é utilizado para a elaboração de “vinho de mesa”. Conforme a lei brasileira nº 7.678, de 1988, que diferencia esse produto do chamado “vinho fino”, denominação exclusiva para vinhos elaborados a partir de cultivares europeias (*Vitis vinifera*). Não faltaram críticas oriundas de órgãos governamentais e do

oficial da IG “Vales da Uva e do Vinho Goethe” pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esse processo, apesar de envolver atores e em especial agricultores procedentes de quatro municípios, tem como referência o município de Urussanga, que liderou esse movimento, sendo que apenas um vitivinicultor de Nova Veneza é associado. Destacamos essa situação para reforçar que, se não fosse pela organização coletiva dos vários atores, essa possibilidade certamente não teria existido.

Outro exemplo, que, embora não contemple agricultores de Nova Veneza, que revela ações a partir de organizações coletivas, é o processo que busca a IG do Queijo Artesanal Serrano, que envolve agricultores pertencentes aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Destaca-se que após o trabalho das organizações, houve a flexibilização dos órgãos certificadores e, assim, produtores de queijo do país viram regulamentada a possibilidade de maturação de queijos por período inferior a 60 dias e definiram requisitos para sua produção, garantindo a qualidade do produto e atendendo aos aspectos de sanidade e saúde pública a partir de processos tradicionais que não incluem a pasteurização<sup>31</sup>.

Esse é também um exemplo das possibilidades geradas por meio da organização coletiva nas quais, a partir da argumentação, foi possível compreender as interfaces e mover-se nas arenas de forma a conquistar a flexibilização das normas estabelecidas.

Há que se destacar que existem controvérsias em relação ao modo que o sistema de indicações geográficas vem sendo implantado no Brasil. Pesquisadores afirmam que com o foco no produto e na sua padronização, ele entra em choque com as práticas históricas e culturais envolvidas na produção de determinados

---

próprio setor vitivinícola em função de que o reconhecimento do vinho Goethe como Indicação de Procedência poderia desacreditar o sistema brasileiro de IGs e colocar em dúvida e risco o reconhecimento do vinho fino brasileiro nos mercados internacionais

<sup>31</sup> A produção de queijo artesanal está regulamentada pelo Ministério da Agricultura, com a publicação da Instrução Normativa nº 74, no Diário Oficial da União (DOU) de 16 de dezembro de 2011. A norma prevê a possibilidade de maturação de queijos por período inferior a 60 dias e define requisitos para sua produção, garantindo a qualidade do produto e atendendo aos aspectos de sanidade e saúde pública. A nova regra define que a produção de queijos artesanais com maturação inferior a 60 dias fica restrita a queijarias situadas em regiões certificadas ou tradicionalmente reconhecidas e em propriedade produtora de leite cru com *status* livre de tuberculose, brucelose e controle de mastite. Quando o período de maturação for inferior a 60 dias, ele será definido por pesquisas e estudos específicos, que devem ser realizados por comitês técnico-científicos designados pelo Ministério (BRASIL, 2012).

produtos, em que a própria diversidade dos processos de produção se torna uma característica do produto. Pesquisadores afirmam que a padronização do produto pode promover a inserção de apenas uma minoria de produtores no mercado formal e, ao mesmo tempo, excluir uma enorme massa de produtores por não se submeterem a um esquema de padronização.

Considerando aspectos regulatórios, outro dispositivo a ser destacado são as certificadoras de produtos orgânicos. A certificação está relacionada à garantia da origem (procedência) e qualidade orgânica dos produtos desde sua fonte de produção até o ponto final de venda ao consumidor.

A necessidade de fixar normas e procedimentos para dar garantia ao consumidor da procedência e do sistema de produção dos produtos orgânicos e biodinâmicos ofertados existe desde os anos 1970. Inicialmente as ONGs assumiram esse papel, porém nos últimos anos organizações de produtores e consultores aperfeiçoaram seus sistemas de controle e passaram, a princípio, a ser credenciadas e auditadas, elas mesmas, por uma Federação Internacional, denominada Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (INFOAM). Mais tarde, os governos, sobretudo a Comunidade Europeia, começaram a exigir a participação dos governos-sede dos produtos orgânicos certificados no processo de regulamentação e credenciamento de certificadoras. No Brasil a acreditação de certificadoras orgânicas, tanto nacionais como internacionais, é realizada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

O selo orgânico é uma marca cedida pela organização certificadora mediante contrato assinado entre as partes. No entanto, o selo é conquista do produtor e reflete o fato de que seu sistema produtivo guarda conformidades com as normas nacionais e internacionais sobre Produção Orgânica.

Há que se destacar também as certificadoras participativas, entre elas a Rede EcoVida. Essa rede se destaca por desenvolver métodos participativos e solidários de avaliação de conformidade. A metodologia participativa tem-se mostrado eficaz, principalmente porque envolve e compromete, em todo o processo, os agricultores e suas organizações, bem como outras organizações locais e regionais, populares e públicas, de forma participativa e solidária. Esse sistema é interessante, pois possibilita tornar viável a certificação orgânica tendo em vista que o alto custo de uma empresa certificadora. A certificação é acompanhada por entidades credenciadas e por técnicos, mas é feita de forma solidária entre os

agricultores que compõem o grupo. Os núcleos da EcoVida mais próximos a Nova Veneza são: Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (Acevan), em Praia Grande, e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego), de Santa Rosa de Lima.

Em Nova Veneza, é possível perceber uma inclinação a pensar em certificações e selos de qualidade e até em IGs, mas as bases precisam ser mais bem trabalhadas. Não queremos afirmar que existe negligência por parte dos atores, em especial dos técnicos e gestores, que é de quem se espera esse tipo de contribuição. Existe, sim, um atraso no contexto institucional que não investiu o suficiente para permitir que os atores, em especial os técnicos, de forma mais ampla, tenham tido o preparo suficiente para desencadear processos dessa natureza. Por outro lado, estratégias para a obtenção da certificação orgânica são mais conhecidas pelos atores, porém a tradição e a força da modernização ainda são muito fortes.

Mesmo considerando que esses dispositivos não sejam de longa data, podemos afirmar que até poucos anos atrás esse assunto apenas tangenciou os projetos desenvolvidos pelo Poder Público, e somente após o ano 2000 percebemos a emergência dessa questão.

Em Nova Veneza, possivelmente motivados pelas características do município, que lhe permite o título de 'Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana', ou até pelo impacto regional da 'IG Vales da Uva e do Vinho Goethe', que tem como expoente o município de Urussanga, é possível encontrar atores que revelam o desejo pelo estabelecimento de selos e a valorização da cultura e das tradições italianas que contemplam mais fortemente o município.

Um dos agricultores afirma:

*Eu penso em selos, selos para nossos produtos. A cultura tem que ser preservada, mas cultura tem coisas que não garantem a sanidade, tem que respeitar, mas conciliar o que é cultura e o processo de qualidade [...]. Observar normas específicas de produção tentando respeitar a genética, a tradição da família do agricultor, produção artesanal, adequando com normas que garantam a qualidade (Márcio, agricultor fora do processo das agroindústrias).*

Nesse depoimento o agricultor demonstra possuir mais que noções acerca da diferenciação de produtos e a sua acreditação através de organismos afins, e revela compreender que normatizações podem impor limites ao reconhecimento de processos culturais e artesanais.

O relato do agricultor de Nova Veneza associado ao grupo que conquistou a IG 'Vales da Uva e Vinho Goethe' reconhece ganhos com esse novo tipo de convenção:

*Eu sou associado à ProGoethe, e por causa dessa organização o empreendimento de produção de vinho voltou à tona na região. Hoje temos vinho de qualidade, temos enólogo, controle de parreiral, pessoas plantando uva e começou-se a falar que novamente tem produção de vinho aqui. Isso poderia acontecer com algum produto de Nova Veneza (Carlos, agricultor).*

Nesse depoimento é possível confirmar a importância de organizações coletivas na construção de processos diferenciados, uma vez que em grupo as possibilidades se estabelecem com mais facilidade, gerando mecanismos que fortalecem as atividades. Conforme esse entendimento, a IG constitui basicamente uma oportunidade ímpar de organizar o setor produtivo, aprofundar o conhecimento sobre a região, estabelecer critérios técnicos de produção, promover melhoria da qualidade de produtos através de uma modernização dos sistemas de produção e facilitar a comercialização.

O mesmo agricultor também revela sua percepção de que elementos como a cultura e a arte são importantes recursos imateriais nos processos de tradição e mercado:

*Quando eu comecei a botar vinho nas festas, quase não vendia. Não tinha mais música italiana, só tinha os jovens com aquelas caixas de som nos carros a todo volume, cada um com sua música diferente. Ninguém mais cantava [...]. Pensei: tem que criar o clima [...]. Peguei o violão e comecei a tocar e a cantar músicas italianas nas festas. As pessoas foram chegando pra cantar junto, para lembrar os tempos dos pais e avós [...], depois formamos um grupo e cantávamos na cantina. Hoje já gravamos CD de música italiana. O vinho está ligado à música e à tradição [...]. (Carlos, agricultor).*

O depoimento denota que os agricultores não são indiferentes aos aspectos imateriais nos processos de desenvolvimento. Esse aspecto caracteriza a reconexão com relações e práticas perdidas ou prejudicadas, o que, segundo Kneafsey *et al.* (2008), se encontra com o sentido da nostalgia em relação a um tempo entendido como 'melhor', no qual os consumidores sabiam de onde vinham os alimentos, agricultores tinham vida decente e a saúde humana não estava ameaçada.

A Secretaria de Cultura e Turismo do município de Nova Veneza tem buscado associar a questão cultural a todas as iniciativas da agricultura familiar bem como às programações e projetos desenvolvidos pelo município. Aspectos da

cultura como música, dança, arquitetura, idioma, gastronomia, religiosidade, artesanato, processos de fabricação de produtos típicos, paisagens e práticas de cultivo têm sido explorados no sentido de serem potencializados nos novos programas e projetos de desenvolvimento.

Um dos processos que a nosso ver merece um estudo mais apurado é a cadeia do queijo. O queijo de Nova Veneza é reconhecido pela região como um “queijo bom”, a cadeia produtiva acontece inteiramente no município, porém a individualidade e a pequena escala de produção não garantem a viabilidade da atividade, que corre o risco de desaparecer. Se considerarmos que são 34 produtores de queijo, é possível imaginar como essa coletividade agregada pode construir processos diferenciados de organização, vinculando-o a características locais, tradição, história e saber fazer dos agricultores a exemplo do que já acontece em outras regiões e outros países. Certamente são dinâmicas de organização coletiva ainda impensadas por esses agricultores, como também por alguns técnicos, mas que com muito pouco podem despertar um novo ânimo no sentido de encontrar novamente o ‘gosto’ e a viabilidade pela produção desse artigo tão típico no município. Como já afirmamos anteriormente, a cadeia do queijo merece um estudo que contemple a questão produtiva em toda a sua amplitude, pois certamente as dificuldades não residem apenas na comercialização, mas especialmente nos aspectos produtivos.

Esse é apenas um exemplo, mas existem outros sistemas e produtos que podem ser analisados para a construção desse processo. Certamente esses não são processos espontâneos; eles nascem do propósito e da determinação de um grupo interessado em decidir os rumos da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural.

Além disso, é preciso destacar que organizações de produção orgânica se constituem como um dos pilares para a diferenciação. Em Nova Veneza existem apenas iniciativas individuais de produção agroecológica, sendo ainda frágil o interesse e a mobilização por organizações dessa natureza. As organizações de produção orgânica que se estabelecem como referências regionais no sul de Santa Catarina são a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba (Acevan), em Praia Grande, e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral de Santa Rosa de Lima (Agreco), que envolve municípios situados às cabeceiras dos rios Braço do Norte e Capivari e cuja sede fica no município de

Santa Rosa de Lima. Na grande maioria dos demais municípios as iniciativas de produção orgânica e agroecológica começam a aparecer, porém ainda não possuem expressão de coletividade.

As organizações coletivas são fundamentais, pois é no coletivo que acontecem as interpretações e as representações (sentido e sentimento de pertencimento) dos agricultores com relação a sua atividade profissional e ao mercado.

Pensar em organizações coletivas exige pensar, ou repensar, e construir uma nova noção de qualidade alimentar; exige reconhecer a importância da localização de sistemas agroalimentares.

### 5.3 O PAPEL DOS CONSUMIDORES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CADEIAS ALIMENTARES CURTAS

No decorrer deste trabalho, muitas vezes nos reportamos ao papel dos consumidores na construção das cadeias alimentares curtas. Esse grupo de atores teve papel decisivo nas experiências europeia e americana das cadeias alimentares curtas e deverá ser determinante também no Brasil, neste caso, em Nova Veneza.

Afirmamos em diversos momentos que a sociedade atual é mais reflexiva e por isso os consumidores se tornam mais exigentes em relação à qualidade dos alimentos, por isso a necessidade de não negligenciar esses atores. Apesar de nosso estudo não verticalizar as pesquisas em relação aos consumidores, neste item queremos tornar claro, primeiro, quem são as pessoas que se identificam com os produtos da agricultura familiar de Nova Veneza e os adquirem para o consumo, e, segundo, qual sua motivação ao adquirir esses produtos.

Em relação à primeira questão destacamos que nas cadeias face a face, relacionadas ao queijo, os consumidores são especialmente parentes, amigos e pessoas do município ou procedentes de municípios da região. No caso da farinha de milho e do vinho, os consumidores, entre os já citados nas outras cadeias, incluem também turistas de outras regiões que, em passeio a Nova Veneza, se deslocam aos moinhos de farinha para aquisição do produto e, com maior intensidade, às cantinas para conhecer os processos de fabricação, degustação e compra.

Nos depoimentos de consumidores em cadeias face a face os depoimentos revelam a confiança como o principal ingrediente do consumo. Um dos consumidores que costuma comprar queijo direto na propriedade afirma: *“Eu gosto de comprar queijo da família XX; eu sei que ela [a agricultora] é caprichosa e as vacas são cuidadas [...] Lá elas não fazem queijo de leite de vaca nova [referindo-se ao leite de vacas que pariram recentemente]”* (Tânia, consumidora). Nesse depoimento se destaca a qualidade associada à confiança entre produtores e consumidores.

Nas cadeias face a face também é possível reconhecer o interesse do consumidor pelos processos de fabricação e contato com o mundo rural. *“Eu gosto de comprar vinho na cantina; lá eu vejo as roças, o parreiral, os garrafões, o jeito de fazer, a limpeza, mas principalmente porque fica no ar aquele cheiro de vinho...”* (Renato, consumidor).

Ao nos referirmos às cadeias de proximidade espacial, e neste caso focamos na loja da Coofanove, destacamos que os consumidores são os mais diversos. Além de consumidores do próprio município, o crescente número de turistas que visitam Nova Veneza nos finais de semana traz consumidores de diversas regiões do Estado, e as festividades envolvem consumidores de todo o País. Conforme as vendedoras da loja, inicialmente os consumidores eram pessoas mais abastadas economicamente. Atualmente todas as classes sociais frequentam o estabelecimento e consomem os produtos.

*Tem aqueles que vêm comprar para o dia a dia da família, outros procuram a loja para comprar um presente diferente para alguém especial. Nesse caso nós adaptamos e fazemos cestas menores de produtos e com isso o custo baixa e assim todos podem comprar (Márcia, vendedora na loja Coofanove).*

Ao abordar os consumidores procurando conhecer suas motivações para o consumo de produtos dos agricultores familiares, encontramos razões muito claras e objetivas. Embora nossa pesquisa não contemple um número ampliado de consumidores, percebemos que a motivação para o consumo abarca uma amplitude de razões, porém aspectos de qualidade, sustentabilidade, confiança e sentimentos estão presentes na maioria dos depoimentos.

*Quando eu compro na Coofanove, ou direto do agricultor, eu confio mais, porque eles são daqui e eu conheço a casa deles, sei que é tudo limpo, e acredito que eles cuidam no uso dos venenos. Quando eu vou no (sic) supermercado eu demoro bastante, eu não compro nada sem ler os rótulos,*

*quero saber o prazo de validade e o que tem de química naquele alimento. A gente vê tantos nomes, como os produtos da marca XX e a gente não sabe se é bom (Délia, consumidora).*

*A gente deveria se preocupar mais com os agrotóxicos, mas a gente compra direto dos agricultores e isso dá uma segurança grande. A gente conhece a família que produz e sabe se são cuidadosos, tanto com a higiene e como com a qualidade da matéria-prima. [Produtos] dos agricultores a gente sabe que têm menos produtos químicos e agrotóxicos, são mais naturais (Gilson, consumidor).*

Queremos chamar atenção para dois aspectos nesses depoimentos. O primeiro está relacionado à preocupação com a qualidade e a sua relação com a questão toxicológica; e no caso do primeiro depoimento, que deixa transparecer que o entrevistado percebe as duas vertentes caracterizando a diferenciação entre cadeias alimentares curtas e longas. Esses depoimentos também nos permitem problematizar a questão que alerta para a armadilha da simples visualização de relações espaciais. O fato de a qualidade estar intrinsecamente associada à produção local pode ser problemático. Certamente agricultores que atuam em pequena escala possuem, em tese, condições de gerir melhor processos sustentáveis de produção, porém agricultores familiares nem sempre são inerentemente melhores administradores do ambiente (HINRICHS, 2003). O que a autora quer ressaltar é a necessidade de maior cuidado ao associar a qualidade ao local, pois nem sempre a instância local pode garantir qualidade só pela sua condição espacial.

Ao entrevistarmos turistas, as observações estavam associadas à sustentabilidade ambiental, a sentimentos e recordações:

*Nós viajamos sempre e em todos os lugares nós procuramos produtos orgânicos, tradicionais e que podem nos dizer um pouco da vida daquele povo, que também lembra a nossa vida. Nós sabemos que os agricultores, quando tem consciência, podem produzir alimentos limpos sem contaminar [...]. Nossos pais foram agricultores e sabemos quanto é importante essa atividade, por isso nós valorizamos esses alimentos (Cândida e Cesar, casal de consumidores).*

Nesse depoimento está um pouco do que Brunori (2010) destaca sobre cadeias alimentares curtas e os alimentos típicos que se traduzem pela importância da história e cultura locais.

Destacamos também que o consumo se estabelece a partir dos mecanismos como o PNAE e PAA. Em relação ao PNAE é possível encontrar relatos significativos quanto à mudança na qualidade alimentar após a implantação do Programa.

*Agora as verduras e frutas chegam fresquinhas, os doces, os biscoitos, a farinha, tudo é muito melhor [...]. As crianças agora comem o que tem de melhor [...], sem contar que muitas vezes eles estão comendo o que os pais, ou tios ou vizinhos plantaram (Madalena, merendeira).*

Nesse relato destacamos a importância dada ao sentido do “enraizamento local” do alimento, que se traduz muito mais do que ‘comer bem’; implica ter elementos para trabalhar e reverter o olhar preconceituoso de grande parte das crianças em relação às atividades rurais em nossa região.

No segundo ponto de reflexão queremos destacar a questão que trata de organizações coletivas na construção de cadeias alimentares curtas e diz respeito às organizações que envolvem decisões coletivas quanto ao consumo em Nova Veneza. O mecanismo de maior significação em termos de coletividade em Nova Veneza refere-se ao exercício do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, formado por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes do Poder Executivo. No espaço do CAE se pode aumentar a capacidade de influenciar na gestão política da alimentação escolar e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento rural. Em Nova Veneza, apesar do envolvimento dos participantes do CAE, acreditamos na possibilidade e na necessidade de esse grupo avançar mais, especialmente no sentido da ampliação da criticidade e da convicção acerca dos objetivos das cadeias alimentares curtas.

Ainda aos nos referimos às organizações coletivas, não se tem conhecimento que o município possua grupos organizados de consumo responsável nem de controle social das políticas de alimentação escolar ou das compras por meio do PAA. Também não existem feiras agroecológicas ou de economia solidária.

Em Nova Veneza, além dos consumidores residentes no município, os turistas talvez sejam os que ocupam posição mais elevada na grade de consumo dos produtos da agricultura familiar. Ainda não existe pesquisa que revele esses dados, porém especialmente nos finais de semana, turistas buscam o município para o contato com as paisagens coloniais preservadas, a gastronomia típica italiana, as festas religiosas e gastronômicas, os eventos culturais, entre outros.

Aqui, um depoimento da gestora pública referindo-se aos consumidores de final de semana: “*No final de semana os turistas limpam a loja da Coofanove [...],*

*têm excursões e durante elas compram os produtos na loja e ainda passam nas propriedades a caminho dos restaurantes” (Tereza, gestora pública). A vendedora da loja afirma que “Os turistas buscam produtos de qualidade e que revelam alguma coisa da cultura de Nova Veneza, por exemplo, vinho, biscoitos, massas” (Vera, vendedora). Pelo exposto é fácil perceber quanto os consumidores se tornam elemento fundamental na continuidade das ações relativas às cadeias alimentares curtas.*

No próximo capítulo discorreremos sobre a reconexão entre espaços e atores por meio de três questões:

- a) a ação das cadeias alimentares curtas na diversificação na economia local;
- b) a forma como está acontecendo a conexão entre produção e consumo; e, por fim;
- c) a relação das cadeias alimentares curtas e o desenvolvimento rural.

**Figura 6 - Imagens da loja da Coofanove e de produtos da indústria caseira artesanal de Nova Veneza**



Fonte: Arquivos da autora (2012).

## 6 RECONECTANDO ESPAÇOS E ATORES

A questão central de nossa pesquisa foi analisar o processo de construção de cadeias alimentares curtas no município de Nova Veneza buscando identificar fatores históricos e conjunturais que contribuem para seu desenvolvimento e de que forma consumidores, organizações coletivas e instituições como a Epagri e a administração municipal interagem com esse processo social. Acreditamos que nos capítulos anteriores tenhamos nos aproximado de responder às primeiras questões que se referem a como as cadeias alimentares se constituíram, quais as dificuldades, como as instituições e organizações por meio de seus técnicos e gestores interagiram com esse processo. Buscamos também destacar como as organizações coletivas têm contribuído, quais as possibilidades para avanços nesse sentido em Nova Veneza e como os consumidores tem se envolvido com os mercados de proximidade. Neste capítulo analisaremos as consequências dessas novas dinâmicas que envolvem produtores e consumidores gestores públicos e técnicos em conexão com os mercados de proximidade.

### 6.1 O PAPEL DAS CADEIAS CURTAS NA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

Até o final dos anos 1990, Nova Veneza teve a imagem vinculada a uma economia com base na agricultura, especialmente por seus altos índices de produção de arroz irrigado. Também era reconhecida como a terra da *Madonna de Caravaggio*, pela sua indústria metalúrgica e de confecções e de forma discreta pelo bom vinho, boa comida e certa vocação para algumas artes ligadas à cultura italiana.

Ainda hoje, boa parte dos agricultores está atrelada a cadeias longas, nas quais participam como ‘anônimos’ fornecedores de matéria-prima para os complexos agroindustriais que, após a industrialização, oferecem os produtos aos consumidores num sistema ancorado na competição por preço. Era muito comum, embora ainda o seja, encontrar famílias que lutam desmedidamente para segurar-se no grupo que atua em consonância com esse modelo.

Por outro lado a partir das crises, e da reação do pequeno grupo de agricultores que investiram nos processos de agregação de valor através das agroindústrias rurais, que permitiu maior autonomia e controle de riquezas geradas nas comunidades rurais, Nova Veneza mostra sinais de diversificação sua economia.

Uma das consequências desse processo que se consolida com as cadeias alimentares curtas é que elas acentuaram a dinamização tanto da economia urbana como da rural, favorecendo a acumulação de capital no município por meio da sinergia de ações em relação à produção e comercialização de alimentos com qualidade diferenciada bem como a gastronomia e turismo étnico e cultural.

O contexto associado a essas iniciativas dos agricultores permitiu reconsiderar o olhar sobre a economia local, que deu origem a uma nova dinâmica social e econômica que vem se redesenhando a partir da consolidação da ideia de Nova Veneza como a 'Capital da Gastronomia Típica Italiana', que oferece turismo voltado ao espaço rural, com a possibilidade de comercialização de produtos típicos diferenciados produzidos pelos agricultores familiares.

Atualmente existe um movimento que envolve gestores públicos, técnicos, agricultores, consumidores, empreendedores privados, enfim, de grande parte dos moradores de Nova Veneza no sentido de dar corpo a essa característica e à imagem do município.

A última década fez acontecer um forte movimento voltado ao turismo e, com ele, o setor público passou a investir em projetos que envolvem o turismo gastronômico e religioso, incremento à cultura através da construção e embelezamento paisagístico de espaços públicos, preocupação com a melhoria e o apoio à preservação arquitetônica dos prédios em estilo europeu, apoio a grupos culturais de dança e músicas típicas, o desenvolvimento de cursos de língua italiana, o apoio ao desenvolvimento de cursos de turismo e de profissionalização de agricultores envolvidos com as agroindústrias. As festas tradicionais das comunidades passaram a dar mais atenção aos aspectos gastronômicos e artísticos. Anualmente passou a ser realizada a festa da gastronomia típica italiana, com novos atrativos a cada ano. A última grande inovação foi o *Carnevalle di Venezia*, que, com seus bailes e desfiles de máscaras, tem atraído turistas de todo o País.

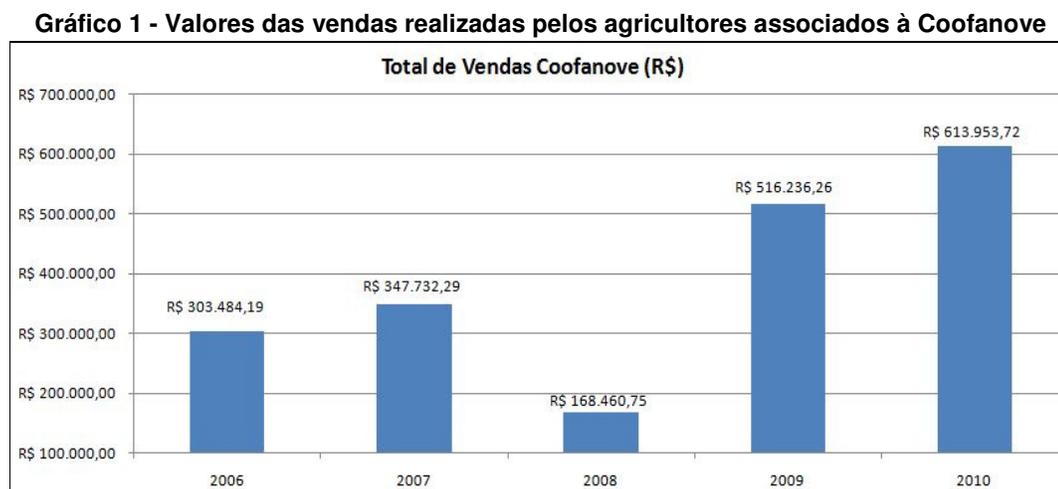
Além disso, o setor privado decidiu investir em hotéis, pousadas e restaurantes. O comércio passou a se preocupar com a fachada das lojas e

incrementou a comercialização de produtos associados à cultura e à gastronomia típicas.

A construção da barragem do Rio São Bento no município vizinho de Siderópolis, na divisa com Nova Veneza, tornou-se um ponto turístico que exigiu o estabelecendo rotas rurais com passagem nas comunidades rurais por vias que garantem acesso às agroindústrias.

A Coofanove vem se consolidando como uma marca forte que agrega agricultores familiares que têm produzido com responsabilidade produtos diferenciados. A região tem reconhecido e referenciado Nova Veneza como um município que desenvolve uma economia diferenciada, voltada a fatores culturais, étnicos e típicos da cultura italiana, que valoriza aspectos imateriais na construção desse novo processo de desenvolvimento.

Certamente o impacto maior não pode ser medido pelo viés econômico, porém o gráfico 1 revela o crescimento das vendas pelos agricultores associados à Coofanove.



Fonte: AMREC (2012).

É importante destacar que a comercialização através da Coofanove vem aumentando progressivamente, demonstrando a importância desse segmento para Nova Veneza. Os anos de 2006 e 2007 compreendem um período em que a Cooperativa intermediava a aquisição de alimentos pelo programa do PAA também para municípios vizinhos, pois estes ainda não possuíam suas cooperativas organizadas. No ano de 2008, cooperativas foram formadas nos demais municípios,

o que provocou a queda no volume de negócios da Coofanove. Os anos de 2009 e 2010 revelam aumento natural das vendas dos agricultores através da loja da Coofanove, que investiu em marketing e em pontos de venda em municípios vizinhos.

Certamente a possibilidade de contabilizar informações de todas as 83 famílias envolvidas nos processos da agroindústria artesanal geraria informações mais significativas e reveladoras, porém acreditamos que os dados oferecidos pela Coofanove já nos dão uma visão a respeito do volume comercializado.

Nesse sentido, destacamos a diversidade de produtos produzidos pelos agricultores que em poucos anos passaram de anônimos produtores a um grupo organizado que oferece mais de 400 tipos de alimentos cadastrados pela cooperativa. Se considerarmos os produtos não alimentares (malhas e flores), o total de produtos cadastrados é 474. Esse número expressivo de produtos comercializados também caracteriza a diversificação na economia local que vem reconfigurando o espaço rural do município. Além disso, as agroindústrias associadas à Coofanove geram mais de 100 postos de trabalho direto, envolvendo familiares e funcionários.

Em se tratando da economia local, o município conta com cadeias longas evoluindo lado a lado com cadeias curtas. Essas cadeias parecem ocupar espaços comuns e certamente os embates virão pelo viés da “relocalização” e “deslocalização”, especialmente pelas questões associadas à qualidade. Nesse sentido, os agricultores têm muito espaço a conquistar e a crescer dentro desse novo traço da economia do município, porém, é necessário que estejam atentos a sua capacidade produtiva e de organização. Os consumidores precisam ser considerados em suas exigências por alimentos saudáveis, orgânicos ou agroecológicos, produzido de forma mais artesanal. É fundamental que o ‘produto típico’ conserve suas características sem desprezar quesitos que garantam sua qualidade em todos os parâmetros, bem como é imprescindível avançar no debate sobre os dispositivos que permitem ao consumidor associar a procedência do alimento a identidades e valores culturais. Nesse sentido Ferrari (2011, p. 312) reflete:

Qual o melhor caminho para que não se perca o significado e o valor de um típico queijo colonial? Qual a melhor forma de se ‘patrimonializar’ esse alimento? As IGs seriam instrumentos suficientes para assegurar esses valores no espaço e no tempo?

Essas questões precisam ser discutidas de forma ampla e responsável por todos os atores.

As três cadeias estudadas poderão ter espaços garantidos no estabelecimento desses novos processos, tendo em vista que vinho, queijo, farinha de milho e polenta são alimentos que estão fortemente associados à gastronomia típica italiana, porém os agricultores não podem descuidar dos aspectos já mencionados. Nesse sentido, todos esses fatores podem continuar sendo importantes na diversificação da economia do município assegurando aos agricultores apropriação de espaços nesse processo.

## 6.2 AS CADEIAS CURTAS E A RECONEXÃO DOS AGRICULTORES E CONSUMIDORES

Ao longo deste estudo apontamos que sistema produtivo agroalimentar dominante é baseado na agricultura intensiva, com elevada utilização de produtos químicos e intensa mecanização. Nesse sentido, o consumo de massa, a verticalização das cadeias agroalimentares, o modelo produtivista têm sido alvos de contestações devido a sua capacidade de desconexão entre os produtores de alimentos e consumidores. Atualmente, as grandes corporações estão empenhadas em conquistar e controlar cada vez mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global, embora se deva destacar que 85% da produção mundial de alimentos são canalizados através de circuitos curtos e descentralizados (PLOEG, 2008).

Trazemos essa questão, pois acreditamos que a noção de desconexão que acontece a partir da descontextualização dos ecossistemas locais às sociedades regionais pode permitir melhor compreensão da conexão que se caracteriza pela possibilidade de interação entre consumidores e produtores de alimentos. Segundo Renting *et al.* (2003), a característica fundamental das cadeias curtas de abastecimento é a sua capacidade de ressocializar ou “reespacializar” o alimento, permitindo, assim, que o consumidor possa fazer juízo de valor sobre a conveniência do alimento com base em seu próprio conhecimento, experiência ou imaginário percebido.

Os estudos em Nova Veneza nos permitiram constatar que a conexão entre produção e consumo acontece a partir do grupo de famílias, que busca viver

da agricultura e de atividades de agregação de valor, procurando desenvolver uma agricultura com práticas voltadas a sustentabilidade.

É a partir das dinâmicas que envolvem esse grupo que é possível perceber movimentos que refletem a busca de uma reconexão entre produtores e consumidores, que pode ser por meio dos mercados face a face, de proximidade espacial neste caso via Coofanove, estimulados pelas políticas de alimentação PNAE e PAA, ou por intermédio da gastronomia típica.

A venda face a face que acontece diretamente entre consumidores e produtores nas propriedades rurais, rotas turísticas ou vendas diretas em domicílios na cidade (a última acontece de forma discreta pelo caráter ilegal) caracterizada em especial pela comercialização do queijo e do vinho é a própria interação dos atores, que serve de matriz para o enraizamento social, cultural, local, político. O que prevalece nessa relação é o respeito, a confiança, o conhecimento, a amizade, o parentesco e a fidelidade. Além do queijo e do vinho existem produtos comercializados na propriedade que não são o foco desta pesquisa.

Nas cadeias curtas face a face, a conexão é fortemente explícita, pois o contato entre produtor e consumidor é direto, permitindo a ambos desenvolver bem mais que uma relação mercantil. O depoimento da consumidora revela detalhes:

*Eu gosto mesmo e de sair de casa e vir para Nova Veneza para comprar dos colonos que já fazem parte da minha vida. Eu já sou freguesa de muitos anos. Sinto saudade quando demoro muito pra voltar. Aqui eu não compro só o queijo que (sic) nos gostamos lá em casa, o biscoito novinho, os ovos das galinhas caipiras, mas a vinda pra cá me faz bem [...] eu passeio, eu vejo as vacas, eu vejo a serra, o rio, os poteiros (Renata, consumidora).*

Esse depoimento é revelador pelo fato de deixar explícita não apenas a conexão com os produtores, mas também a importância dos bens imateriais nesse tipo de mercado. Uma das possibilidades que esse tipo de mercado oferece é a revalorização do rural não só por sua capacidade de produzir alimentos, mas também pela dimensão simbólica, como expressão de liberdade, beleza e pertencimento.

Em relação às cadeias de proximidade espacial trazemos como grande exemplo de reconexão os mercados via Coofanove. A Coofanove congregou um grupo de agricultores que oferece regularmente uma diversidade de produtos que os consumidores reconhecem ser de qualidade. A loja bem montada é frequentada por

compradores do próprio município e nos finais de semana recebe grande número de consumidores da região.

A vendedora da loja nos diz que as pessoas procuram os produtos “porque acreditam que aqueles produtos não possuem química, não possuem conservantes. Tem cliente que sabe que tal dia, a tal hora, o bolo chega ainda quentinho da casa de tal agricultora, então procura vir nesse dia e horário” (Vera, vendedora da Coofanove).

Nesse depoimento um aspecto importante da conexão se revela: primeiro, pelo compromisso da vendedora, que reconhece pontos importantes do propósito das cadeias alimentares curtas. Segundo, porque deixa transparecer a busca pelo produto de qualidade diferenciada bem como a singularidade e a autenticidade.

Entrevistando um dos consumidores na própria loja ele revela:

*Pelo menos uma vez por mês passo na loja. Eu sei que ali vou encontrar a farinha boa para a polenta, biscoitos, vinho, macarrão e salame. Eu sinto falta é de queijo. Mas comprar aqui é bom porque eu conheço a maioria dos agricultores que produzem, e os (sic) que eu não conheço eu acabo confiando do mesmo jeito. E depois, acho que não tem exploração e o dinheiro fica circulando aqui na região, e ajuda os agricultores (Ângelo, consumidor).*

Esse consumidor traz aspectos interessantes referentes à confiança, ao enraizamento e ao sentido de localidade associados à qualidade, elementos que caracterizam as cadeias alimentares curtas tornando claro o sentido da conexão.

Outro mecanismo que caracteriza fortemente a conexão entre produção e consumo são os mercados institucionais que se consolidam por intermédio das aquisições públicas de alimentos via PAA e PNAE. Se por um lado integram a possibilidade de agir em aspectos relacionados à saúde por meio da alimentação e nutrição, por outro garantem mercado para agricultores familiares fortalecendo as noções de localidade, enraizamento e confiança.

O depoimento da gestora pública (Teresa) revela que, “[...] além da qualidade dos produtos, existe a possibilidade deste trabalho oportunizar a muitos alunos, filhos de agricultores ou residentes em comunidades rurais a valorização dos alimentos produzido por seus pais, parentes e vizinhos”. E ressalta:

*O reconhecimento da importância do trabalho do agricultor, que produz alimentos de qualidade, pode contribuir com a desmistificação do preconceito em relação à profissão, e muitos poderão até voltar para a agricultura depois de terem estudado.*

A gestora, apesar de não estar familiarizada com a expressão 'cadeias alimentares curtas', mostra a sensibilidade para o princípio dessa noção, revelando o vínculo entre qualidade, alimento, agricultura e sucessão familiar na propriedade.

Boa parte dos consumidores mostra estar mais atenta às dimensões econômicas e sociais e uma minoria de consumidores trouxe à tona a preocupação com formas de produção sustentáveis da matéria-prima. Entendemos que esses aspectos precisam ser observados cuidadosamente por todos os atores. A falta de exigência do consumidor nesse momento pode acomodar agricultores e, sem dúvida, a diferenciação exige que todas as etapas de produção estejam assentadas nos princípios da tradição, não apenas a apresentação do produto final. Esse é um dos aspectos que caracterizam o que Hinrichs (2003) denomina de 'armadilhas do local'.

Nosso olhar se volta agora a Nova Veneza e a seus processos de reconexão por intermédio da frágil, mas crescente, disposição em criar 'distinção' a seus produtos agroalimentares.

Em relação às cadeias pesquisadas, destacamos que na cadeia do queijo esse produto possui uma distinção que é ao mesmo tempo forte e frágil. O queijo é informalmente reconhecido pelo nome da produtora ou sobrenome da família. Como nenhum produtor de queijo é associado à Coofanove, o produto é comercializado na maioria das vezes na propriedade, e sem muita perspectiva de expansão. A fragilidade da atividade poderia assumir o caráter oposto a partir de uma marca ou distinção assumida coletivamente, ou até individualmente, mas com a possibilidade de legalização, o que permitiria comercializar além da porteira e por meio de processos comunicativos mais amplos; a conexão se ampliaria e os mercados poderiam ser mais expressivos. O que queremos dizer aqui é que existe uma relação entre distinção e conexão, e esta com a possibilidade de expansão e continuidade da atividade. O "queijo da Veneza" é sutilmente reconhecido por seu alto teor de gordura, o que caracteriza *fortaias* com boa textura e sabor, bem ao estilo da tradição típica italiana. Essas qualidades e distinções, porém, ainda não foram objeto de discussão coletiva.

No caso do queijo, é possível que nem possamos falar em reconexão, pois a conexão nem nos parece que foi perdida, tendo em vista o depoimento dos produtores: "*Temos fregueses de vinte anos, eu vendia para os pais, agora os filhos foram casando e não deixaram de comprar queijo aqui*" (Laura, agricultora). Nesses,

é possível sentir a conexão especialmente pela tradição, autenticidade e confiança embutidas nos laços sociais.

A situação do vinho se distingue, pois apenas um produtor é legalizado associado à Coofanove e até mesmo integrante do grupo que conquistou o IG 'Vales da Uva e Vinho Goethe'. Este tem marca própria e usa o selo da Coofanove. A comercialização é realizada na própria cantina, na loja da Coofanove e em mercados e lojas da região. Nesse caso, a cantina preparada para receber os turistas e consumidores faz parte de um roteiro de turismo. Esse produtor se vale da marca e um deles afirma: “[...] *se pudesse, eu usaria o nome da Coofanove no meu vinho, pois Coofanove é um nome forte e uma marca que passa credibilidade*”.

Os demais vitivinicultores quase sempre usam apenas uma etiqueta identificando o tipo do vinho. Quando possuem marca individual, usam-na informalmente, quase sempre levando o nome da família. O fato, porém, de não usarem marcas ou rótulos, em muitos casos, não faz a menor diferença para o consumidor, que já reconhece a distinção do produto e possui confiança construída através das relações sociais. A consumidora afirma: “*Eu compro vinho do Senhor X, pois desde criança eu ia lá com o pai, gosto do vinho e gosto de lembrar esses momentos*” (Tânia, consumidora).

No caso do vinho, os produtores legalizados ou não, têm no processo artesanal a reafirmação da tradição e honra do trabalho dos antepassados que foram os repassadores de tais saberes. Os produtores de vinho têm tradição em receber o consumidor na propriedade, que são acolhidos na cantina onde o sabor do vinho é degustado sugerindo qualidade, distinção e modo de vida caracterizando a conexão ou reconexão.

Os produtores de farinha de milho caracterizam um grupo que, na sua maioria, optou pela legalidade e construção de marca individual. O processo e o marketing informal denotam a qualidade por meio de processos de moagem na pedra associado ao tradicional 'saber fazer'. Um dos agricultores que produz farinha diz: “*O pessoal só quer saber da farinha da Veneza [...] Tem semana que eu não dou conta de repor nas prateleiras da Coofanove. Se eu tivesse mais tempo e estrutura, eu poderia crescer muito, mas não sei se é isso que importa*” (Lucas, agricultor). Outro agricultor se refere à preocupação com a diferenciação da farinha quando optou por produzir farinha desgerminada, e destaca que “[...] *depois que as pessoas experimentam a farinha de milho desgerminada, dificilmente deixam de*

*consumir, pois a polenta fica com gosto de pamonha, gosto bom de milho*” (Vicente, agricultor). As vendas da farinha são realizadas na loja da Coofanove e nos moinhos, e o produto também é disponibilizado em diversos mercados do município e da região.

Já tendo passado pelos produtos das três cadeias a serem estudadas, queremos nos reportar à distinção e à reconexão que vêm sendo construídas em relação à gastronomia típica italiana.

No terceiro capítulo revelamos a tradição de Nova Veneza pela gastronomia. As festas gastronômicas bem como os restaurantes têm buscado, por intermédio de sua culinária, resgatar sabores e valores perdidos. Com o crescimento da economia de escala, as características afetivas, espirituais, religiosas, imaginárias e éticas se renovam e tendem a sobressair. No caso da gastronomia típica italiana de Nova Veneza, pode-se conceber que ela é portadora desse conjunto de símbolos e valores que transcendem às tecnologias ou aos processos produtivos convencionais. O depoimento de uma turista (Luli, consumidora) de 95 anos:

*Eu fiquei contente de ter ido a Veneza. Hoje eu pude comer moela de galinha do jeito que a mãe e a nonna faziam. Moela bem cozida com bastante molho. Ainda bem que no restaurante eles servem chá de boldo depois do almoço (Olívia, consumidora).*

É possível perceber que o alimento consegue carregar junto de si muito além do nutriente e do sabor; evoca sentimentos e recordações.

A Coofanove está inserida nesse contexto, alinhada às questões já explicitadas neste e nos demais capítulos, mas destacamos que, além disso, usa a força da expressão ‘agricultura familiar’ nos rótulos dos produtos, e mesmo que não seja reconhecida por esse nome ajuda na construção da distinção. Entendemos, porém, que um debate mais aprofundado da noção pode fazer valer novos horizontes ao grupo. Ela é responsável por meio de seus associados pela construção de processos que dão maior visibilidade à reconexão, uma vez que assume coletivamente a opção de trabalhar com produtos artesanais e produzidos pelos agricultores familiares em um processo de mercado diferenciado.

Em Nova Veneza, mesmo que de forma sutil, a distinção tende a ser construída buscando enraizar o produto no território. Vale destacar que não se observam experiências significativas que busquem selos ou distinção que possam

chamar a atenção a processos ambientais e sociais que possam distanciar-se das mazelas causadas pela padronização e pela produção em massa.

Essas novas formas de relações sociais que fogem do padrão convencional dos modelos alimentares, surgem como uma necessidade de sobrevivência dos agricultores familiares (em especial no caso brasileiro), como também devido aos crescentes problemas ambientais e preocupações com a qualidade dos alimentos. Dessa forma, o reconhecimento pela ruptura e desconexão do sistema agroalimentar moderno se associa a uma das possibilidades para a continuidade da agricultura familiar que se relaciona ao resgate da confiança entre consumidores e produtores por intermédio de cadeias alimentares curtas, que têm por base a economia de qualidade e a sustentabilidade.

É importante destacar que além dos mecanismos estabelecidos pelos atores locais, o Poder Público tem um papel decisivo na construção de modelos de desenvolvimento que permitam a reconexão, seja por meio de mecanismos que envolvam a aquisições públicas, seja quanto ao incentivo de determinadas cadeias alimentares e de modelos de saúde pública por seu poder de regulação e supervisão da qualidade. Ele é também um ator-chave na definição de políticas de produção e abastecimento alimentar.

### 6.3 CADEIAS CURTAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: PERSPECTIVAS

Vivemos uma transição em que estamos nos deslocando de uma sociedade pós-industrial ou pós-moderna, baseada na manufatura de bens materiais, para uma que poderá ser mais centrada na informação. O desmoronamento (ou crise) da sociedade industrial, estágio em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas pela própria sociedade industrial, está relacionado com o reverso da medalha da modernização. Para Beck et al. (1997), esse período não significa o fim da sociedade industrial moderna, mas a possibilidade de reinvenção da civilização. É a partir desse contexto que entendemos a emergência das cadeias alimentares curtas nos processos contemporâneos do desenvolvimento rural.

Acreditamos que muitos pesquisadores (PLOEG, 2008; RENTING et al., 2003) estejam orientados nessa compreensão ao tratar das mudanças estruturais na sociedade como um processo gradual de passagem de um paradigma de

modernização agrícola para novas formas de desenvolvimento rural, colocando entre os processos emergentes as cadeias alimentares curtas.

Certamente as consequências do processo de modernização instalado na década de 1960 marcaram profundamente aspectos da vida social, econômica e ambiental das famílias rurais e, por consequência, toda a sociedade. Apesar das dificuldades vividas pelos agricultores, eles mostram sua capacidade de resistência. De acordo com Friedmann (1978), a persistência dessas unidades de produção nas sociedades modernas, em que o capitalismo se torna o sistema social dominante regido pelas trocas mercantis, é a prova da capacidade de resistência dos agricultores. A autora argumenta que, ao invés de desaparecerem, as formas de produção simples de mercadorias subsistiram ao ambiente crescentemente marcado pelas trocas, demonstrando não haver incompatibilidade entre as unidades sociais que se assentam no trabalho familiar e a produção/reprodução capitalista.

Em Santa Catarina é possível constatar essa situação através de estudos de muitos pesquisadores (FERRARI, 2011; MELLO, 2009; DORIGON, 2008; MIOR, 2005). Na região sul de Santa Catarina, especialmente em Nova Veneza, essa realidade também pode ser comprovada. A resistência se transformou em reação e esta se apresenta de diversas formas, em especial nas iniciativas de produção agrícola com maior uso dos recursos disponíveis na propriedade e menor dependência externa de insumos industriais, mas especialmente no trabalho das agroindústrias e mercados de proximidade e todo esse movimento vem reconfigurando o espaço rural e influenciando nos rumos dos projetos de desenvolvimento local. Confirmando Ploeg (2008), que ressalta as muitas interligações entre as trajetórias de desenvolvimento chamando a atenção para a simultaneidade de processos transitórios, diferenciados, mas interligados de fazer agricultura. Nova Veneza nos permite encontrar a dominância de dois processos sendo um, voltado à construção e reprodução de circuitos curtos de produção e consumo de alimentos; e outro, alinhado e voltado à produção de larga escala que opera através de grandes corporações de processamento e comercialização de alimentos, que cada vez mais operam em escala mundial.

Nessa perspectiva, não se pode ignorar o impacto que vem causando esse pequeno grupo de agricultores que vem atuando com as agroindústrias e os mercados de proximidade. Ao mesmo tempo em que as famílias agricultoras que atuam alinhadas ao modelo empresarial vivem dificuldades em função da

dependência de fatores externos, como crédito, insumos industriais e mercados, esse pequeno grupo certamente também enfrenta suas dificuldades, mas com a produção orientada para o mercado e para a reprodução da unidade agrícola, vem contribuindo e gerando sinergia e coesão social em nível local, garantindo melhor competitividade e provocando novas dinâmicas aos processos de desenvolvimento no município.

No que diz respeito às ações de planejamento, percebe-se que existe uma preocupação dos atores em atentar para processos que possam envolver agricultores atuantes nos dois modelos dominantes. Porém o contexto local tem reivindicado como nunca a disposição de gestores públicos, técnicos e agricultores em agregar o desenvolvimento local apoiado na cultura e tradição dos colonizadores e apoiados nas ações dos agricultores que ousaram trabalhar com a agroindústria. Porém, mais do que os atores já citados, consumidores fazem crescer a procura por alimentos diferenciados, agroecológicos, orgânicos, fora dos padrões da indústria convencional.

Além disso, a sociedade urbana, tanto local quanto regional, mostra-se sensível para ações relacionadas ao turismo e à gastronomia típica em Nova Veneza, dando sinais de sensibilidade para as ações da agricultura familiar e as possibilidades de construção de nova relação entre o urbano e o rural.

Nesse sentido, os agricultores envolvidos com agroindústrias e produção de alimentos diferenciados mostram-se em vantagem, podendo ocupar espaços significativos na economia local. E cada vez mais o sentido do desenvolvimento rural é mudança. “A ideia inicial do rural significando atraso tem sido reelaborada a partir de um conceito de rural como um recurso e modelo de desenvolvimento, na medida em que requer diferentes valores, com atividades e objetivos diferentes” (BRUNORI, 2012, p. 9).

Acreditamos que os atores já dão pistas importantes para a construção de estratégias visando ao desenvolvimento local. Quando indagado sobre as perspectivas para a continuidade desse processo, o técnico dá um depoimento interessante:

*Eu acredito que o município deva ter a maior responsabilidade para fazer esse projeto caminhar; a Prefeitura está atenta, existe empenho para preservar o que já foi feito, mas precisa muito mais. O município está se projetando na questão turística; todo município que se preza tem que oferecer o melhor para os que visitam. Tem que trabalhar para manter o status de Capital Catarinense da Gastronomia Italiana. Então um dos*

*desafios é não perder a originalidade, a tradição, tem que continuar produzindo de forma original. Tem que ter cuidado com a escala, pois o segredo está no artesanal. O que vai fazer o turista voltar é a originalidade [...] É preciso ampliar o leque de produtos e buscar que não apenas os associados à cooperativa se envolvam, mas buscar o envolvimento de todos os 84 que já estão produzindo (Cícero, técnico).*

Destacamos a preocupação do técnico com a autenticidade e a tradição dos processos de produção de alimentos tendo em vista a consolidação da imagem do município vinculada à gastronomia típica.

Outro técnico se refere à questão das perspectivas mencionando a importância da qualidade.

*Nova Veneza precisa continuar produzindo alimento diferenciado. Não pode acontecer de restaurante usar galinha velha em final do ciclo de postura, que depois do abate 'se transforma' em galinha caipira [...] que vai ser servida com polenta como se fosse galinha realmente caipira. [...] Nova Veneza precisa pensar em algum selo, um selo de algo que esteja no seu sangue (Roberto, técnico).*

Nesse depoimento emergem aspectos relacionados às armadilhas do local acentuando as necessidades de comprometimento com a qualidade do produto. O mesmo entrevistado se refere à necessidade de pensar na realocação dos sistemas agroalimentares: “Outro dia eu fiquei indignado, fui ao supermercado e vi ali na gôndola alface vinda de São José dos Pinhais, uma cidade do Paraná. Olha só o absurdo, será que não temos condição de produzir alface para ser consumida aqui?”.

Esse questionamento, ao mesmo tempo em que revela a “deslocalização” e desconexão do sistema agroalimentar, sugere a necessidade de encaminhamentos no sentido de pensar novas estratégias para a reorganização da produção e da distribuição de alimentos, considerando o desenvolvimento da economia local.

Em relação às perspectivas para as cadeias alimentares curtas, os agricultores enfatizam a possibilidade de continuar construindo mercados:

*Está se criando uma rede com progressão grande de pessoas em torno desses mercados Nós temos muito chão pela frente, temos tudo pra dar certo, mas nós agricultores que estamos começando precisamos entender que a parte legal, que tanto assusta e amedronta, não é isso tudo. Pra nós o fiscal ainda é o bicho feio que vem pra destruir [...]. Por outro lado, quem vem orientar tem que entender de mercado [...] e também temos que aprender a não copiar o outro, temos que conservar nossa identidade. (Carlos, agricultor).*

Esse depoimento oferece direções a serem analisadas. O agricultor mostra que possui um olhar diferenciado acerca do processo em que está envolvido. Torna claro que as organizações e instituições precisam preocupar-se com a preparação de seus técnicos que atuam com mediação, mostra reconhecer a importância da originalidade e dos processos legais para a expansão da atividade. Ao se referir às organizações que facilitam o mercado de proximidade através de cadeias alimentares curtas, o mesmo agricultor denota compreender a importância de trabalhar em rede com os agricultores de outros municípios:

*A cooperativa é o nosso meio de comercializar, então eu penso que nós, das pequenas cooperativas, Copafi de Içara, Conafor de Forquilha, Coofasul, de Urussanga, e outras, precisamos nos organizar em torno de uma instituição maior, tipo uma associação das cooperativas. Isso já foi cogitado pela Epagri. Sei que existe certa concorrência entre os municípios, mas se soubermos trabalhar, essa concorrência pode ser boa (Carlos, agricultor).*

A opinião desse agricultor mais uma vez aponta para caminhos associados ao planejamento e à organização como meio de eles se tornarem mais competitivos.

A consumidora manifesta-se sobre a continuidade da seguinte forma:

*Eu acho que esse trabalho dos agricultores só tende a crescer, mas se for pensar no turismo, eu acho que precisa treinamento para receber os turistas, com cuidado e limpeza das ruas, informações pra quem chega. Os agricultores precisam aprender a produzir sem usar agrotóxicos. (Délia, consumidora).*

Essa entrevistada, fugindo a regra da maioria dos nossos entrevistados chama a atenção para a questão nas formas de cultivo de alimentos pelos agricultores familiares em Nova Veneza, ressaltando a necessidade da produção sustentável como elemento diferencial no processo das cadeias alimentares curtas.

Apesar das limitações, as cadeias alimentares lideradas pelos agricultores familiares têm a capacidade de “reespacializar” e ressocializar os alimentos, fazendo acontecer a reconexão entre produtores e consumidores. As sementes dessa nova estrutura se desenvolverão a partir de espaços que são socialmente construídos a partir de ações econômicas, tendo em vista as lacunas estruturais deixadas pelas grandes corporações e alavancada pelas relações sociais que atravessam o espaço e o tempo.

Essas são algumas das perspectivas para a continuidade das cadeias alimentares curtas em Nova Veneza e sua relação com o desenvolvimento local. Existem peculiaridades nas cadeias de queijo, vinho e farinha de milho, porém acreditamos que, as perspectivas são as mesmas para essas e outras cadeias, como derivados de cana, panificação, sucos, derivados de suínos e verduras.

O importante atentar ao que Ploeg et al. (2000) registram: o desenvolvimento rural é um processo, multinível, multiatores e multifacetado, enraizado em tradições históricas. Segundo Ferrari (2011, p. 304), “[...] desenvolvimento rural diz respeito à construção de novas redes, à reformatação do social e do material, ao uso renovado do capital social, cultural, ecológico e à revalorização dos recursos naturais”. Nessa perspectiva, destacamos que as cadeias alimentares curtas, a partir da promoção da diversificação localmente, já conseguem convencer que são capazes de gerar sinergias e coesões, mostrando, dessa forma, as novas faces do desenvolvimento rural.

É possível que o desejo de ver uma nova sociedade nos faça perceber mais do que o visível, mas acreditamos que já possuímos sementes do que Beck (1997) chama de reincorporação de um novo modo de ser.

Figura 7 - Imagens de Nova Veneza



Fonte: Machado Fotografias.

Nota: Material de divulgação Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central de nossa pesquisa foi a análise do processo de construção social de cadeias alimentares curtas no município de Nova Veneza. Assim, buscamos identificar fatores históricos e conjunturais que contribuem para seu desenvolvimento ou o dificultam, no espaço e no tempo, e qual o papel dos atores na construção dessas iniciativas.

Primeiro queremos destacar que este estudo nos permitiu constatar que pequenos e frágeis sinais de uma nova sociedade se apresentam à nossa frente. As cadeias alimentares curtas em Nova Veneza são um exemplo desse movimento que a sociedade tem feito em torno de um novo olhar sobre a relação entre as pessoas, entre pessoas e o mercado, e entre eles e o planeta.

A literatura mostra que na Europa e nos Estados Unidos o sistema agroalimentar faz emergir cadeias alimentares curtas, principalmente em função dos problemas ambientais e dos medos alimentares. No caso brasileiro, em especial em Nova Veneza, sul de Santa Catarina, é possível verificar que as cadeias alimentares curtas surgem como alternativa de reprodução da agricultura familiar por conta da situação de exclusão e dificuldades vividas pelos agricultores.

Há que se considerar que a expansão e os números expressivos dessas iniciativas não escondem sua fragilidade; essas iniciativas com frequência apresentam problemas e riscos que comprometem sua sustentabilidade.

É preciso considerar que na região sul de Santa Catarina, assim como nas demais, as cadeias alimentares curtas são produtos de lacunas estruturais deixadas pelas grandes corporações alimentares convencionais e que esses mercados de proximidade têm dinamizado tanto a economia rural como a urbana. As cadeias do queijo, da farinha de milho e do vinho estudadas neste trabalho são apenas três exemplos, mas existem inúmeros outros produtos que podem comprovar essa realidade, por exemplo, biscoitos, pães, ovos, doces, geleias, salame, licores, cachaça e melado.

Em se tratando do caso de Nova Veneza é possível destacar que agricultores através da Coofanove, Prefeitura e Epagri, desempenharam um papel decisivo e foram os protagonistas no processo de construção das cadeias alimentares curtas. Demais organizações e instituições participaram como

apoiadores importantes para o avanço desta ação. Os consumidores, embora não revelem ter claro o seu papel nesse processo, vem aos poucos mostrando sua importância no sentido de consolidar as cadeias alimentares curtas.

Existem ainda inúmeros campos a serem desbravados, como o debate sobre a 'qualidade' e suas múltiplas dimensões, que ainda é muito incipiente e não chegou de forma clara aos agricultores, consumidores, gestores públicos e técnicos. Para a grande maioria, a qualidade ainda é a normativa, e a preocupação maior é com a inocuidade relativa às questões físicas e biológicas, com pouca atenção para as questões de contaminação química ou aspectos imateriais. A questão da qualidade associada às questões étnica e cultural, através de produtos típicos ainda precisa ser discutida coletivamente.

Entendemos, no entanto, que todas essas experiências são processos que precisam ser protegidos, pois revelam muito mais que 'alternativas' – revelam sementes e novas direções apontando para uma sociedade que gesta um novo regime alimentar.

Acreditamos que o compromisso com o processo de governança é fundamental para construção, expansão e consolidação das cadeias alimentares curtas. As mudanças em curso na sociedade reivindicam a necessidade de que sejam desenvolvidas ações comprometidas com a interação qualificada, coordenada e equilibrada entre atores públicos e privados, ou seja, Estado, mercado, sociedade civil. É um processo que exige a construção de novos olhares e posturas perante a sociedade, e as estratégias poderão ser diversas, por meio de redes ou estruturas sociais pautadas na negociação, na cooperação, na descentralização, na autonomia das partes, no equilíbrio de poder, no controle mútuo, no consenso, mas precisam acontecer.

Dessa forma, a governança para a questão dos mercados precisa ser exercitada com o envolvimento de múltiplos atores, como agricultores, consumidores, empresas privadas, organizações não governamentais e o Estado, que poderá ser o organizador/negociador responsável pelo processo.

Certamente, o Estado precisará aprender a exercer esse novo papel de articulador de uma rede complexa de divisão de poder e de tomadas de decisão negociadas com ONGs, instituições políticas brasileiras e internacionais, bem como com os demais atores do mercado. O Estado precisa considerar a necessidade de redefinir uma nova postura ao lidar com a questão do desenvolvimento rural e sua

relação com a questão alimentar e os mercados. Ao mesmo tempo em que não pode ser mais o centro único das decisões, também não pode permitir a força de ‘mãos invisíveis’ comandando o mercado. Acreditamos que o Estado possa estabelecer parâmetros que norteiem e regularizem esse processo que tem levado à “deslocalização” de sistemas agroalimentares. Governos locais e regionais, quando organizados, poderão ter papel ativo como atores das políticas de abastecimento e segurança alimentar.

Processos de mediação precisam estar conectados a essa perspectiva maior, em que técnicos e gestores públicos precisam estar mais bem preparados para essa atuação. A preparação/capacitação/formação precisa garantir aos técnicos e gestores a possibilidade de mediar entre dois sistemas de conhecimento, pois normalmente a capacitação técnica é construída sob uma negação de conhecimentos populares. É urgente a necessidade de desenvolver pesquisas voltadas a formas de produção que privilegiem práticas sustentáveis, bem como estratégias que permitam avançar no conhecimento dos novos processos de mercado.

A pesquisa mostra que, apesar dos limites, a Epagri tem estado atenta aos movimentos da sociedade e, em especial, da agricultura familiar. Os programas Mb2 e SC Rural têm demonstrado esse comprometimento. Os depoimentos revelam quanto os técnicos da Epagri, nesses anos recentes, estiveram envolvidos no desencadeamento do processo de organização da cooperativa e seus processos de mercados. Essa ação certamente só pode acontecer a partir da vontade política e disposição do governo municipal. Acreditamos que o envolvimento do Poder Público com a questão alimentar ainda não possui uma simetria entre ações voltadas à produção e ao consumo, especialmente no que concerne à população urbana. É preciso pensar em estratégias que permitam o envolvimento mais massivo de consumidores urbanos e agricultores que produzem alimentos diferenciados, tendo em vista a possibilidade de realocar sistemas alimentares.

A sociedade civil, através dos consumidores, precisa ser estimulada a exercitar seu perfil de cidadão que desenvolve sua reflexividade em função dos riscos alimentares que enfrenta.

Não existe apenas uma trajetória; os caminhos são tão diversos quanto é a realidade, porém a disposição dos gestores públicos, a voz dos consumidores, as experiências vividas por outros países, os processos de mediação liderados por

técnicos capacitados, os conhecimentos gerados pela academia, a ação e a criatividade dos agricultores certamente nos farão avançar nesse processo.

Entendemos que o processo estudado caracteriza 'sementes' geradas pela reorganização da sociedade a partir de um nível diferenciado na compreensão das consequências que o capitalismo vem operando na dinâmica da vida no planeta.

As cadeias alimentares curtas são o resultado de um processo de construção social e, dessa forma, seu futuro ou sua transformação será determinado por essa contínua e dialética construção de interfaces dos atores e dos agentes que participaram do processo. Como se fará isso? Não podemos saber nem determinar *ex ante*; isso será determinado a partir das escolhas e dos movimentos dos atores envolvidos.

Nesse sentido, cadeias alimentares curtas projetam uma forma de desenvolvimento rural. Primeiro, porque apresentam a possibilidade de reprodução de agricultura familiar produzindo alimentos com qualidade em forte interação com os consumidores. Segundo, porque as cadeias expressam a tendência à superação da dicotomia do urbano-rural, tendo em vista as possibilidades de conexão estabelecidas entre produção e consumo. Terceiro, porque estão alinhadas a processos sustentáveis, evitando que alimentos percorram longas distâncias antes do consumo, gerando novas possibilidades para a agricultura familiar através da realocação dos sistemas agroalimentares, dando-nos a dimensão de aonde precisamos e poderemos chegar. Precisamos construir a governança.

Aproveito para manifestar minhas considerações acerca da ideia inicial sobre possibilidade de realizar o mestrado após quase três décadas de envolvimento com a extensão rural. Em primeiro lugar, destaco que a disposição em aventurar-me num curso de mestrado, com o reconhecido nível de exigências do PGDR, na segunda metade da vida, poderia caracterizar-se até como um ato inconsequente, não fosse a essência da condição humana traduzida pelo desafio e pelas infinitas possibilidades de expandir-se.

Por outro lado, fazer parte de uma instituição que se propõe ao desenvolvimento rural e sentir-se desconfortável apesar dos bons projetos e de alguns profissionais que sabem aonde querem chegar era inquietante. Eu olhava

para uma realidade e não conseguia mais decifrá-la... O conhecimento que eu tinha não servia mais àquela realidade a minha volta... Era como ter uma roupa para oferecer a alguém que estivesse esperando vestir-se, sendo a vestimenta de tamanho e modelo que não se adequavam a essa pessoa. Esse foi o contexto que me levou a deixar o relativo conforto de que eu dispunha em busca de respostas para as minhas inquietações.

O mestrado foi um período de grandes desafios. Sentia-me sendo alfabetizada, e reconhecia que possuía base muito frágil... Ouvia falar em economia heterodoxa desconhecendo o que preconizava a ortodoxia econômica... Aventurar-me a ler textos em inglês, com o conhecimento parco dos iniciantes e tentar compreender qual o real significado que existia naquelas entrelinhas, qual o significado desse 'novo' que estava sendo comunicado era um enfrentamento comigo mesma. Eu sentia sede de conhecimento, especialmente em momentos em que me deparava com textos em língua estrangeira. Percebendo neles muito sentido era como se eu estivesse com muita sede e precisasse tomar água com contagotas, tal as dificuldades nesse tipo de leitura.

A amplitude e profundidade com que eram tratados os temas durante algumas aulas, ao mesmo tempo em que nutriam minha carência, colocavam-me diante de uma infinidade de novas questões a serem decifradas que pareciam ávidas por fazer parte de mim.

Mas isso tudo foi sendo superado...

As descobertas, que aos poucos iam desvelando-se, tornavam-se um combustível potente no sentido de compreender por que a sociedade se organizava desta ou daquela maneira. Aos poucos foi possível aproximar a compreensão das causas desse desconforto por que passa nossa civilização, bem como entender melhor a complexidade ao lidar com os processos de extensão rural e sua relação com a agricultura familiar.

Conhecer o pensamento e a capacidade de expressão de Beck, Brunori, Friedmann, Giddens, Goodman, Harvey, Hinrichs, Lang, Latour, Long, Niederle, Marsden, Ploeg, Polanyi, Radomski, Renting, Sonnino, Schneider e tantos outros me fez acreditar que as inquietações que eu sentia já tinham sido vivenciadas de forma muito mais intensa, havia muito tempo, por muitas outras pessoas. Era um acalento ter acesso a uma literatura que me saciava o espírito.

É possível que um dos grandes ganhos tenha sido perceber que a crise da ciência é uma crise de percepção, e que não estamos ainda preparados para enxergar o mundo como ele realmente é. Foi interessante constatar que boa parte das dificuldades que sentimos está relacionada à necessidade de introduzir a variável 'tempo' na ciência, tendo que admitir a irreversibilidade em um mundo que não é estável.

Aceitar que não existe apenas um caminho para o desenvolvimento e compreender que a contemporaneidade prevê lugar para as diferenças permitiram-me certo alívio. Por outro lado, vivenciei a práxis que gerou a inquietação pela necessidade de transcendência, buscando a construção de novas formas de governança diante dessa sociedade que emerge reivindicando o convívio da diversidade.

De qualquer forma, hoje sou mais condescendente comigo mesma e com a empresa a que estou vinculada, pois percebo que, apesar dos limites e equívocos, conquistas foram desenhadas ao longo dos anos que custaram muita luta e despojamento aos extensionistas.

Percebo que hoje a Epagri luta muito para ser contemporânea, tendo na memória a desarticulação de determinado período da sua história. Percebo também que durante algum tempo tínhamos muito 'de boa-vontade', porém éramos o reflexo de um contexto de incertezas e carência de horizontes. Aos poucos, com novos arranjos e novo cenário no País conseguimos estabelecer mais foco em nossas ações e objetivos. Abrimos-nos para outras instituições e estamos aprendendo a lidar com as arenas e seus embates.

Consolidar a noção da inexistência ou flexibilidade de limites disciplinares permitiu-me mais intensamente perceber a integralidade do meu ser, aceitando cada vez mais que quando estudo cadeias alimentares curtas e mercados para a agricultura familiar estou estudando formas de dar sequência à possibilidade da vida no planeta.

Acredito firmemente que o mestrado proporcionará mudanças em minha prática profissional no sentido de me capacitar a tecer melhores argumentos ao tratar principalmente das questões relativas aos mercados e às cadeias alimentares curtas, bem como da relação tanto de um como de outro com o desenvolvimento rural. Foi formidável renovar e fortalecer minha crença na capacidade dos atores, bem como ver que eles têm a capacidade de construir uma história diferente,

conscientes de aonde querem chegar. Essa caminhada permitiu acender nova chama de esperança pela agricultura familiar e acreditar ainda mais na missão da universidade e da Epagri como instituições que podem contribuir para a mudança.

Concluo afirmando que esse desafio teve a participação de muitas pessoas, mas quero destacar que a atenção e o comprometimento pelo processo de orientação, bem como as exigências na medida certa, garantiram-me a segurança necessária, permitindo-me dar um passo importante em direção à expansão da minha própria consciência.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial*. Relatório de consultoria. IICA. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Entre Deus e o diabo: mercado e interação humana em ciências sociais. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*, v.16, n.2, p.35-64, 2004.

\_\_\_\_\_. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.

BALDESSAR, Quinto D. *Caminhada histórica de São Bento Baixo*: Nova Veneza. Forquilha: Formsul, 2006.

\_\_\_\_\_. *Imigrantes: Sua historia costumes e tradições no processo de colonização no sul de Santa Catarina*. 2 ed. Forquilha: Formsul, 2005

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GUIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p.11-71.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH Scott; *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

BELLETTI, G. *Guide to the Valorisation of Typical Agri-food Products: Concepts, Methods and Tools*. Florença: Arsia, 2010.

BOLTANSKI, L; THEVENOT, L. *De la justification*. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BORTOLOTTI, Z. H. *História de Nova Veneza*. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Indicação geográfica*. 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of food* [Online], S2, March 2007. Disponível em: <<http://aof.revues.org/index430.html>>. Acesso em: 14 maio 2012.

BRUNORI, G. *et al. Guide to the Valorisation of Typical Agri-food Products: Concepts, Methods and Tools*. Florença: Arsia, 2010.

CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. *The economy of qualities: Economy and Society*. v. 31, 2002.

CERRUTI, R. *Guide to the Valorisation of Typical Agri-food Products: Concepts, Methods and Tools*. Florença: Arsia, 2010.

CONTERATO, M. *et al. Mercantilização e mercados: A construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea*. Porto Alegre. (Material inédito).

COTANDA, F. C. et al. Processos de pesquisas nas Ciências Sociais: uma introdução. In: Pinto, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina*. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 273p. 2000.

EPAGRI. *Diagnóstico das agroindústrias e de outras atividades de agregação valor, agrícolas e não agrícolas, e das redes de cooperação (Condomínios, Associações e Cooperativas) da agricultura familiar, pescadores artesanais e maricultores de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2010. Disponível em: <[www.microbacias.sc.gov.br](http://www.microbacias.sc.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2012

\_\_\_\_\_. *As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2011.

FERRARI, D.L. *Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLIGSTEIN, N. Myths of the Market. *Economic Sociology. European Electronic Newsletter*, v. 4, n. 3, Jul. 2003.

FRIEDMANN, H. After Midas's Feast: alternative food regimes for the future. In: ALLEN, P. *Food for the future*. California: John Wiley e Sons, 1993. p.213-233.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and State System. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n.2, p. 93-117, 1989.

FRIEDMANN, H. *The Political Economy of Food: a global crises*. New Left Review, London, n. 197, 1993.

- GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-Sologne. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 4-44, abr. 2003.
- GIDDENS, A; BECK,U; LASH, S. Modernização reflexiva. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fortes, 2003.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOODMAN, D. Agro-food studies in the - age of ecologyll: nature, corporeality, bio-politics. *Sociologia ruralis*, v. 39, n. 11, p. 17-39, 1999.
- GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, p.1-7, 2003.
- \_\_\_\_\_. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. *Sociologia Ruralis*, n. 42, v. 4, p. 271-277, 2002.
- \_\_\_\_\_. Rural Europe Redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia Ruralis*, n. 44, p. 3-16, 2004.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, M. E.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, practice, and politics*. Abingdon: Routledge, 2012.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. *Ensaio da FEE*, Porto Alegre, v. 23, p. 977-1007, 2002.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*. v.91, n.3, p.481-510, nov. 1985.
- GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. *The sociology of economic life*. San Francisco: Westview Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE – eletrônica*: [www.rae.com.br/eletronica](http://www.rae.com.br/eletronica). v.6, n.1, Art. 9, 41p., jan/jun, 2007.
- GUIVANT, J.; SPAARGAREM, G.; RIAL, C. *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: Edufsc, 2010.
- HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. *Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- HINRICHS, C.C. The practice and politics of food system localization. *Journal of rural studies*, v. 19, p. 33-45, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Agropecuário 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. [CDROM].

ILBERY, B. *et al.* Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional Studies*, v.12, p.116-132, 2005.

ILBERY, B.; KNEAFSEY, M. Producer constructions of quality in regional speciality food production: a case study from South West England. *Journal of Rural Studies*, v.16, p.217-230, 2000.

KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

KNEAFSEY, M. *et al.* *Reconnecting consumers, producers and food: exploring alternatives*. New York: Berg, 2008.

LAKATOS, E.V.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, H. (Org.). *A agricultura familiar*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

LANG, T; HEASMAN, M. *Food Wars: The battle for minds, mouths and markets*. London: Earthscan, 2004. Cap. 5.

LATTOUR, B. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría actor-rede*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LONG, N.; PLOEG, J.D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. *Rethinking social development: theory, research and practice*. London: Longman scientific & technical, p. 62-90, 1994.

LONG, N. Globalization and localization: new challenges to rural research. In: MOORE, H. (Ed.) *The changing nature of anthropological knowledge*. Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Ciesas, 2007.

MALUF, R. S. J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARESCOTTI, A. *et al.* *Guide to the Valorisation of Typical Agri-food Products: Concepts, Methods and Tools*. Florença: Arsia, 2010.

MARSDEN, T. *et al.* The restructuring process and economic centrality in capitalist agriculture. *Journal of Rural Studies*, London, v.2, n.4, p.271-280, 1986.

MARSDEN, T. Rural Futures: The Consumption Countryside and its Regulation. *Sociologia Ruralis*. v. 39, n. 4, p. 505-520, 1999.

MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. *Sociologia Ruralis*, v. 32, n. 2-3, 1992.

MARSDEN, T. et al. *Constructing the Countryside*. London: UCL Press, 1993.

\_\_\_\_\_. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v.3, n.11, p.285-296, 1995.

\_\_\_\_\_. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

\_\_\_\_\_. Rural futures: the consumption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*. v. 39, n. 4, p. 1-20, 1999.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, v.36, n.1, p.139-169, 2009.

MELLO, M. A. *Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MORGAN, K.; SONNINO, R. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development*. London: Earthscan, 2008.

MURDOCH, J.; MIELE, M. Back to nature: Changing worlds of production in the food sector. *Sociologia Ruralis*, v. 39, n.4, p. 465-483, 1999.

NIEDERLE, P. A. *Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NIEDERLE, P. A.; DELPHINE, V. *Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro*. 2010. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/art/201004-005-055.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2012.

NORTH, D. C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. São Paulo: Instituto Liberal, 1990. (Série Ensaios & Artigos).

OLINGER, G. *50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina – 1956 a 2006*. Florianópolis: Epagri, 2006.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p.13-54.

\_\_\_\_\_. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). *Ecología, campesinado e historia*. España: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p.153-195.

PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v. 40, n.4, p.391-407, 2000.

\_\_\_\_\_. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.40, n.4, p.391-408, 2000.

PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. Rural development: the state of the art. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Living Countrysides - Rural Development Processes in Europe: the state of the art*. Holanda: Elsevier, 2002. p. 8-17.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F; CASTANEDA, M; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n. 1, p. 99-106, 2011.

PRIMAVESI, A. Revisão do conceito de agricultura orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água. *Biológico*, São Paulo, v. 65, n.1-2, p.69-73, jan./dez. 2003, 2003.

RADOMSKY, G. W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. Dissertação. 2006. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.19, n. 2, p. 203-232, 2007.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*. v.35, p.393-410, 2003.

RITZER, G.F. *The McDonaldization of society*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1993.

ROSSI, A. *Guide to the Valorisation of Typical Agri-food Products: Concepts, Methods and Tools*. Florença: Arsia, 2010.

SARDAN, J. P. O. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille: Coédition Karthala, APAD, 1995.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos de um estudo de caso*. In: FROELICH, J. M.; VIVIEN, D. (Org.). *Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, 6, 2006, p. 181-199.

\_\_\_\_\_. A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco: SOBER, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SCOTT, J. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Revista Raízes*, v. 21, n.1, jan./jun. 2002.

SIMONIN-PRIGENT, A.H.; FOURNIER; C.H. The role of trust in the perception of the quality of local food products: with particular reference to direct relationships between producer and consumer. *Anthropology and food*, v.4, maio 2005. Disponível em: <<http://aof.revues.org/document204.html>>. Acesso em: 05 maio 2012.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p.181-199, 2006.

STORPER, M. *The Regional World*. London: Guildford Press, 1997.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SWEDBERG, R. Markets as Social Structures. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.) *The Handbook of Economy Sociology*. New York: Russel-Sage, 1994. p.255-282.

TRICHES, R. M. *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o elo perdido: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). *Segurança Alimentar e Nutricional*, v.17, p.1-15, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

VÉLEZ-IBÁÑEZ, C. G. *Lazos de confianza: los sistemas culturales y económicos de crédito en las poblaciones de los Estados Unidos y México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VELLOSO, C. Q. *Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIHINEN, H.; KRÖGER, L. *Governance of markets*. Wageningen. ETUDE: WP2 Development of conceptual framework, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo o rural como espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: PGDR, 2009.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

WINTER, M. Embeddedness, the new food economy and defensive localism. *Journal of Rural Studies*, Inglaterra, v.19. p. 23-32, 2003.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES  
VINCULADOS À PRODUÇÃO DE VINHO, QUEIJO E FARINHA DE MILHO**

**Questões específicas para agricultores vinculados à produção de vinho, queijo e farinha de milho**

**Identificação:**

1. Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_
2. Comunidade: \_\_\_\_\_
3. Membros que residem na propriedade: \_\_\_\_\_
4. Produto processado na agroindústria: \_\_\_\_\_
5. Possui unidade de produção? \_\_\_\_\_
6. Telefone: \_\_\_\_\_

**Bloco 1 - Resgate histórico: agroindústria e bases da construção das cadeias alimentares curtas: foco nos atores e no contexto social**

1. Quando e como a família iniciou o processo de agroindustrialização?
2. Quais os principais motivos que levaram a família a iniciar a atividade com a agroindústria?
3. Qual a conjuntura agrícola, econômica e política da época?
4. Alguma organização/entidade contribuiu no início do processo? Quais? Como contribuíram (cursos, orientações no processo produtivo, construção da agroindústria, receitas etc.)?
5. Alguma política pública ou programa especial estimulou a construção da agroindústria inicialmente?
6. Você pode descrever a trajetória histórica e os principais marcos de suas atividades com a agroindústria? (Se possível, identificar fases)
7. A partir de que momento sua atividade se voltou para a venda? Por que a decisão de comercializar?
8. Quais foram seus primeiros clientes?
9. De que forma a família comercializava seus produtos inicialmente?

**Bloco 2 - Análise da trajetória: cadeias alimentares curtas, mercados e as organizações coletivas construídas**

10. Atualmente, como são comercializados seus produtos?
11. Vocês receberam ajuda de alguma instituição local, política pública ou atores de desenvolvimento para abrir espaço nos mercados para os seus produtos? Quais?
12. Esses mercados construídos são formais ou informais perante a legislação?
13. No seu entendimento, existe uma rede de atores ou de instituições formada em torno desses mercados?
14. Qual o percentual da renda com a venda dos produtos na renda total da família?
15. Seu produto possui marca, rótulo e código de barras?
16. Seus consumidores lhe cobram um produto legalizado?
17. Seu produto é orgânico, agroecológico ou convencional?
18. Você percebe preocupação de seus clientes em relação a essas características?
19. Quais os principais facilitadores e dificuldades enfrentadas para colocar seus produtos nos mercados?
20. Você conhece alguma organização social de agricultores na área de agregação de valor/comercialização em Nova Veneza?
21. Sua família participa de alguma organização social de agricultores na área de agregação de valor/comercialização em Nova Veneza? Qual/Quais?
22. Como surgiram essas organizações?
23. Você conhece qual o papel dessas organizações junto aos agricultores familiares que dela participam?
24. Que tipo de apoio é prestado por essa organização às famílias proprietárias de agroindústrias (crédito, produção, organização coletiva, comercialização, legalização das unidades agroindustriais, formação dos agricultores e conhecimento)?
25. Você conhece como é o processo de administração coletiva dessa organização?
26. Você conhece qual o papel dos agricultores e dos dirigentes da organização?
27. Essa organização forma redes com outras organizações, instituições e atores sociais existentes na área da agroindustrialização e mercados?
28. No seu entendimento, quais os principais problemas e potencialidades que essas organizações possuem?

29. Se não faz parte de uma organização, gostaria de fazer parte de uma associação dessa natureza?

30. Qual é a sua opinião sobre a legislação agroalimentar (ambiental, sanitária e tributária) das instituições formais perante esses mercados aos quais sua família vende esses produtos?

### **Bloco 3 - Mediação no olhar do agricultor**

31. Existiram mediadores ou instituições externas que auxiliaram na implantação da sua atividade com a agroindústria e comercialização dos produtos? Quais?

32. De acordo com a resposta anterior, como a Epagri e a Prefeitura contribuíram para o desenvolvimento da atividade? Detalhar as ações realizadas por cada uma.

33. Em sua opinião, essas duas instituições estão preparadas para desenvolver atividades vinculadas à agroindústria e aos mercados voltados à agricultura familiar? Por quê?

34. O método de trabalho usado por essas instituições condiz com as necessidades do agricultor nessa área?

35. Quais os pontos fortes e quais precisam ser melhorados nos processos de mediação por essas duas instituições?

36. Qual o papel, de forma geral, das demais instituições envolvidas no processo (sindicato dos trabalhadores rurais, Cidasc, sindicato rural etc.)?

### **Bloco 4 - Impactos e efeitos para o produtor e a localidade**

37. Em sua opinião, quais os efeitos e resultados dessas iniciativas para as famílias participantes desse processo e para o contexto e economia local?

38. Você acredita que esse processo terá continuidade, independentemente de crises acontecerem?

### **Bloco 5 - Limites e desafios**

39. Em sua opinião, quais os principais limites e desafios nessa trajetória para a construção de mercados para a agricultura familiar em relação às cadeias do vinho, do queijo e da farinha de milho?

40. Identifique, no seu ponto de vista, fatores-chave para a manutenção e a ampliação dos empreendimentos assegurando mercados para a agricultura familiar.

## APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES PÚBLICOS

**Roteiro para entrevistar gestores públicos (técnicos da Epagri, Cidasc, secretário municipal de Turismo e Cultura, de Agricultura, sindicato dos trabalhadores rurais, responsável pelo SIM e pela vigilância sanitária no município)**

### **Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

### **Bloco 1 – Resgate histórico – agroindústria e bases da construção das cadeias alimentares curtas: foco nos atores e contexto social**

1. Você poderia relatar quando e por que na história de Nova Veneza começaram a surgir agroindústrias?
2. Você relaciona o processo de surgimento das agroindústrias a determinadas políticas públicas e ao desenvolvimento de algum programa especial?
3. Você pode descrever como se constituíram as cadeias de produção do vinho, farinha de milho e queijo pelos agricultores familiares de Nova Veneza, procurando **dar destaque ao trabalho de sua instituição**, respondendo **o que foi feito, como foi feito, por que e quem fez?**
4. Você pode descrever quando iniciou o processo de comercialização desses produtos e como eram realizadas as vendas inicialmente?

### **Bloco 2 - Análise da trajetória: cadeias alimentares curtas, mercados e organizações coletivas construídas**

5. Você pode descrever como o processo de comercialização foi acontecendo e se modificando ao longo dos tempos, em especial as cadeias do vinho, da farinha de milho e do queijo?

6. Aponte as organizações sociais de agricultores na área de agregação de valor/comercialização em Nova Veneza e como surgiram.
7. Você pode descrever o papel das organizações junto aos agricultores familiares que dela participam (o apoio prestado pela organização junto aos agricultores proprietários de agroindústrias: comercialização, crédito, produção, organização coletiva, pressão social, legalização das unidades agroindustriais, formação dos agricultores e conhecimento)?
8. Você pode descrever como é o processo de administração coletiva dessa organização e o papel dos agricultores e dos dirigentes?
9. Essas organizações formam redes com outras organizações, instituições e atores sociais existentes na área da agroindustrialização e mercados?
10. Quais os tipos de relação que sua instituição possui com as organizações do município?
11. Como você vê a legislação agroalimentar (ambiental, sanitária e tributária) das instituições formais perante os mercados?

### **Bloco 3 - Mediação no olhar do gestor público**

12. No seu entendimento, quais as instituições que se envolveram nesse processo voltado à agroindústria familiar e aos mercados para a agricultura familiar?
13. Você pode detalhar o papel da Epagri e da Prefeitura na construção dessas iniciativas ligadas à agroindústria e aos mercados para a agricultura familiar? Detalhe as atividades desenvolvidas por cada uma delas separadamente.
14. Você entende que essas duas instituições estão preparadas para esse tipo de trabalho?
15. No seu ponto de vista, quais os aspectos positivos e quais precisam ser melhorados no processo de mediação por essas duas instituições?
16. De forma geral, como as demais instituições participaram desse processo?
17. Como acontece o processo de governança (considerar instituições, organizações, agricultores e consumidores), tendo em vista as decisões referentes à produção, industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar?

**Bloco 4 - Impactos e efeitos para o produtor e a localidade**

18. Em sua opinião, quais os efeitos e resultados dessas iniciativas para as famílias participantes da rede, para o contexto e para a economia local?

**Bloco 5 - Limites e desafios**

19. Em sua opinião, quais os principais limites e desafios nessa trajetória para a construção de mercados para a agricultura familiar, especialmente em relação às cadeias do vinho, do queijo e da farinha de milho?

20. Identifique, no seu ponto de vista, fatores-chave para a manutenção e a ampliação dos empreendimentos, assegurando mercados para a agricultura familiar.

## APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA AOS CONSUMIDORES

### Roteiro para entrevistas aos consumidores

Identificação: \_\_\_\_\_

Município/comunidade \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

### Bloco 1 - Resgate histórico do consumo de produtos da agroindústria rural

1. A partir de quando você começou a consumir produtos da agricultura familiar e o que o motivou a fazer isso?
2. Como escolheu seu fornecedor e onde faz as compras (lojas de produtos coloniais, propriedade do agricultor, recebimento em casa etc.)?

### Bloco 2 - Cadeias curtas, mercados e organizações coletivas: o olhar do consumidor

3. As motivações iniciais para o consumo de produtos da agricultura familiar continuam, ou hoje existem novas motivações?
4. Você conhece organizações coletivas vinculadas à produção e à comercialização de produtos da agricultura familiar em Nova Veneza?
5. Você já comprou produtos dessa organização? Confia na qualidade dos produtos que levam o nome dessa organização?
6. O que é qualidade para você?
7. O que você vê de diferente em relação aos produtos fabricados por grandes indústrias e os produtos de empresas instaladas em locais distantes de sua comunidade/região?
8. Você acredita que os produtos das agroindústrias familiares de Nova Veneza possuem um diferencial em relação aos produtos de outros municípios? Se sim, qual?
9. A paisagem e a cultura lhe transmitem algo mais para o alimento?

10. Você se preocupa se o produto é legalizado (possui inspeção sanitária e ambiental e recolhe impostos com a comercialização)?
11. Você acha importante/necessário que os agricultores vendam seus produtos de forma legalizada?
12. Você conhece as pessoas que fabricam os produtos da agroindústria rural que você consome?
13. Você conhece a casa dos agricultores e sua agroindústria?
14. Sabe como esses produtos são produzidos (condições de higiene, se recebem aditivos químicos etc.)?
15. Você confia na qualidade dos produtos da agricultura familiar?
16. Qual o caráter da sua relação com os produtores?

#### **Bloco 4 - Impactos e efeitos para o produtor e a localidade**

17. Em sua opinião, quais os efeitos e os resultados dessas iniciativas para consumidores, contexto e economia local?

#### **Bloco 5 - Limites e desafios**

18. O que você acha que precisa melhorar nesse sistema de comercialização de produtos da agricultura familiar? Tem alguma sugestão para melhorar esse processo?

**APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES QUE NÃO  
ATUAM JUNTO ÀS CADEIAS ALIMENTARES CURTAS**

**Roteiro para entrevistas a agricultores que não atuam em processos de  
industrialização e comercialização de produtos por meio de cadeias  
alimentares curtas**

**Identificação:**

Nome: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

**Bloco 1 - Resgate histórico e trajetória da construção das cadeias alimentares  
curtas, dos mercados e das organizações coletivas construídas**

1. No seu entendimento, quando e por que os agricultores de Nova Veneza começaram a processar alimentos para vender?
2. Você acha que essa atividade relacionada à agroindústria e a comercialização de alimentos processados condiz com as funções da agricultura familiar? Por quê?
3. Sua família já pensou em seguir essa atividade? Quando e por quê?
4. Em sua opinião, uma família pode manter-se apenas com atividades dessa natureza?
5. Você entende que os produtos produzidos pelos agricultores familiares têm qualidade?
6. Você conhece alguma organização social de agricultores na área de agregação de valor/comercialização em Nova Veneza? Qual?

**Bloco 2 - Mediação**

7. Em sua opinião, os agricultores familiares precisaram receber ajuda de instituições para a abertura de novos mercados? Você sabe quais instituições contribuíram?

8. Você acredita que a Epagri e a Prefeitura precisam estar envolvidas nesse trabalho?

### **Bloco 3 - Limites e desafios**

9. Você acha que essa atividade tem perspectiva de futuro para a agricultura familiar? Por quê?

10. Em sua opinião, quem é beneficiado com esses novos mercados da agricultura familiar? Por quê?

11. O que você acha que precisa melhorar nesse sistema de comercialização de produtos da agricultura familiar? Tem alguma sugestão para melhorar esse processo?

### **Bloco 4 - Impactos e efeitos para o produtor e a localidade**

12. Em sua opinião, quais os efeitos e resultados dessas iniciativas para as famílias participantes da rede, para o contexto e para a economia local?

## ANEXO A – PROPAGANDA DA COLÔNIA ‘NOVA VENEZA’

Figura 8 - Propaganda da colônia ‘Nova Veneza’<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Folheto de propaganda distribuído na Itália a partir de 1891 pela Companhia Metropolitana. Esse folheto era noticiado e comentado nas missas, adegas, praças e feiras como divulgação da nova colônia a ser implantada no Brasil (BORTOLOTTI, 1992).

## COLONIA "NUOVA VENEZIA"

### BREVI NOTIZIE

Questa Colonia, testè fondata sulla vallata del rio Araranguá, nello Stato di Santa Catharina, è situata a poche leghe dal Comune di Araranguá, e limitrofa alle fiorenti colonie italiane di Crescuma, Accioli, Urussanga, Azambuja e Armazen. I suoi terreni bagnati dal detto fiume, dal Mãe Luzia e da una infinitá di altri piccoli corsi d'acqua, abbondanti di pesce, sono universalmente riconosciuti pei piú ricchi di questo Stato, sia per la fertilitá del suolo come per la dolcezza del clima. Sono tuttavia ricoperti di boschi vergini, e il solo legname é bastante a pagare il valore del suolo. Vi si trovano molti minerali, grande quantitá di piante medicinali, e vi si caccia in abbondanza la *anta* (tapiro), il cinghiale, il *veado* (cervo), la lontra, la *pacca*, il *coáty*, la lepre, il *tatí* e i volatili piú preziosi del Brasile.

Questa grande colonia, che non conterrà meno di 2000 famiglie, avrà una bella chiesa, amministrata da un prete italiano, due scuole per ambo i sessi, una farmacia e un'infermeria, oltre ad un comodo asilo appositamente destinato agli immigranti.

Nella Nuova Venezia, oltre all'agricoltura, fioriranno le industrie; i prodotti della terra subiranno tutte le modificazioni; i grani diverranno buone farine, a mezzo d'apposito mulino; le uve si cambieranno in ottimi vini, mercé uno stabilimento enologico; la cannamela in zucchero ed acquavite; una segheria a vapore darà modo di utilizzare l'immensa quantitá di legnami, ecc.

L'impresa, come é facile rilevare dal presente progetto, proponesi d'ausiliare il colono con tutti i mezzi piú acconci, affinché dalla prosperitá di lui possa trarne la propria. Lo guiderá, consiglierá e conforterá dal dí che lo accoglie sino a renderlo indipendente; lo accompagnerá passo passo con cure sino a farne un piccolo proprietario; gli faciliterá e soavizzerá l'esistenza, fondando stabilimenti industriali per beneficiare e utilizzare i suoi prodotti, promovendo commerci e industrie; gli tornerà, in una parola, il distacco dalla patria meno penoso e la vita il piú felice possibile.

### CONDIZIONI

#### I. OBBLIGHI DELLA COMPAGNIA

1. – I coloni godranno per legge del passaggio gratuito dall'Europa sino alla colonia, dove vengono ospitati e alimentati in apposito asilo perconto dell'impresa, sino a prender possesso del lotto di terra che loro si destina.

2. – Avranno diritto al lotto di terra tutti i coloni la cui età non sia minore di 18 anni, né maggiore di 60.

## ANEXO B – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DA COOFANOVE

Figura 9 - Folheto de divulgação da Coofanove

A cooperativa de produção agroindustrial de Nova Veneza (Coofanove) foi fundada em 19 de julho de 2004. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais associadas e das comunidades onde as mesmas se inserem, através da produção, industrialização e comercialização de seus produtos. A área de ação está concentrada nos municípios de Nova Veneza, Meleiro, Forquilha e Treviso. Em 2005, foi inaugurado o show room de exposição de mais de 500 produtos coloniais facilitando a comercialização, estando situado na Praça Humberto Bortoluzzi, 46 – Centro de Nova Veneza.

Além da loja em Nova Veneza, os produtos dos associados da Coofanove são encontrados no Giga produtos coloniais, este encontra-se no bairro Pio Correia, Criciúma, em frente ao colégio Marista. Os produtos também são encontrados desde Braço do Norte até Passo de Torres, atingindo toda a região Sul do estado de Santa Catarina.

**Produtos da Coofanove:**

- Macarrão
- Lasanhas
- Pizza
- Mini pizzas
- Macarrão caseiro
- Bolos
- Paes
- Biscoitos
- Suco de uva
- Cachaças
- Licores
- Vinho de mesa
- Vinagre de vinho
- Compotas
- Geléias
- Rosca de polvilho
- Pão de milho
- Plantas
- Vasos
- Doces
- Passoca e pé de moleque
- Cocada
- Trufas
- Farinha de milho
- Amendoins
- Salame colonial
- Conservas
- Açúcar mascavo
- Puxa-puxa
- Melado de cana de açúcar



# Coofanove

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA



ABERTO TODOS OS DIAS DA SEMANA, SÁBADOS, DOMINGOS (A TARDE) E FERIADOS.



PRODUTOS COM A QUALIDADE QUE VOCÊ MERECE. DIRETO DO PRODUTOR.

coofanove@gmail.com - www.coofanove.com.br

(48) 3436-2894

CENTRO - NOVA VENEZA - SC

Fonte: Coofanove